



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA -UnB
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL-CDS

HONDURAS E OS CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: TURISMO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Guadalupe Romero Silva

Orientadora: Leila Chalub Martins.

Dissertação de Mestrado

Brasília-DF: 14 de Junho de 2006

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**O PAPEL DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO
SUSTENTAVEL EM HONDURAS**

Guadalupe Romero Silva

Dissertação de Mestrado submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração em Política e Gestão Ambiental, opção Profissionalizante.

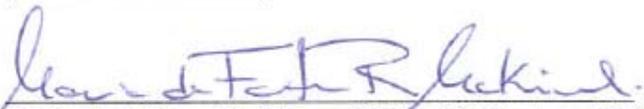
Aprovado por:



Leila Chalub Martins – Doutora, UnB
(Orientadora)



Elimar Pinheiro do Nascimento, Doutor, UNB
(Examinador Interno)



Maria de Fátima Rodrigues Makiuchi, Doutora, UnB
(Examinador Externo)

Brasília-DF, 14 de Junho de 2006.

ROMERO SILVA, GUADALUPE

Honduras e os Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável: Turismo e Educação Ambiental, 154 p., (UnB-CDS, Mestre, Política e Gestão Ambiental, 2006).

Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável.

- | | |
|------------------------------|--------------------------------|
| 1. Identidade e Drama Social | 2. Desenvolvimento Sustentável |
| 3. Turismo Sustentável | 4. Educação Ambiental |
| I. UnB-CDS | II. Título (série) |

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de Mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

Guadalupe Romero Silva

**A Tovar,
Maria Fernanda
E Stefano**

e

A Honduras

AGRADECIMENTOS

Agradeço, ante todo, a Deus pela vida vivida e por iluminar meus caminhos.

A minha grande família em Honduras e Brasil por seu apoio e carinho.

Aos amigos do Instituto Hondurenho de Turismo em Honduras, da Embaixada de Honduras em Brasil e dos escritórios do Banco Mundial em Tegucigalpa e Brasília, por sua atenção e apoio com documentação e informações.

Às diferentes pessoas que, em Honduras, gentilmente aceitaram ser entrevistadas, contribuindo com suas opiniões para enriquecer essa pesquisa.

Aos Professores, amigos e colegas do CDS, por contribuir para fazer desse aprendizado uma prazerosa caminhada.

Meu especial agradecimento:

À Professora Leila Chalub Martins, por sua valiosa e paciente orientação e suas palavras de alento em todo momento.

Aos Professores Elimar Pinheiro do Nascimento e Lais Mourão de Sá cujas recomendações iniciais levaram-me a um reencontro com minhas raízes.

A Adriana Moreira por sua confiança em mim, seu apoio e constantes incentivos que fizeram isto possível.

A Tovar, Maria Fernanda e Stefano, por seu apoio e carinhosa paciência.

RESUMO

Em outubro de 1998, o furacão Mitch chegou a Honduras causando devastação e semeando a tragédia. No entanto, o Mitch, como é conhecido, não foi apenas a maior catástrofe natural que assolou o país. Foi também o elemento revelador do preocupante drama social que vive o país ao deixar em evidência sua fragilidade institucional, suas profundas mazelas sociais e sua grande vulnerabilidade ambiental. Com a devastação, veio à tona, também, a urgência de refletir sobre a realidade nacional e a necessidade de pensar não apenas na reconstrução, mas, especialmente, na transformação do país e da própria estrutura social. Ao mesmo tempo, com a destruição quase total do sistema produtivo, era preciso buscar soluções e novos caminhos para equilibrar as contas nacionais em curto prazo. O turismo foi um dos caminhos encontrados. Espera-se que, em longo prazo, o desenvolvimento do setor contribua, igualmente, para alcançar melhores condições de vida para os hondurenhos e com o fortalecimento da identidade nacional. Daí a crescente importância do turismo no contexto sócio econômico do país, pós-Mitch, e a necessidade de incorporar a educação e, especialmente, a educação ambiental nas políticas e ações dirigidas a desenvolver o turismo de forma efetivamente sustentável num país de grandes carências e que depende, em grande medida, de seus recursos naturais e culturais para seu desenvolvimento. Esses diferentes aspectos da realidade hondurenha serão abordado nesse trabalho.

Palavras chave: Identidade nacional, drama social, desenvolvimento sustentável, turismo sustentável e educação ambiental.

ABSTRACT

The devastation brought by Hurricane Mitch in Honduras in October 1998 caused a national tragedy. Mitch was not only the worst natural catastrophe to hit the country, but also the force responsible for unveiling the worrisome social drama present in Honduras, as it revealed the country's institutional fragility, as well as its deep social problems and environmental vulnerability. Together with Mitch's devastation, came about the urgent need for reflection not only on the national reality and the reconstruction of the country, but more importantly on the imperative need of transforming it and its social structure. In this context, due to the almost total destruction of the productive system, it became necessary to find solutions and new ways of bringing Honduras's national accounts to a balance in a short period of time. Tourism was chosen as one way out. It is hoped that in the long run the development of this sector contributes to the achievement of better living conditions for the Honduran population as well as to the strengthening of national identity. In light of the increasing importance of tourism to improve the economic and social situation of the country after the passage of hurricane Mitch, it is necessary to incorporate education, especially environmental education, in the policies and initiatives of the tourism sector, in order to attain a truly sustainable development of tourism. This is particularly essential in a country which depends mainly on its natural and cultural resources to foster its development and has so many social and environmental concerns.

Keywords: National identity, social drama, sustainable development, sustainable tourism and environmental education.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE TABELAS

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

INTRODUÇÃO	1
CAPITULO I - QUEM SOMOS	7
1.1 O CONTEXTO GEOGRÁFICO, POLÍTICO E SOCIO-ECONÔMICO.....	7
1.1.1 INFORMAÇÕES GERAIS.....	7
1.1.2 A PROCURA POR RESPOSTAS	14
1.2 O REFERENCIAL HISTÓRICO	16
1.2.1 A ÉPOCA COLONIAL.....	16
1.2.2 INDEPENDÊNCIA – A CONSTRUÇÃO DE UMA “NAÇÃO”- O ERRO E A ILUSÃO.	20
1.2.3 A REFORMA LIBERAL - A CONSTRUÇÃO DE UM ESTADO MODERNO	24
1.2.4 MISTIÇAGEM E IDENTIDADE NACIONAL - UMA CONSTRUÇÃO FALIDA	25
1.3 O SÉCULO XX – A SOBERANIA LESADA.....	30
1.3.1 DEPENDÊNCIA E SUBSERVIÊNCIA – OS EFEITOS DO CAPITAL EXTERNO.	30
1.3.2 OS MOVIMENTOS ÉTNICOS – O CAMINHO PARA UMA IDENTIDADE ENRAIZADA	36
CAPITULO II – ONDE ESTAMOS.....	41
2.1 ANTES DO MITCH.....	42
2.1.1 O RETORNO À DEMOCRACIA.....	42
2.1.2 O CENÁRIO ECONÔMICO: AJUSTES FISCAIS E CORRUPÇÃO	45
2.1.3 O CENÁRIO POLÍTICO: INICIATIVAS GOVERNAMENTAIS E A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.....	47
2.2 O FURACÃO MITCH.....	50
2.2.1 AS SEQÜELAS DO FURACÃO	51
2.2.2 O MITCH – UM DIVISOR DE ÁGUAS.....	52
2.2.3 REDEFININDO RELAÇÕES – ESTADO E SOCIEDADE.....	54
2.2.4 CATÁSTROFES NATURAIS E CONSCIÊNCIA AMBIENTAL	56
2.3 DEPOIS DO MITCH.....	57
2.3.1 A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA SOCIEDADE	57
2.3.2 A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E A SOCIEDADE CIVIL	58
2.3.3 A DECLARAÇÃO DE ESTOCOLMO	61
2.3.4 COOPERAÇÃO, PRESSÕES E MUDANÇAS: A REALIDADE DA DEPENDÊNCIA.....	62
2.3.5 A ESTRATÉGIA PARA A REDUÇÃO DA POBREZA (ERP).....	64
2.3.6 O COMPROMISSO: UMA NOVA HONDURAS PARA O SÉCULO XXI.....	66

CAPITULO III – O QUE QUEREMOS	71
3.1 O DESEJO DE MUDANÇAS.....	72
3.1.1 Á PROCURA DE CAMINHOS PARA A TRANSFORMAÇÃO	72
3.1.2 O TURISMO: UM PROJETO NACIONAL	75
3.1.3 TURISMO, POLÍTICA DE ESTADO: A ESTRATÉGIA NACIONAL DE TURISMO SUSTENTÁVEL	78
3.2 O PLANO DE AÇÃO 2002-2006.....	81
3.2.1 O CONCEITO DE SUSTENTABILIDADE	82
3.2.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: O PARADOXO	83
3.2.3 O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO E O CONCEITO DE SUSTENTABILIDADE EM HONDURAS ..	85
3.3. OS DESAFIOS	93
3.3.1 SEGURANÇA.....	94
3.3.2 SAÚDE E HIGIENE	95
3.3.3 PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA	96
3.3.4 A FRAGILIDADE INSTITUCIONAL.....	97
3.3.5 CAPITAL HUMANO.....	99
3.4 A GESTÃO DOS RECURSOS	101
3.4.1 MEIO AMBIENTE E SOCIEDADE	102
3.4.2 A CONSCIÊNCIA AMBIENTAL DO POVO HONDURENHO.....	105
3.4.3 ÁREAS PROTEGIDAS E A GESTÃO DOS RECURSOS AMBIENTAIS.....	108
CAPÍTULO IV – PARA ONDE VAMOS	114
4.1 TURISMO: UM CAMINHO PARA O DESENVOLVIMENTO.....	115
4.1.1 O TURISMO COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO	115
4.1.2 O TURISMO “ESFERA DE OPORTUNIDADES” PARA PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO.	118
4.1.3 AS EXPECTATIVAS GERADAS PELO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO – ILUSÃO OU REALIDADE?	119
4.2 EDUCAÇÃO: UM COMPONENTE ESSENCIAL DO DESENVOLVIMENTO.....	121
4.2.1 EDUCAÇÃO E EMPREGO EM HONDURAS, UM CAMPO PARA A RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	121
4.2.2 A EDUCAÇÃO COMO FERRAMENTA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL	123
4.2.3 EDUCAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E IDENTIDADE: UM VÍNCULO CONSTITUCIONAL	124
4.2.4 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL: INSTRUMENTO PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL EM HONDURAS	126
4.2.5 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, UMA RELAÇÃO INTRÍNSECA. .	127
4.3 A EDUCAÇÃO EM HONDURAS	131
4.3.1 A REFORMA EDUCATIVA	131
4.3.2 A EDUCAÇÃO COMO CONFLITO – UM GARGALO PARA O DESENVOLVIMENTO DE HONDURAS	134
4.3.3 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SEU LUGAR NO SISTEMA EDUCATIVO NACIONAL.....	137
4.4 PARA ONDE VAMOS – AS INCERTEZAS.....	139
4.4.1 A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL EM HONDURAS	139
4.4.2 A MUDANÇA DE GOVERNO- O PODER CIDADÃO E A POLÍTICA DE ESTADO	140
4.4.3 AS ALTERNATIVAS: TURISMO APENAS SUSTENTADO OU VERDADEIRAMENTE SUSTENTÁVEL?142	
4.4.4 EDUCAÇÃO AMBIENTAL, PLANEJAMENTO E TURISMO SUSTENTÁVEL	145
CONCLUSÃO.....	150
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	155
ANEXO ÚNICO	1

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Estela Maia - Copan.....	8
Figura 2: Puerto Cortés – O maior porto de CA.....	9
Figura 3: Islas de la Bahia no caribe hondureño	10
Figura 4: Mulher e crianças Lencas.....	11
Figura 5: Honduras dimensões do IDH	11
Figura 6: Furacão Mitch frente a costa de Honduras, em 27 de outubro de 1998.....	50
Figura 7: Furacão Mitch em 29 de outubro de 1998, as 20h15 UTC.....	50
Figura 8: Garífunas.....	70
Figura 9: Bahia de Tela	89
Figura 10: Parque Arqueológico Copan	113
Figura 11: Islas de la Bahia	149

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Comparações entre índice de Desenvolvimento Humano.....	13
Tabela 2: Consequência sociais do Furacão Mitch em CA.....	51

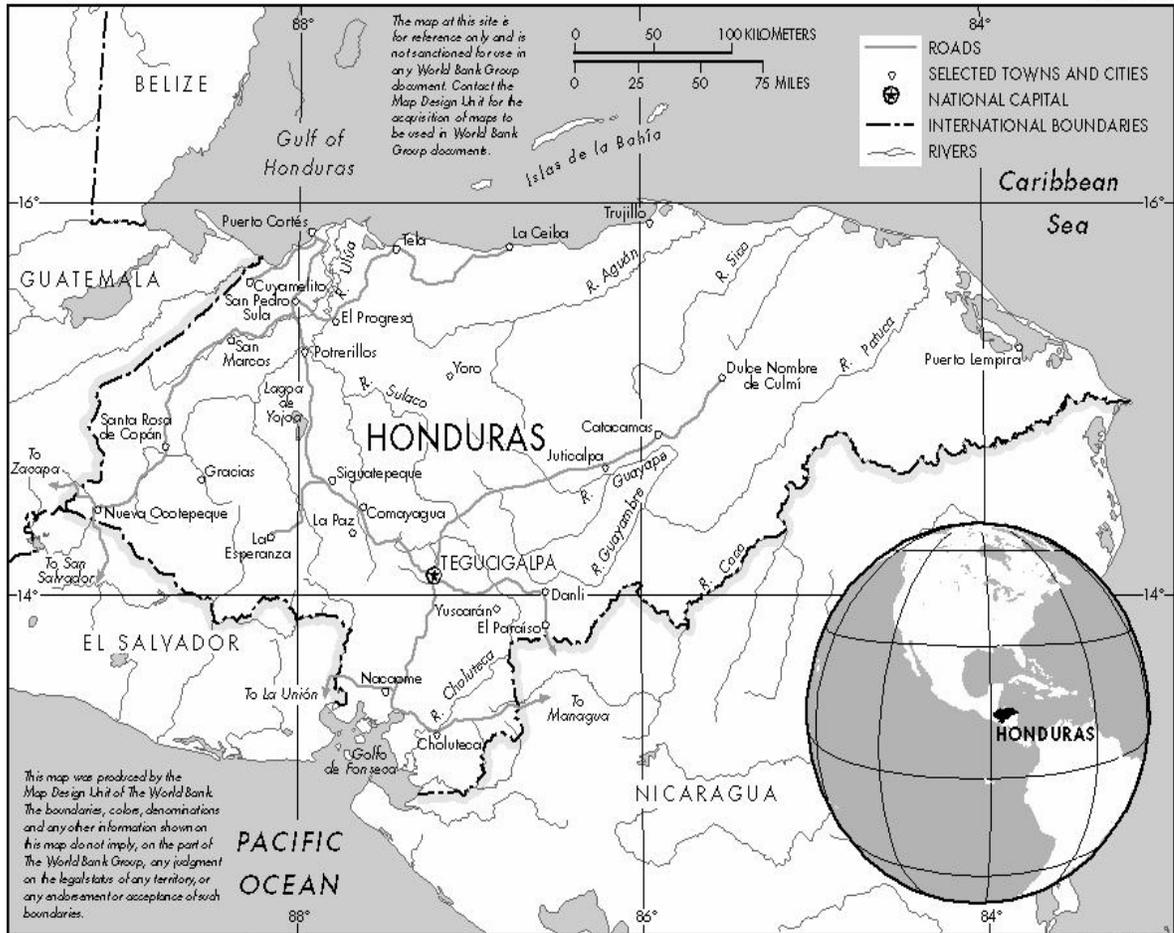
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADEL	Associações de Desenvolvimento Local
AFE	Agencia Florestal do Estado
AHAH	Associação Hoteleira e Afins de Honduras
AMHON	Associação de Municípios de Honduras
AP	Áreas Protegidas
BM	Banco Mundial
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CA.	América Central
CANATUR	Câmara Nacional de Turismo
CAS	Estratégia de Assistência ao País (Country Assistance Strategy)
CEDOH	Centro de Documentação de Honduras
CEPAL.	Comissão Econômica para América Latina
COCOH	Conselho de Organizações Campesina de Honduras
COHDEFOR	Corporação Hondurenha de Desenvolvimento Florestal
COHEP	Corporação Hondurenha da Empresa Privada
CONACON	Conselho Nacional de Convergência
DAPVS	Departamento de áreas Protegidas y Vida Silvestre
DC	Democracia Cristiana
ERP	Estratégia de Redução da Pobreza
EAE	Avaliação Ambiental Estratégica
ETS	Estratégia de Turismo Sustentável
FMI	Fundo Monetário Internacional
FONAC	Foro Nacional de Convergência
FOPRIDEH	Federação de Organizações para o Desenvolvimento de Honduras
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IHT	Instituto Hondurenho de Turismo
INCAE	Instituto Centro-Americano de Economia
HIPC	Países Pobres Altamente Endividados (das siglas em inglês)
HIV/SIDA	Síndrome de imunodeficiência adquirida
INICE	Instituto Nacional de Investigação e Capacitação Educativa

MMA	Ministério do Meio Ambiente
OIE	Organização Internacional para a Educação
OFI	Organismo Financeiro Internacional
OI	Organismos Internacionais
ONG	Organismos não governamentais
PINU	Partido Inovação Nacional e Unidad
PMAIB	Plano de Manejo Ambiental de las Islas de la Bahía
PMRTN	Plano Maestro de Reconstrução e Transformação Nacional
PNDE-	Plano Nacional de Desenvolvimento Educacional
PPME	Países Pobres Muito Endividados
PRALEBAH	Programa de Alfabetização e Educação Básica para Jovens e Adultos
PROHECO	Programa Hondurenho de Escolas Comunitárias
UD	Unión Democrática
USAID	Agencia Americana de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional
UNAH	Universidade Nacional Autônoma de Honduras
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UPFM	Universidade Pedagógica Francisco Morazán
WTO	Organização Mundial do Turismo
SAVE	<i>“Scientific, Academic, Volunteer & Educational Tourism”</i>
SERNA	Secretaria de Recursos Naturais
SINAPH	Sistema Nacional de Áreas Protegidas de Honduras

Mapa de Honduras

IBRD 29885



Fonte: Banco Mundial (IBRD)

Honduras: Um Pequeno Pais, Três Grandes Mundos

INTRODUÇÃO

O turismo, especialmente o turismo sustentável, aparece, cada vez mais, como um importante fator de desenvolvimento para aqueles países menos desenvolvidos. O setor começa a ser apoiado técnica e/ou financeiramente pelos organismos de cooperação internacional e espera-se que funcione, igualmente, como um instrumento para a incorporação dos princípios de sustentabilidade social, cultural e ambiental.

A atividade turística, entretanto, mantém uma relação particularmente complexa com o meio ambiente, uma vez que ela pode gerar diversas externalidades tanto positivas, quanto negativas. No entanto, são poucas as ações dirigidas a prover o país e, em particular, as populações receptoras do turismo dos instrumentos necessários para lidar com essas externalidades a fim de limitar seus impactos negativos e maximizar os aspectos positivos. Ao considerar esses impactos e as condições sócio-econômicas, culturais e ambientais que caracterizam os países em desenvolvimento, a incorporação de ações integradas com o setor educativo aparece como um elemento essencial a ser considerado entre as prioridades estabelecidas pelas políticas de desenvolvimento do turismo sustentável.

Tendo em conta esses diferentes aspectos, escolhi “Honduras e os Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável: Turismo e Educação Ambiental” como tema de pesquisa para essa dissertação de mestrado.

Além do particular interesse que tenho na evolução apresentada pelo turismo nos últimos anos e na importância da educação para o desenvolvimento verdadeiramente sustentável do setor, outras razões me levaram a escolher esse tema focalizando a pesquisa em Honduras, um pequeno país da América Central. A primeira, e a mais significativa, é que sou originária desse país. Além disso, servi por vários anos no Ministério das Relações Exteriores de Honduras como diplomata em diferentes países de Europa e, na América Latina, no Brasil. Durante esses anos no serviço exterior tive, no escopo de minhas funções, a oportunidade de trabalhar na promoção de Honduras como destino turístico, o que me permitiu conhecer as dificuldades e pontos fortes do país nesse setor, bem como as exigências de um mercado extremamente competitivo, no qual, Honduras, desponta cada vez mais como um novo e interessante destino turístico.

Em 1998, depois da devastação causada pelo furacão Mitch e a perda de quase 70% do sistema produtivo, o turismo foi considerado em Honduras prioridade nacional estratégica para equilibrar a economia nacional. Posteriormente, o desenvolvimento do turismo sustentável passou a ser visto como uma ferramenta para promover o desenvolvimento econômico necessário para alcançar melhores condições de vida para todos os hondurenhos e contribuir, igualmente, para o fortalecimento da identidade nacional. O desenvolvimento do Turismo Sustentável, inserido no contexto da estratégia de redução da pobreza implementada no país, foi declarado, então, uma política de Estado.

Honduras, país rico em recursos naturais de conhecida beleza cênica é um território de vocação florestal e importante biodiversidade; possui, também, valiosos recursos culturais oriundos de sua diversidade étnica. Todos esses recursos são altamente valorizados como vantagens comparativas para o turismo e Honduras é o país que pode oferecer maiores atrativos turísticos na região da América Central.

No entanto, apesar de sua riqueza natural, Honduras é também um dos países mais pobres da América Latina, com sérios problemas institucionais, sócio-econômicos e ambientais, que representam suas maiores limitações. Baixo nível de escolaridade, limitada participação cidadã na tomada das decisões, falta de consciência crítica e de respeito aos valores e tradições e, sobre tudo, uma limitada consciência ambiental, são uma constante. Essas carências se refletem nas ações governamentais, inspiradas mais no sectarismo político do que na responsabilidade ética que se espera dos governantes; na inadequada gestão dos recursos do país; em políticas públicas muitas vezes formuladas mais para atender interesses particulares antes que os interesses coletivos; e, na falta de coesão da população para levar adiante um projeto nacional.

As limitações que sofre o país constituem inevitáveis desafios que Honduras, e os hondurenhos, devem enfrentar para poder levar adiante um projeto de desenvolvimento do turismo que atenda, além das exigências de viabilidade econômica, as necessidades de participação cidadã, ética institucional e consciência ambiental.

Na definição da Organização Mundial do Turismo, (OMT-WTO), o “turismo sustentável” é visto, entre outras coisas, como um caminho para a gestão de recursos de tal

forma que as necessidades econômicas sociais e estéticas sejam atendidas, mantendo ao mesmo tempo a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas de vida.

O conceito de sustentabilidade abrange três aspectos fundamentais: viabilidade econômica, equidade social e equilíbrio ambiental, aos quais deveriam responder os programas e/ou políticas dirigidas a promover o desenvolvimento dito sustentável. Nesse contexto, pode-se indagar se o “Turismo Sustentável” é hoje, para os países que o adotam, uma panacéia ou uma realidade e quais os elementos que conformam prioritariamente as políticas do setor.

Um aspecto que considero fundamental para o desenvolvimento do setor é a educação e, particularmente, a educação ambiental. A educação ambiental, pelos seus princípios integradores e sua capacidade transformadora, pode ser uma valiosa ferramenta para ajudar a construir em um país como Honduras, onde prima a desigualdade, a exclusão e uma limitada consciência ambiental, as condições necessárias para o desenvolvimento do turismo de forma verdadeiramente sustentável.

As implicações derivadas da inclusão ou ausência do fator educacional no planejamento e implementação de uma estratégia nacional de turismo levam igualmente à consideração de importantes aspectos: Por um lado, os benefícios que a educação ambiental pode trazer às comunidades receptoras do turismo, mediante um processo de integração e participação ativa dessas comunidades na formulação e implementação das estratégias e políticas para o desenvolvimento do turismo sustentável. Por outro lado, a relevância que a educação ambiental pode ter ao contribuir para uma adequada gestão e conservação das riquezas naturais do país, ao fortalecimento institucional e da “*hondureñidad*” ao promover a conscientização cidadã, a incorporação de uma maior consciência ambiental e o respeito às tradições e valores culturais.

Levando em consideração esses elementos, o trabalho de pesquisa partiu da premissa seguinte: A Educação Ambiental pode ser uma ferramenta essencial para fazer do turismo uma atividade efetivamente sustentável em um país como Honduras, rico em recursos naturais e culturais, mas, deficiente institucionalmente e em capital humano preparado para elaborar e implementar, de forma eficiente e sustentável, políticas públicas baseadas

essencialmente no uso desses recursos para seu desenvolvimento. Nesse contexto, o binômio Educação Ambiental e Turismo Sustentável deve ser fortalecido.

A partir dessa premissa o objeto da pesquisa, nesse estudo de caso será, em primeiro lugar, analisar o contexto geral e a realidade atual de Honduras e o papel da educação, e em especial da Educação Ambiental, nas políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do turismo e setores conexos. Em segundo lugar, em caso de ausência do fator educacional nessas políticas, justificar a importância de sua incorporação transversal tanto nas políticas de desenvolvimento do turismo sustentável, quanto nas políticas tangenciais ao desenvolvimento do setor, tendo em consideração as diferentes variáveis que caracterizam o país.

É importante mencionar que um elemento particularmente relevante no direcionamento da pesquisa e da metodologia utilizada foi a análise do impacto causado em Honduras pelo Furacão e tormenta tropical Mitch. O Mitch, como é conhecido, não foi apenas uma catástrofe natural de uma magnitude jamais vivida no país. Foi, igualmente, o elemento revelador da profunda tragédia social que vive Honduras. O Mitch foi o divisor de águas que deixou o país ao descoberto ante sua fragilidade institucional, suas mazelas sociais e sua assustadora vulnerabilidade ambiental.

Victor Turner em *The Anthropology of Performance*, define os “dramas sociais” como a “units of harmonic or disharmonic social process, arising in conflicts situations” (1987, p. 74) e considera que quando a sociedade enfrenta seus momentos mais críticos, os “dramas sociais” tendem a aparecer com mais frequência. O autor realiza uma abordagem teórica que envolve a análise processual da sociedade e que o leva a considerar que no processo da vida social o surgimento dos dramas provoca uma relação dialética entre a estrutura –a realidade do cotidiano- e a antiestrutura, ou seja, momentos de perplexidade ou momentos extraordinários aos que Turner chama de “drama social”.

Dessa forma, de acordo com Turner (1982, 1987), para se conhecer a fundo as contradições inerentes à "estrutura social", torna-se necessário um certo "deslocamento do olhar" para os elementos "antiestruturais", representados pelas performances que interrompem o fluxo da vida cotidiana, propiciando aos atores sociais a possibilidade de

tomarem distância dos papéis normativos e, numa atitude de reflexividade, repensar a própria "estrutura social" ou mesmo refazê-la.

Em Honduras o “drama social” vem a tona com o impacto da tragédia provocada pelo furacão Mitch. Com ele, surge a necessidade imediata de reflexão não apenas sobre a reconstrução, mas, especialmente, sobre a transformação do país e da própria estrutura social, onde novos atores destacar-se-ão. Ao mesmo tempo, devido a destruição do setor produtivo, era necessário buscar soluções e novos caminhos para atender as necessidades de equilíbrio econômico em curto prazo. O turismo foi um dos caminhos encontrados. Dai sua crescente importância no contexto sócio econômico do país, pós Mitch.

Tendo presente esse contexto teórico proporcionado pela análise processual de Turner, o trabalho de pesquisa foi efetuado utilizando, por um lado, informações diretas obtidas mediante entrevistas realizadas em Honduras com autoridades governamentais, setor privado, sociedade civil, organismos internacionais e indivíduos de diferentes segmentos sociais. Por outro lado, utilizando informações secundárias a partir da leitura de autores hondurenhos e internacionais em diferentes áreas de interesse para a pesquisa, bem como documentos oficiais publicados pelo governo de Honduras e organismos internacionais sobre diversos aspectos do país. A pesquisa foi completada com consultas a diversos documentos por médio eletrônico.

Para analisar melhor o contexto no qual se realiza esse estudo de caso, e facilitar a compreensão dos diferentes elementos sociais, econômicos, culturais e ambientais que formam o substrato da realidade do país e dos hondurenhos, dividi o trabalho em quatro capítulos. Em cada um desses capítulos abordei diferentes aspectos dessa realidade com a intenção de mostrar, quem somos, onde estamos, o que queremos e para onde vamos com o desenvolvimento do turismo no país.

O Capítulo I – “O Quem Somos”, Trata, por meio de uma rápida recapitulação histórica, o tema da identidade nacional. A análise de determinados elementos da origem colonial e da gênese do Estado hondurenho leva a considerar que o país, os hondurenhos, nascem e crescem sendo vítimas da “ilusão e do erro”. A mestiçagem homogeneizante e a identidade nacional se revelam uma construção falida quando, depois de quase dois séculos

de declarar-se “nação independente”, hoje, no século XXI, ainda dependente e atrasada, Honduras e os hondurenhos encontram-se ainda à procura de uma identidade.

O Capítulo II- “Onde Estamos”, permite mostrar as mudanças na estrutura sócio-econômica e política do país através de dois momentos: antes e depois do furacão Mitch. No momento antes do Mitch encontramos Honduras convalescente politicamente, iniciando sua trajetória democrática depois de longo período ditatorial. As mazelas da pobreza, da dependência e as profundas crises econômicas sendo agravadas pela corrupção e as pressões internacionais. No segundo momento, depois do Mitch encontra-se o país convalescente física e moralmente, mas, paradoxalmente fortalecido sócio-politicamente. Novos atores se destacam e mais uma vez as pressões internacionais jogam seu papel “regulador”, dessa vez para mudar positivamente as relações Estado-Sociedade.

No Capítulo III “Que Queremos” discutem-se os anseios da população hondurenha por mudanças, por melhores condições de vida e pela construção de um país melhor e, o que considero a resposta do governo hondurenho a esses anseios: A política de desenvolvimento do turismo sustentável, um dos caminhos possíveis para alcançar essas mudanças. São analisados, nesse contexto, os conceitos de turismo e sustentabilidade e as implicações e desafios que o desenvolvimento da atividade representa, ou pode representar para Honduras e os hondurenhos, considerando as condições sócio-econômicas, culturais e ambientais do país.

O Capítulo IV “Para Onde Vamos”, ao analisar a importância do turismo para países em desenvolvimento, como Honduras, e as expectativas e externalidades geradas por essa atividade, identifica-se a importância de trabalhar conjuntamente o binômio turismo sustentável e educação ambiental. A complexidade do setor, o deficiente nível educacional hondurenho e as condições de vulnerabilidade ambiental do país levam a considerar essencial a incorporação integrada da educação, e particularmente da educação ambiental, nas políticas de desenvolvimento do turismo sustentável em Honduras. Essa necessidade é mais evidente ainda quando se tem em consideração que o país depende diretamente de seus recursos naturais para o desenvolvimento do setor. Nesse contexto, são relevantes as alternativas que se apresentam ante um desenvolvimento do turismo que, embora seja economicamente viável e apareça sustentável no discurso, se revela na prática altamente insustentável do ponto de vista social, cultural e, particularmente, do ponto de vista ambiental.

CAPITULO I

QUEM SOMOS

“Todo ilusión, fábrica de humo, hipnosis colectiva, como en el teatro o en el circo. Sin Duda una forma que tiene el hondureño- hombre mítico- de luchar contra la pobreza, la orfandad y la muerte”¹ P. del Valle

Em 1998, depois da devastação causada pelo Furacão Mitch na economia do país, o governo hondurenho declarou o turismo como uma atividade prioritária e iniciou uma série de ações dirigidas a preparar o caminho para incentivar maiores investimentos no setor. Posteriormente, estabeleceu-se um plano de ação para a promoção e o desenvolvimento do turismo tendo como objetivo imediato a geração de empregos e renda. Sendo o turismo considerado uma atividade econômica estratégica, o desenvolvimento sustentável do setor foi considerado uma política de Estado e elaborou-se uma Estratégia Nacional para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável, apresentada aos diferentes segmentos da sociedade em dezembro de 2005.

Para uma melhor compreensão do contexto no qual se insere a estratégia de desenvolvimento do turismo sustentável em Honduras, ao longo desse capítulo tratarei, primeiro, de situar Honduras, país objeto desse estudo de caso, e o povo hondurenho, no seu contexto geográfico, político e sócio-econômico. E, segundo, através de uma rápida recapitulação histórica, analisarei os diferentes elementos que, de uma ou outra forma, influenciaram a construção, formação e evolução de Honduras e do povo hondurenho como um todo, trazendo à tona os diferentes protagonistas das ações, contradições, embates e conflitos que compõem o substrato da sociedade hondurenha.

1.1 O CONTEXTO GEOGRÁFICO, POLÍTICO E SOCIO-ECONÔMICO

1.1.1 Informações Gerais

Honduras, a cujas costas chegou Cristóvão Colombo em 1502, é um dos cinco países que hoje formam a América Central. O país é dividido politicamente em 18

¹ Pompeyo del Valle - “El hondureño – Hombre Mítico-“Tegucigalpa: Secretaría de Cultura, Turismo e Información, 1977.

departamentos e sua extensão territorial é de 112.492. km² limitados pelas fronteiras com Guatemala, El Salvador e Nicarágua e dos quais 800 km² são de costas banhadas pelos oceanos Atlântico, ao norte, e Pacífico, ao Sul.

Em seu pequeno e montanhoso território, no qual se contam algumas ilhas no Caribe, Honduras possui diversos tipos de florestas com uma rica diversidade biológica, além de ecossistemas costeiros e marinhos de reconhecida beleza e valor biótico. Conta, também, com uma importante herança pré-colombiana de incalculável valor arqueológico e cultural, além de uma grande diversidade étnica - culturas vivas - e valiosos vestígios da época colonial. Por todos esses atrativos contidos num pequeno território, para efeitos mercadológico-turísticos, Honduras se apresenta como: **Um pequeno país, três grandes mundos.**



Figura 1: Estela Maia - Copan

Fonte: www.letsgohonduras.com (IHT)

Sem dúvida, o país oferece ao visitante a experiência de três mundos diferentes matizados por uma extraordinária riqueza de contrastes. No entanto, Honduras é um destino turístico ainda pouco conhecido, apesar de sua excelente localização geográfica. De fato,

Centroamérica es un puente geográfico, logístico, económico y cultural entre importantes países y regiones. Por su posición geográfica, Centroamérica es un puente natural entre Norte y Suramérica, y entre los océanos Pacífico y Atlántico. Es también una base logística importante en el transporte de carga y de pasajeros. En el aspecto económico, también sirve a Norteamérica y el Caribe como base de manufactura directa, de maquila y de servicios de apoyo. En lo cultural, sirve de enlace entre los distintos patrimonios culturales e idiomas de Latinoamérica, Norteamérica y Europa” (SEGURA ;INMAN, 1998, p. 10).

O país conta, igualmente, com adequada infra-estrutura de base: quatro aeroportos internacionais servidos por diversas linhas aéreas nacionais e internacionais; cinco portos principais sendo um deles, Cortés, o maior e mais bem estruturado da América Central; possui uma rede viária de 15.000 km de rodovias, sendo 3.000 km asfaltados com pontos de interconexão com a rede pan-americana que percorre a faixa do pacífico por toda a América Central. Em telecomunicações, conta com serviço de discagem direta para todo o mundo, internet, etc. e um amplo setor financeiro, com redes bancárias nacionais e internacionais, bem como uma estrutura hoteleira em evidente expansão.



Figura 2: Puerto Cortés – O maior porto de CA.

Fonte: www.letsghonduras.com (IHT)

Além de sua localização e infraestrutura, Honduras é particularmente avantajada no que diz respeito a suas belezas naturais e contrastes culturais, o que lhe permite oferecer um variado leque de atrações turísticas. Com efeito, o país tem a fortuna de contar, entre seus ativos ambientais e principais atrativos, boa parte da segunda maior barreira de coral localizada nas suas ilhas no Caribe, que são reconhecidos centros de mergulho submarino; diversas cidades coloniais; importantes vestígios arqueológicos, entre eles uma das principais cidades maias, as Ruínas de Copán, declaradas pela UNESCO Patrimônio Comum da Humanidade. A Biosfera do Rio Plátano, declarada também patrimônio comum da humanidade, uma região de grande beleza natural, localizada numa das áreas de floresta menos exploradas até hoje. O país conta, também, com numerosas áreas protegidas, entre elas parques nacionais, refúgios de vida silvestre, monumentos naturais, e outros.

Difícilmente encontra-se um destino turístico que ofereça, num raio de tão poucos quilômetros, paradisíacas praias, arquitetura colonial, culturas vivas, reservas naturais, sítios arqueológicos e uma população sempre afável com o visitante. Honduras oferece tudo isso, o que o faz o país com maiores atrativos na região.



Figura 3: Islas de la Bahia no caribe hondureño

Fonte: www.letsgohonduras.com (IHT)

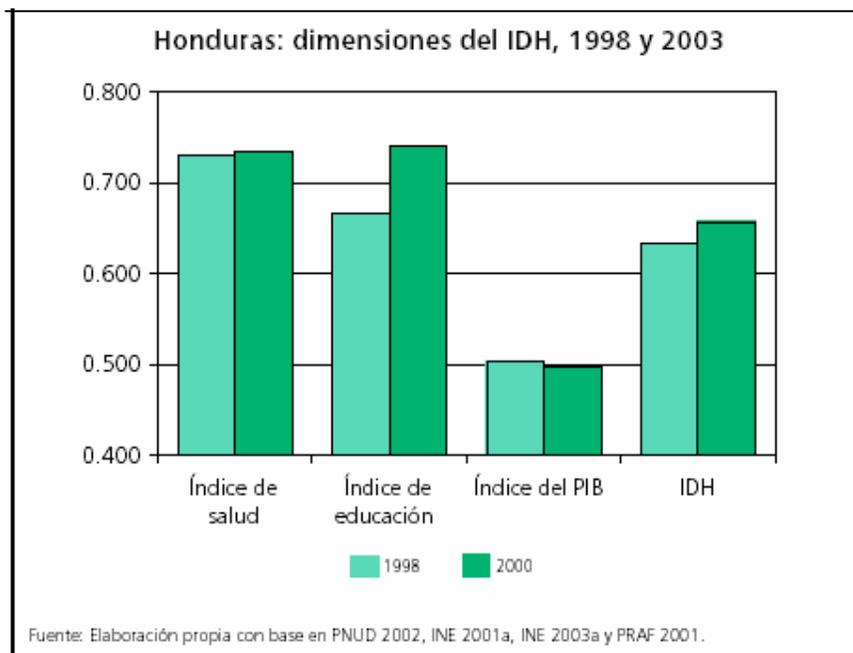
A população de 6.7 milhões de habitantes tem sido, tradicionalmente, considerada como predominantemente mestiça. No entanto, diversos grupos étnicos formados por povos indígenas (Lencas, Chorotegas, Pech, Chortis, Tolupanes, Tawahkas e Miskitos), Garífunas (afro-descendentes.) habitantes das costas litorâneas do norte e das ilhas do Caribe (de fala inglesa), assim como significativas imigrações de outros países, na sua maioria asiáticos e particularmente aqueles de ascendência sírio-libanesa, compõem o mosaico populacional do país. A taxa de crescimento demográfico é de 2.8%, uma das mais altas do continente se comparada com a taxa média de 1.6%. A esperança de vida é de 68.8 anos. Cerca de 47% da população é urbana, com forte concentração nas duas cidades mais importantes: Tegucigalpa, a capital do país e São Pedro Sula, o maior centro industrial. Em torno de 63% da população é considerada pobre, sendo que 45.2% vive abaixo da linha de pobreza. A pobreza concentra-se particularmente na área rural, mas com forte incidência na área urbana marginal. Pelo seu IHD, o país ocupa a posição 115 na lista classificatória elaborada pelo Programa de Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A moeda nacional é o “Lempira”. A língua oficial é

o espanhol, mas, o inglês é falado cotidianamente nas *Islas de la Bahia*, e alguns grupos étnicos fazem uso corrente de seus dialetos em diversas regiões.



Figura 4: Mulher e crianças Lencas

Fonte: www.letsgohonduras.com (IHT)



Fonte: PNUDHN - http://www.undp.un.hn/indh/dh/informes/2003/Capitulo_1.pdf

Figura 5: Honduras dimensões do IDH

Desde sua independência de Espanha, em 1821, celebrada no dia 15 de setembro com os outros quatro países da América Central², Honduras viveu um processo histórico de construção de sua identidade como Estado, marcado por instabilidade econômica e turbulências políticas e, com pequenas exceções, vivenciou longos períodos ditatoriais que, como em tantos outros países da América Latina, só tiveram fim no início da década de 1980.

A partir de então, o povo hondurenho vem conquistando sua estabilidade política, através de sucessivos regimes democráticos que permitiram a alternância no poder dos dois tradicionais partidos políticos majoritários (Liberal e Nacional), com a eventual participação coligada de três outros partidos minoritários (*Unión Democrática –UD*, *Democracia Cristiana –DC* e *Innovación Nacional e Unidad –PINU*), em um sistema republicano onde, formalmente, prevalece a independência dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. É um Estado laico, onde, apesar da separação da Igreja e do Estado ter sido estabelecida já nos fins do século XIX, a Igreja exerce, ainda, reconhecida influência na população e, especialmente, nos mais altos níveis decisórios.

Embora 87% do território seja de vocação florestal (Torres, 2004), a economia hondurenha é basicamente agropecuária. Rubricas importantes da economia têm sido a exportação de banana, café e tabaco e, recentemente, a exportação de produtos não tradicionais como lagosta e camarão cultivado, frutas cítricas, melão, palma africana, e outros que começaram a destacar-se.

As condições políticas e sócio-econômicas do país têm sido marcadas, historicamente, por grande desigualdade e exclusão social, fruto de uma repartição pouco equitativa da riqueza. Assim, malgrado sua grande riqueza natural, Honduras é, paradoxalmente, considerado o terceiro país mais pobre de América Latina, refletindo um legado que se origina nos tempos coloniais.

O analfabetismo, importante reflexo das iniquidades que dominam o país, se distribui de maneira desigual, afetando em maiores proporções os setores rural e urbano-marginal. Segundo dados da Proposta da Sociedade Hondurenha para a Transformação da Educação Nacional, apresentada em junho de 2000 depois de um intenso processo de consulta, a

² Costa Rica, El Salvador, Guatemala e Nicarágua. Para fins de alguns acordos político-econômicos Panamá (historicamente foi parte da “Gran Colômbia”) e República Dominicana são considerados parte de região.

cobertura nacional da educação pré-escolar, formal e não formal é de apenas 38.5%; a educação primária alcança uma cobertura de 86%, mas na educação média – fase de preparação do educando para seu ingresso no mercado de trabalho e na educação superior - a cobertura é de apenas um pouco mais de 30%; e na educação superior - formação de profissionais de mais alto nível - a cobertura é de apenas 9%. Segundo o mesmo documento, o analfabetismo da população de mais de 15 anos e menor de 40 é de 1.2 milhões de hondurenhos, ou seja, 18,4% do total da população de 6.7 milhões.

Depois de quase dois séculos de independência, no final do século XX e, hoje, no século XXI, as condições de pobreza e atraso do país não eram, nem são, muito diferentes daquelas encontradas no início de sua vida republicana. Com uma renda per capita de US\$ 920³ Honduras mantém as condições de pobreza referidas.

Tabela 1: Comparações entre índice de Desenvolvimento Humano

CUADRO 1.1

Índice de Desarrollo Humano: Honduras en el mundo, 2003

	Esperanza de vida al nacer (en años)	Tasa de alfabetización de adultos	Tasa bruta de matriculación combinada	PIB per cápita (PPA USD)	Valor del IDH	Posición mundial
Total mundial	66.7		64	7,376	0.722	
Países de la OCDE de alto ingreso	78.1		93	27,169	0.929	
Asia oriental y el pacífico	69.5	87.1	65	4,233	0.722	
América Latina y el Caribe	70.3	89.2	81	7,050	0.777	
Europa oriental, central y la CEI	69.3	99.3	79	6,598	0.787	
Noruega	78.7		98	29,620	0.944	1
Islandia	79.6		91	29,990	0.936	2
Suecia	79.9		113	24,180	0.936	3
Australia	79.0		114	25,370	0.936	4
Países Bajos	78.2		99	27,190	0.935	5
Costa Rica	77.9	95.7	66	9,460	0.832	42
Panamá	74.4	92.1	75	5,750	0.788	59
El Salvador	70.4	79.2	64	5,260	0.719	105
Honduras	68.8	75.6	62	2,830	0.667	115
Guatemala	65.3	69.2	57	4,400	0.652	119
Nicaragua	69.1	66.8	65	2,450	0.643	121

Fuente: Elaboración propia con base en PNUD 2003.

Fonte: PNUDHN - http://www.undp.un.hn/indh/dh/informes/2003/Capitulo_1.pdf

³ Segundo documentos do Banco Mundial. Honduras “continues to be one of the poorest countries in the hemisphere, with a 2002 per capita GNI of US\$ 920”. PID-WB-2005.

A essas lamentáveis condições econômicas, somam-se os agudos problemas de saúde que enfrenta o país (um alto índice de infecção por HIV/SIDA em algumas importantes regiões e surtos recorrentes de outras epidemias como dengue)⁴. No entanto, de acordo com informações do Banco Mundial o aumento do gasto público em saúde e educação mostrou alguns resultados nos últimos anos. Assim, os índices de vacinação no país chegam a 98%, a desnutrição crônica em crianças de 1 a 5 anos caiu de 44% em 1987 a menos de 33% em 2001 e a permanência das crianças na escola primária passou de 78% em 1980 a 85% em 2002.

Apesar desses incipientes avanços, não é possível ignorar, entretanto, a fragilidade e deficiência institucional, produto, em grande parte, da pouca consciência das elites governantes sobre a dimensão ética de sua responsabilidade com a população e com o país como um todo, bem como a igualmente incipiente consciência ambiental que prevalece no país. Em decorrência de todos esses fatores, surgem os múltiplos conflitos econômicos, ambientais e sócio-culturais que formam parte importante do tecido relacional da sociedade hondurenha.

Para poder entender os desequilíbrios e contradições encontradas em um país como Honduras, tão rico e, ao mesmo tempo, tão extremamente pobre, é preciso remeter-nos ao contexto social, econômico e político no qual nasce e se desenvolve o país.

1.1.2 A Procura por Respostas

Durante a qualificação do projeto de pesquisa dirigido a analisar o papel que a educação ambiental tem, ou pode vir a ter, no desenvolvimento do turismo sustentável em Honduras, surgiram uma série de questionamentos sobre o país, sua estrutura social, seus conflitos e acertos e, particularmente sobre a identidade do povo hondurenho. Morando fora de Honduras há muito tempo, o desejo de encontrar respostas e explicações para tais questionamentos e para as evidentes contradições que apresenta o país levou-me a fazer uma viagem a Honduras, aonde cheguei toda olhos e ouvidos abertos para ver aquilo que, talvez em ocasiões anteriores, olhava sem ver e ouvir aquilo que talvez fosse difícil de escutar.

⁴ No documento HIV/AIDS in Central América: An Overview of the Epidemic and Priorities for Prevention, publicado pelo Banco Mundial em 2003 o Banco indica que “Belize, Honduras, Panamá and Guatemala are four of the six countries with the highest HIV prevalence in all of Latin America as of end 2001”. Segundo o mesmo documento no caso de Honduras, a epidemia concentra-se em crianças de rua e as forças de segurança.

A experiência não foi fácil e embora tenha tido a oportunidade de ver, ler e ouvir muito, ficará sempre a impressão que o visto, lido e ouvido é, e sempre será, pouco para dar conta de uma realidade particularmente complexa, e que, em geral, parece simples de explicar quando se considera o contexto histórico e cultural dos países latino-americanos.

As perguntas que custava calar eram aquelas que dizem respeito ao mais íntimo do ser humano, sua própria identidade. QUEM SÃO os hondurenhos? Quem é esse povo que habita o território de Honduras? Que sociedade é essa? Que pensa? Qual é seu sonho comum?

Tratando de encontrar logo essas respostas, ao chegar a Honduras aproveitei o primeiro contato com o povo hondurenho e perguntei ao taxista, senhor José, o que o fazia sentir-se um hondurenho. Sua resposta foi perturbadora: “Senhora – me disse- que pergunta difícil me coloca! Como vou me sentir hondurenho e amar a minha pátria se a pátria nos está dizimando? Se aqui não acreditamos mais em nada e o que sentimos é ressentimento de ser hondurenhos!”.

Esta resposta marcou profundamente meu ânimo nessa procura, particularmente porque, dias depois, em roda de amigos, composta por pessoas da elite não só social e econômica, mas também intelectual, escutei, formulada com outras palavras, a mesma resposta: “As condições do país são cada vez piores. Os hondurenhos não acreditamos mais em nossos governantes, não acreditamos em nós, não sabemos sequer quem somos e por isso mesmo sequer nos reconhecemos”.

Na expressão desses sentimentos de frustração e descrença aparecem direta ou indiretamente relacionados os embates que historicamente Honduras tem vivido e os conflitos sociais e culturais que hoje transparecem em uma crescente desconfiança, com relação a si, ao outro, aos governantes e quanto às promessas de um futuro melhor.

Para melhor entender o povo hondurenho e as múltiplas contradições e/ou ambigüidades sobre as quais se estrutura o país, parece-me inevitável ir até suas raízes coloniais, sem com isso pretender efetuar uma análise histórica exaustiva. Assim, as referências históricas serão utilizadas no intuito de situar-nos no contexto social, econômico e político que tem servido de marco à evolução da sociedade e do Estado hondurenhos. Isso permitirá, posteriormente, entender melhor a situação do país, hoje, e analisar como se insere

no contexto atual um projeto de desenvolvimento ancorado no turismo sustentável, com os elementos de consenso que possam fortalecer esse projeto e aqueles elementos antagônicos que põem em evidência suas fraquezas.

1.2 O REFERENCIAL HISTÓRICO

1.2.1 A Época Colonial

Honduras é um país que nasce, cresce e permanece sendo um país periférico e extremamente dependente.⁵ O país, historicamente, tem se estruturado a partir de aparentes realizações que nos levaram, a todos os hondurenhos, a ser vítimas da ilusão e do erro aos quais, como diria Morin, estamos todos expostos.

Segundo esse autor as doutrinas e ideologias dominantes têm a força imperativa que convence ou a força coercitiva que inibe, e assim em algumas sociedades,

o poder imperativo e proibitivo conjunto dos paradigmas, das crenças oficiais, das doutrinas reinantes e das verdades estabelecidas determina os estereótipos cognitivos, as idéias recebidas sem exame, as crenças estúpidas não-contestadas, os absurdos triunfantes, a rejeição de evidências em nome da evidência, e faz reinar em toda parte os conformismos cognitivos e intelectuais” (MORIN, 2004,p. 27).

Assim, sob esse conformismo cognitivo há o “imprinting cultural” que leva ao conformismo e a “normalização” que elimina o que pode contestá-lo (op.cit., p. 28). A experiência histórica mostra que na sociedade hondurenha, a aceitação de idéias recebidas sem exame e impostas a partir de verdades estabelecidas a partir de crenças oficiais, tem um exemplo evidente, como tentarei mostrar a seguir, naquilo que diz respeito à gênese do país e sobre a própria identidade do povo hondurenho. Identidade esta entendida como a comunhão de ideais, crenças, interesses, afetos, lembranças e esperanças que formam o sentimento de

⁵ Segundo os conceitos de periferia e dependência utilizados pela CEPAL (Furtado, Prebisch) nos anos de 1950 e por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto na década de 1960, para elaborar uma análise crítica das relações econômicas entre países desenvolvidos e em desenvolvimento e as estruturas político-sociais em que se desenvolvem essas relações, respectivamente.

pertencimento e unidade de um determinado grupo social alicerçando a construção de seu referencial histórico e espaço-temporal.⁶

Isto nos permite aceitar a identidade como algo dinâmico que, segundo Romero (1990) é um processo permanente de construção, superação do construído e ulterior reconstrução a partir de certo grau de consciência.

Embora se saiba pelos relatos da época da conquista (1524-1526) da admiração que a beleza natural do território hondurenho causou no conquistador Hernán Cortés, muito pouco se sabe sobre as populações que habitavam Honduras à época da conquista no século XVI (BARAHONA, 2002). A informação existente é ambígua e incompleta, especialmente pelo fato de que Honduras não era evidentemente, ainda, uma unidade geográfica e política. Sabe-se, contudo, que durante a conquista, e posteriormente, muita resistência foi apresentada aos espanhóis pelas populações aborígenes presentes no território: Lencas, Chorotegas, alguns descendentes de maias e de outras etnias, pouco dispostas, em todo caso, a aceitar voluntariamente a imposição de novos padrões sociais, econômicos e culturais.

Foram formas de resistência, seja armada, a forma mais evidente, seja passiva, através da subversão das leis e práticas que lhes eram impostas (Certeau-2004). Essa subversão, que não chegava a ser compreendida em todo seu significado pelo conquistador, foi permeada, no caso da população que habitava o território da Honduras de hoje, apenas como traços culturais que, através dos relatos da época, passaram a ser vistos como características identitárias dessas populações. Segundo um dos relatos da época, um relatório do Intendente Espanhol Ramón Anguiano, os nativos hondurenhos “*vivem por si metidos en estos montes, entregados al ocio, a que son naturalmente inclinados...*” (BARAHONA-2002)⁷, nesses relatos se dava conta, igualmente da dificuldade de fazer aos nativos seguir as ordens que lhes eram dadas.

Nessas poucas frases aparecem os qualificativos que serão aplicados ao hondurenho como traço identitário, ocioso e pouco afeito a cumprir ordens. Sobre esse último aspecto, Marcos Carias, na sua introdução à obra de Mary Lester “Un viaje por Honduras”, comenta

⁶ Essa é uma formulação própria sobre o que entendo como identidade a partir da multiplicidade de variações encontradas sobre o conceito.

que essa “tradicional preguiça” que caracteriza o nativo, mais do que uma questão racial ou de idiossincrasia, é uma manifestação de desconfiança e agressividade que se revela como um outro modo de protesto:

quién es ordenado a hacer algo quiere aparentar que lo hace por su propia voluntad y a su manera, y no porque se lo han mandado. Eso origina un modo de actuar elusivo y lento, que al fin y al cabo, fué uno de los tantos modos de protesta pasiva que la población indígena empleó cuando fué conquistada. (LESTER, 1982, p. 8).

Na reclamação sobre a falta de obediência do nativo, encontra-se, também, a necessidade manifesta do colonizador de impor ao colonizado a devida obediência a fim de que fossem cumpridas as tarefas que serviam de motor à economia local que, em mãos do colonizador, se desenvolvia através da produção agropecuária para o comércio na região, e, particularmente, com a extração mineira. Para acelerar o processo de produção nessa última atividade, foram introduzidos no país os negros escravos que viriam a compor, mais tarde, junto com os índios e mulatos a primeira face do mosaico étnico-cultural do país.

Politicamente marginal e economicamente pouco relevante, sendo apenas mais uma das províncias vinculadas à *Capitania General de Guatemala*, Honduras foi vista pelo colonizador apenas de forma utilitarista dentro do esquema de exploração de seus recursos, até quase o esgotamento. À medida que aumentava sua população, a província hondurenha sofria um irreversível processo de deterioração de suas já precárias condições econômicas, sociais e morais, agravadas pelas dificuldades de comunicação derivadas das características físicas do território que levaram ao isolamento de muitas comunidades.

Segundo Barahona (2002), para o Bispo Fernando de Cadiñamos, as causas principais da decadência em que se encontrava a província de Honduras em 1791 eram, além da dispersão da população, a carência de terras por parte da população ladina⁸ e a falta de bons caminhos⁹. É interessante notar que ao comentar sobre o Vale de Comayagua, a capital da

⁷ Relatório do Governador Intendente espanhol Ramon de Anguiano durante visita a Honduras (1801-1804) apud BARAHONA M. Evolución Histórica de la Identidad Nacional, Tegucigalpa: Guaymuras, 2002.

⁸ O termo ladino é utilizado, geralmente, para designar os “mestizos” grupo humano que, segundo Barahona (2002,p.64), resumia a multiplicidade da mestiçagem na sociedade colonial hondurenha. Uma espécie de grupo intermédio que não era nem espanhol, nem índio. Ao final do século XVIII, os Ladinos aparecem como o grupo social de mais elevado crescimento demográfico.

⁹ A topografia montanhosa de Honduras dificultou sobremaneira, não só a conquista, mas a administração do território pela dificuldade de comunicação entre as regiões.

província, na época, e uma das regiões naturalmente mais ricas, o Bispo Cadiñamos assinalava um dos grandes paradoxos que marcam o país até hoje, ao indicar que a fertilidade e riqueza do vale eram desproporcionais à pobreza de seus habitantes.

Em 1804, no relatório que elaborou o Intendente Ramón Anguiano,¹⁰ se detalhava o incremento alcançado pela pobreza em quase toda a província, e a profunda decadência em que a mesma se encontrava. Em 1816, apenas poucos anos antes da independência, o intendente substituto de Anguiano, Juan Antonio de Tornos¹¹, ao relatar o precário estado da indústria e do comércio, fazia o seguinte comentário: “A 292 años de conquistada esta província difícilmente podrá creerse su atraso en el cultivo e labranza de la tierra” (BARAHONA, 2002, p.213). Em 1821, não seriam muito diferentes as condições sócio-econômicas a partir das quais Honduras se iniciaria como nação independente e que marcariam sua vida republicana até hoje.

Assim como não podem ser ignoradas as condições sócio-econômicas nas quais vai fundar-se um novo Estado, tampouco se podem ignorar as condições psico-sociais e culturais a partir das quais a população desse novo estado deverá formar-se.

Não entanto, sejam quais fossem as atitudes adotadas pelos colonizadores e aquelas adotadas pelos colonizados, assim como a idéia que cada um tivesse vis-à-vis do outro a realidade é que, segundo Barahona (2002),

la fuerza de los acontecimientos y el hecho irreversible del descubrimiento y la conquista habia puesto frente a frente a dos pueblos, dos razas y dos culturas que se entrecruzarían a lo largo de três siglos, biológica y culturalmente, hasta producir un híbrido del cual la sociedad hondureña es heredera tanto racial como culturalmente..” (op.cit . p.213)

Resta perguntar-se: até que ponto esse entrecruzamento, especialmente o cultural, define efetivamente a identidade da população hondurenha de hoje? Ou se, malgrado esse entrecruzamento de raças e culturas, outras circunstâncias históricas facilitaram ou entorpeceram a consolidação, ou não, de uma identidade comum em Honduras?

¹⁰ Relatório do Intendente Anguiano sobre a Província de Honduras em 1804, apud BARAHONA M. Evolución Histórica de la identidad nacional. 2ª. Ed.Tegucigalpa: Guaymuras, 2002.

¹¹ Relatório do Intendente Juan Antonio de Tornos sobre a Província de Honduras, 1816, apud BARAHONA, op.cit.

1.2.2 Independência – A construção de uma “Nação”- O erro e a ilusão.

Como antes foi dito, em 1821 Honduras, junto com as demais províncias de América Central, se proclama independente. No entanto, em 1822 as cinco repúblicas voluntariamente se anexam ao México e, posteriormente, em 1825, rompido o vínculo com o México, formam uma Federação de Estados que dura até 1839. Só em 5 de novembro desse ano, Honduras tornou a ser independente quando a Assembléia Constituinte decretou que *“El Estado libre e soberano de Honduras es independiente del antiguo gobierno federal del de los demás Estados y de todo outro gobierno o potencia Extranjera”* (CACERES LARA, 1964, p.352).

A independência de Honduras em 1821 foi, sem dúvida, um momento histórico fundamental para a construção política do Estado, mas não necessariamente da nação, seja esta entendida como, segundo Bozzi (DJI), “o sentimento derivado da comunhão de tradições, de história, de língua, de religião, de literatura e de arte, todos estes fatores agregativos e pré-jurídicos” porque vem antes do que o próprio Estado, seja entendida como grupos ligados por tradições e lembranças, interesses e aspirações comuns, elementos que alicerçam a construção da chamada “Pátria”.

ce qui distingue les nations n'est ni la race ni la langue. Les hommes sentent dans leur coeur qu'ils sont un même peuple lorsqu'ils ont une communauté d'idées, d'intérêts, d'affections, de souvenirs et d'espérances. Voilà ce qui fait la patrie(...) la patrie, c'est ce qu'on aime. (Fustel de Coulanges apud FINKIELKRAUT, 1987, p.45)

A este respeito, me parece importante assinalar um aspecto que talvez seja o primeiro de uma série de acontecimentos sobre os quais Honduras vai traçando seu perfil de “nação independente” e que considero fazer parte do conjunto de elementos que contribuem a fortalecer o erro e a ilusão ao qual fiz referência anteriormente.

A independência de 1821, cantada como heróica em prosa e verso, foi motivada e proclamada mais pelo soçobro que as notícias da revolução independentista mexicana causaram nas elites do que pelo interesse e iniciativa populares. Foi *“un acto palaciego”* (Barahona 2002) proclamado por notáveis representantes do poder colonial (funcionários públicos, militares, civis e eclesiásticos, espanhóis e crioulos), e consignado num documento denominado “Acta de Independência” que, embora unilateralmente rompesse o vínculo de

sujeição à autoridade peninsular assegurava, entretanto, a continuidade das estruturas de poder existentes na época. Com efeito,

este documento dejó constancia del temor de los firmantes frente a la posibilidad de que en su lugar la independencia fuera proclamada por el pueblo, constituido mayoritariamente por índios, mulatos y mestizos. La asamblea resolvió, además, que las autoridades continuaran en sus cargos mientras se integraba un congreso que decidiría sobre la forma de gobierno y la constitución política que regiría el destino de la región (BARAHONA, 2002, p.226).

As manifestações existentes até então sobre o interesse de um eventual desvinculamento da Guatemala (a Capitania Geral) diziam mais respeito aos aspectos econômicos e culturais, mas, resguardando o *status quo* político. De fato, essas manifestações provinham de dois grupos formados pela elite local mais preocupada com a defesa de seus próprios interesses: os grandes comerciantes exportadores e os funcionários reais, de um lado, e a aristocracia rural e a pequena burguesia composta por espanhóis crioulos, mestiços e mulatos de outro. Dessa forma, “ninguno de los dos grupos buscó solucionar los problemas de las clases bajas de los centros urbanos, de muchos de los indios, de allí la nula participación de estos en apoyo a la independencia del año de 1821”. (MARTINEZ CASTILLO, 1990, p.13)

Durante os anos que se seguiram à proclamação da independência e, particularmente, depois da ruptura da Federação, o processo de afirmação como entidade política foi marcado por um longo período de profundo caos social, econômico e, sobretudo político. Quase até o último quarto do século XIX, violentas lutas “fratricidas” assolaram a região quando diferentes facções disputavam o poder político. Essa fase, “... trajo como consecuencia la formación de un Estado débil y fragmentado, con pocas posibilidades de abrir oportunidades y de fortalecer la capacidad de los hombres y mujeres como ciudadanos” (SIERRA FONSECA, 2001, p.10).

As razões dessa debilidade estrutural com que Honduras inicia sua vida independente, quiçá devamos buscá-las primeiro no singelo ato de seu nascimento.

Embora a população, levada por diferentes interesses, participasse, direta ou indiretamente, das lutas e atos de anarquia que depois da independência assolaram a

Federação, vemos que no ato de gênese da república cria-se um vazio que, sem dúvida, marcou, de forma singular, o processo de formação de uma identidade comum aos hondurenhos que fosse nutrida por um sentimento autêntico de nacionalidade.

Com efeito, vimos que, em 1821 as repúblicas da América Central nascem para a vida independente, “desenraizadas” de uma realidade concreta. Não só não há qualquer participação popular na decisão que leva à independência, mas sequer a população tem consciência do verdadeiro alcance desse ato quase administrativo.

Esse traço de exclusão que marca o começo da República é um traço permanente na trajetória do país até hoje. Como, então, construir realmente um Estado independente e forte e, mais importante ainda, uma nação?

Or il est facile de voir qu'il n'y a pas de société qui puisse prospérer sans croyances semblables, ou plutôt il n'y en a point qui subsistent ainsi; car sans idées communes il n'y a pas d'action commune, et, sans action commune, il existe encore des hommes, mais non un corps social (TOCQUEVILLE, 1981,p.15)

No contexto em que se realiza, a independência de Honduras não se dá, portanto, a condição psico-social, a partir da qual se criam laços e nasce o sentimento de pertencimento que provocam o desejo de proteger, ou o interesse de conservar aquilo que se cria, se ganha ou se obtém na luta. Não se produz com a gênese da nação¹² a consciência histórica coletiva que propiciará o desenvolvimento dos laços afetivos ou antagônicos, de solidariedade ou de oposição, que são o alicerce do tecido social onde se forma o *bouillon de culture* (Morin-1980) que estará na origem do indivíduo, de sua subjetividade individual e coletiva (SANTOS, 1999) e mais tarde, da verdadeira identidade nacional.

A importância desse vazio toma sua verdadeira dimensão quando, ao refletir sobre a identidade como uma categoria relacional, que se legitima e reafirma em sua relação com outras identidades, com o outro, entendemos que

chaque société est un individu qui porte son nom générique, son visage totémique. Chacun de ses membres se reconnaît et se définit par le nom de son appartenance, et, ressent, au coeur de son identité subjective, sa participation à l'être sujet qu'est devenue la société, (MORIN, 1980, 246).

¹² E esta é uma reflexão/opinião absolutamente pessoal.

Uma sociedade constrói sua identidade a partir da relação dialógica que se estabelece, tanto no reconhecimento de si através do outro, quanto na vivência de um passado comum, fortalecido pela comunhão de interesses e saberes e de um presente compartilhado no qual se alimentam os ideais para o futuro. Dessa forma, estabelece-se o indissolúvel laço identitário que será o substrato da nação. Segundo Palácios,

La internalización de un imaginario no es arbitraria, sino que se construye sobre las materias primas de la historia, la geografía, la lengua y las imágenes comunales; elementos necesarios para restaurar la comunicación espacial y temporal que permite la construcción de la memoria colectiva (PALACIOS, 2003-Apud PNUD-Hn IDH-web).

Dessa forma, o nascimento da “nação” independente de tal forma desenraizado, acabou com o que podia ter sido, de início, a referência histórica determinante de um passado comum que, ancorado numa ação coletiva, serviria como o elemento catalisador para a construção de uma identidade comum ainda inexistente na Honduras colonial. De fato,

en los 300 años que duró la dominación española podríamos afirmar que en Honduras no hubo una cultura e identidad común a los diferentes grupos sociales, pues había grandes abismos entre la cultura e identidad de los centros mineros, las villas y ciudades de españoles, las villas de mulatos y pardos, las reducciones indígenas y la población que vivía dispersa en el resto del país. (MARTINEZ CASTILLO, 1990, 8)

De certo, a mestiçagem étnica pode ser considerada um fato. No entanto, essa “mestiçagem” homogênea, como fora apresentada pela história oficial é, hoje, muito contestada. Segundo Euraque, a crença sobre a mestiçagem da maioria da população hondurenha, entendida como a mescla do espanhol e do índio, é mítica e amplamente aceita, mas “*ello no quiere decir que así sea, o que asi hayan sido las cosas desde el siglo XVI*” (EURAQUE, 2004,p, 263).

Cientes da complexidade que envolve esse processo, não podemos deixar de nos perguntar, então, até que ponto houve a mestiçagem cultural; entendida essa como a mistura dos comportamentos, costumes, ritos, crenças, imaginários, idéias (Gruzinski, 2006), linguagem, do conjunto, enfim, de referenciais comuns a um povo ou comunidade.

Sabemos que, até hoje, em Honduras persistem, em diferentes etnias, as estruturas sociais e muitas práticas comerciais de origem, assim como as crenças, os ritos e inclusive a língua nativa. Embora muito se tenha dito sobre a religião e a língua - o espanhol- como elementos preponderantes para a mestiçagem cultural, hoje sabemos, no entanto, que muitas etnias hondurenhas mal conhecem o espanhol e a religião católica foi absorvida e transformada num instrumento para a prática de sua própria “religiosidade”. Sabendo também que, até hoje, em Honduras, membros das diferentes etnias mal se reconhecem como iguais, a questão é, então, sobre que bases se pretendia construir uma “nação” – a pátria-? Parecem muito apropriadas aqui, as palavras de Simone Weil:

a tentativa de impor a um povo um sentimento de pátria ou nação, que não esteja assentado sobre relações humanas e vida comunitária, resulta em falsidade para esse povo: a pátria torna-se algo carente de sentido, pois é carente de vínculo com a realidade” (WEIL, apud BARTHOLO; SILVA, 2004)

1.2.3 A Reforma Liberal - a construção de um Estado Moderno

No último quarto do século XIX, Honduras, carente de uma identidade comum a todos os hondurenhos, se apresenta apenas como um “*esbozo de nación*”, onde prima a ausência de articulação tanto na esfera econômica como política e social.

É nessas condições que, em 1876, durante o governo de Marco Aurélio Soto (1876-1883), se inicia no país uma Reforma Liberal, cujo objetivo era criar, a partir desse “esbozo de nación”, um Estado Nacional Moderno e inserir Honduras na economia mundial (Sierra Fonseca- 2001). Para isso, era preciso reformar o marco jurídico, o sistema educativo, e fomentar a agricultura, a indústria e o comércio.

Esse projeto modernizador e civilizatório, longe de encontrar sua motivação na história e na realidade hondurenhas, inspira-se no positivismo, notável particularmente na reforma educativa - a laicização e a introdução da racionalidade técnico-científica seriam suas principais orientações - assim como nas idéias liberais européias prevaletentes à época. Essas idéias foram internalizadas em Honduras por notáveis intelectuais e políticos *criollos*.

Embora existam divergências, a reforma, de maneira geral, é considerada pela intelectualidade hondurenha de hoje como um momento de lucidez que, apesar das

debilidades mostradas, cimentou os fundamentos jurídicos e institucionais para o processo de construção da nação, mas sem ter a força suficiente para chegar a construir o Estado moderno desejado.

Para Sierra Fonseca, o fracasso a esse respeito deve-se essencialmente a duas razões: a existência de um modelo agro-exportador propiciador de um crescimento econômico distribuído de maneira desigual; e o extremo elitismo dos grupos de poder que ignoraram sua responsabilidade com os setores historicamente excluídos, a saber: camponeses, indígenas e negros, isto deixaria inconcluso e faria ineficaz o projeto modernizador (Sierra Fonseca, 2001). Foram esses mesmos grupos de poder que, pouco a pouco, de maneira quase servil, se aliaram com o capital estrangeiro, facilitando-lhe o caminho para o controle não só econômico, mas também político de Honduras.

Malgrado os desacertos, debilidades e contradições dessa reforma, o Estado de Honduras se integrará ao mercado mundial com a exportação de produtos agrícolas –banana, café e outros- além de minérios¹³. Os investimentos de capitais e a produção agrícola foram promovidos e favorecidos através das novas leis de concessões. É durante este período que se estabelecem os fundamentos do que serão, no futuro, as relações de produção que dominarão a economia nacional, cenário de profundos e violentos conflitos que marcarão a vida nacional durante todo o século XX.

1.2.4 Mestiçagem e Identidade Nacional - uma construção falida

A partir da reforma liberal e influenciada por esta, nos anos e governos subsequentes, intensificar-se-ia a criação, iniciada já em 1860 com a bandeira nacional, dos elementos catalisadores para a criação da identidade e fortalecimento da nacionalidade: heróis e símbolos nacionais foram aparecendo sem que para isto uma vez mais ao povo se fizesse partícipe.

En efecto, la Reforma impulsó aceleradamente la tentativa de “imaginación” de la nación al aportar e inventar una serie de tradiciones, como por ejemplo el “panteón de los héroes nacionales” (AMAYA BANEGAS, 2004, p.66).

¹³ O preço com certeza foi alto, o progresso chegava travestido de enclave nas mãos das grandes companhias estrangeiras que passariam a dominar a economia e a política nacional.

Como exemplo de mais uma daquelas contradições próprias do país, cria-se em 1926 a moeda nacional, na qual se enaltece o heroísmo e orgulho da raça indígena através da figura de Lempira, herói indígena quase mítico, que lutara contra o conquistador. Entretanto, no dia-a-dia da “nação”, o orgulho da raça não conta quando se marginaliza e se desconhece o índio vivo. De igual forma, foram enaltecidas outras figuras históricas e criados símbolos muitas vezes alheios à realidade hondurenha.

Se o interesse era promover a “criação” ou o fortalecimento de uma suposta identidade nacional, mediante esses catalisadores, vemos que, uma vez mais, se realiza um ato de criação tão desenraizado quanto a independência. Que tipo de identificação podem despertar figuras e símbolos que, sendo criadas pelo poder que governa, e embora sirvam de referência às elites, são alheias à cultura e às referências históricas da maioria dos governados? Não é de estranhar que até hoje, para muitos hondurenhos, tais símbolos e figuras não são mais que uma representação formal e a noção de pátria carecem, para muitos, de sentido.

Com base num processo mítico de transculturação, que se inicia aparentemente com a colônia, e de uma miscigenação produto natural da convivência de séculos, a população de Honduras, rica de culturas, *apesar de tudo*, é homogeneizada oficialmente na apelação genérica da mestiçagem. Para Santos (1999:142) na modernidade “Este processo de homogeneização foi tanto mais necessário quando mais complexa era a base étnica do Estado”, uma vez que o Estado Nação exige uma obrigação política geral e universal que só pode existir quando há um denominador sócio-cultural comum que sendo suficientemente homogêneo sirva como a base social dessa obrigação.

É, de fato, uma realidade histórica que

en la formación de la sociedad mestiza de Honduras intervinieron tres tipos raciales fundamentales: el hispano, el indio y el negro africano. La multiplicidad de los contactos entre estos tres troncos raciales dió origen a un nuevo tipo humano, una especie de “híbrido” de esos tres componentes fundamentales. Este híbrido surgió en la etapa mas avanzada del mestizaje, cuando los primeros “mezclados” pudieron coincidir en un espacio geográfico determinado, logrando consolidarse en el siglo XVIII. (BARAHONA, 200, P.173).

Contudo, é também uma realidade que esse híbrido-mestiço a que se faz referência não substituiu nem o índio, nem o negro que mantiveram e mantêm, de uma ou outra forma,

subvertidas ou sincréticas, suas próprias representações culturais-crenças, tradições e, em alguns casos, a língua, e a religião. É igualmente uma realidade histórica que os índios e os negros, estando ali, foram apenas ignorados social, econômica e culturalmente.

Paradoxalmente, e esta pode ser mais uma das contradições encontradas no país, por um lado,

la reforma acentuó el proyecto de “nación homogénea” al instaurar la educación laica y gratuita encaminada a uniformar a la población étnicamente diferenciada, proceso en el que jugó un papel relevante la instauración del Español como “lengua oficial del Estado” en 1881; con ello, se empezó a fraguar un modelo de convivencia política homogeneizante, en el que las elites blancas o mestizas se imponían la obligación de “civilizar” e “incorporar” a la nación homogénea a los grupos que consideraban “incultos e incivilizados” es decir, a los indígenas y negros.(AMAYA, 2004,p.6, PARADIGMA, No 17).

Por outro lado, um efeito indireto da reforma foi a ampliação do mosaico étnico-cultural que se encontra na formação da população hondurenha atual. Com efeito, a fim de atrair mão de obra (provavelmente especializada), tecnologia, e capitais que contribuíssem para o desenvolvimento da agricultura, o comércio e a indústria, ao final do século XIX, e começos do século XX ¹⁴, houve de parte do Estado o interesse em “abrir o país”, manifestado através de políticas especiais de imigração e colonização que tiveram, no começo, um limitado sucesso. Entretanto, com o desenvolvimento do enclave bananeiro na costa norte de Honduras, houve um crescente interesse no país por parte de certos grupos de imigrantes, particularmente de origem chinesa, negros antilhanos e árabes, o que chegou a provocar reações de xenofobia, seja pela competência que tais imigrantes representavam com relação às fontes de trabalho, seja por preconceito racista¹⁵, ou ainda pela ameaça que a formação de novos grupos econômicos podia representar para as elites locais (Euraque 2004). Dessa forma,

El racismo oficialista institucionalizado a partir de 1929 surgió como parte de un proceso mas general de un esfuerzo gubernamental por homogeneizar a casi todos los hondureños como mestizos y mestizas y asimismo proyectar un mestizaje indo-hispánico que aplastara la heterogeneidad racial y étnica colonial y aun

¹⁴- Já no final do século XX, as políticas de imigração de Honduras permitiram escrever um dos capítulos mais lamentáveis da história do país quando a nacionalidade foi convertida em mercadoria e lhe foi colocado um preço. Inúmeras foram as vezes que as representações diplomáticas hondurenhas tiveram de resgatar das mãos das polícias de migração em diferentes países, “cidadãos hondurenhos” com os, mas diversos fenótipos, particularmente asiáticos, e que mal conheciam do país ou sabiam expressar-se no idioma nacional.

¹⁵ - Segundo Euraque, houve inclusive a promulgação de Leis proibindo o ingresso de negros ao país.

decimonónica. En el nuevo mestizaje hondureño no había cabida para los Árabe-Palestinos y muchos “otros” más, incluyendo a los judíos, (EURAQUE, 2004, p.110)

Estas reações, entretanto, não foram suficientes para limitar a imigração, particularmente dos árabes que se iniciando como pequenos comerciantes ambulantes foram pouco a pouco se consolidando e formam hoje a elite econômica com forte influência e alta representatividade na vida política do país. Com efeito, os árabes passaram a dominar o setor produtivo o que lhes abriu as portas do poder econômico, dos círculos sociais tradicionais e do poder político também. O Século XX terminou em Honduras com um Presidente, Carlos Flores Facussé, (1998-2002), mestiço, descendentes de árabe e com boa parte dos cargos do primeiro e segundo escalão desse governo ocupados por descendentes de árabes. Vale a pena, então, uma vez mais perguntar: Quem somos os hondurenhos?

São diversas as respostas encontradas a essa pergunta, o que já, de início, deixa transparecer a dificuldade concreta de definir o indefinível ou porque não alcançamos a compreendê-lo devido a sua complexidade, ou simplesmente porque não existe ou não aprendemos ainda a reconhecê-lo.

Para Mariñas Otero *“el hondureño es, etnicamente, el resultado de una fusión total y completa de las tres razas: española, autóctona y africana... lo que ha contribuido a dar al hondureño una gran homogeneidad racial y espiritual”* (MARIÑAS OTERO, apud EURAQUE, 2004, p.108). Euraque evidentemente qualifica de errônea esta afirmação a que de qualquer forma serve para ilustrar as errôneas percepções sobre as quais muitas vezes se afirma e reafirma a história e identidade de um país.

Em Honduras a contribuição do Estado em seu papel regulador – agente transformador- e, nesse caso, catalisador dos instrumentos para a construção da identidade nacional traz consigo um elemento que mais uma vez induz ao erro e a ilusão. Vemos, por exemplo que,

en el siglo XX, también se siguieron perfilando otros imaginarios en el proceso de configuración nacional, como la creación de otros símbolos nacionales... y fundamentalmente, la divulgación de una ideología nacionalista que pretendía mostrar que el origen racial de los hondureños era el resultado de la mezcla de los conquistadores españoles con los indígenas mayas, especialmente en el gobierno de

Tiburcio Carias Andino (1933-1949)¹⁶. De este modo, se intentó ocultar el aporte de otros grupos indígenas en el mestizaje o en la composición poblacional hondureña, como los lencas, los tolupanes, los pech, los tawahkas y especialmente de los negros, tanto los que estuvieron presentes en el periodo colonial, así como de los negros ingleses o cróeles y de los negros garífunas (AMAYA, 2004,p.6, PARADIGMA, No 17).

Com relação a essa ideologia nacionalista empenhada em mostrar a origem maia dos hondurenhos, cabe destacar que o motor desta política não se encontrava, ao menos no começo, no interesse autóctone de recuperação de um passado glorioso, mas ao contrário, é um processo que se originou em interesses forâneos pouco explicados. Para Euraque, esse processo “*estaba vinculado, entre otros factores, com ciertos elementos de la arqueologia norteamericana y la hegemonia bananera em Honduras y, em parte com esfuerzos por integrar vários discursos em uma identidad nacional postcolonial*” (EURAQUE, 2004, p. 42). É bem conhecido que, quando Honduras foi colonizada, Copan estava desabitada, tendo sido abandonada pelos *Mayas* vários séculos antes da conquista.

Como mencionara antes, neste capítulo, a nação hondurenha foi se construindo sobre vários elementos que dão lugar não só a uma percepção errada, mas, também ilusória daquilo que verdadeiramente fomos no passado, somos, ou deixamos de ser. Hoje em dia existe, para a grande maioria da população hondurenha, o orgulho de um passado glorioso - o passado maia- concretizado nas ruínas de Copan que, produto dos esforços oficiais pela construção de uma identidade nacional, tem sido incorporada no imaginário coletivo como uma referência digna do orgulho nacional, especialmente frente ao estrangeiro.

Entretanto, e contraditoriamente ao que se poderia deduzir deste sentimento de orgulho, a maioria dos hondurenhos apenas sabe que existem as Ruínas, e mesmo sabendo não as conhece e menos ainda conhece sua história e a história do povo, da civilização que as construiu e que ali se instalou. As Ruínas de Copan são, assim, mais uma excelente figura de *marketing* para o turismo nacional e internacional do que um elemento real de canalização da identidade nacional. “*Ello se percibe en el significado directo que las piezas arqueológicas despertaban en el hondureño comun: un medio de lucro*” (AVALOS in PARADIGMA, No 17- 2004, p.111).

¹⁶ Uma das mais ferrenhas ditaduras, na coleção hondurenha desses regimes.

Referindo-se a esse orgulho nacional por um passado glorioso, na opinião da Antropóloga Gloria Leiva nós hondurenhos, sim, sabemos quem somos. Temos recuperado lentamente o orgulho de ser descendentes de grandes culturas milenares e há também o reconhecimento de pertencer a novas culturas, mas falta a conexão com esse passado mítico. Houve um rompimento do fio condutor do passado heróico e simbólico ao presente de frustração e marginalidade.¹⁷

Dessa forma, vemos que a tentativa oficial de construção de uma identidade nacional baseada em elementos quase míticos e desenraizados da realidade hondurenha concreta se revela falida. Nós, hondurenhos hoje, no início do século XXI, estamos ainda sem saber quem somos, à procura de nossa identidade, mas, indecisos na encruzilhada que nos coloca frente a uma sociedade que se revela pluriétnica e multicultural, mas, vazia, ainda, de diálogo e da vontade de assumir o compromisso de construir coletivamente uma nova realidade.

1.3 O SÉCULO XX – A SOBERANIA LESADA

1.3.1 Dependência e subserviência – Os efeitos do capital externo.

O presente de frustração e marginalidade é, paradoxalmente, o fio condutor que nos une sem interrupções ao passado. É o traço marcante na colônia e é o mesmo que se nutre vorazmente nas condições socioeconômicas que foram o marco em que se desenvolveu o país ao longo do século XX. É, provavelmente, esse presente de frustração e marginalidade que, de uma ou outra forma, retarda e obnubila o reconhecimento do que verdadeiramente somos.

Vimos que o projeto do governo de Marco Aurélio Soto de abrir o país, à modernidade, ao capital estrangeiro atraído pelas generosas concessões trouxe consigo a instalação de grandes companhias para a exploração mineira e, especialmente, do enclave bananeiro na costa norte de Honduras.

O estabelecimento, ao final do século XIX, dessas novas estruturas de produção que abriram as portas do país ao capitalismo, e as pressões e influência que, desde a segunda

¹⁷ Entrevista realizada com a antropóloga Gloria Leiva, Departamento de Pesquisa e Pós-graduação da Universidade Pedagógica de Honduras. Durante pesquisa de campo, Tegucigalpa Agosto 2005.

metade do século, Inglaterra e especialmente Estados Unidos,¹⁸ vinham exercendo sobre Honduras, comporão o cenário no qual se desenvolverão as relações econômicas, políticas e sociais no país, ao final do século XIX e durante todo o Século XX. Relações desiguais, agravadas pelo entreguismo de uma elite predatória que, guiada apenas pela defesa de seus próprios interesses, aliou-se rápida e abertamente aos novos pólos de dominação que se instalaram no país.

Em Honduras embora as elites governantes tenham-se prestado tradicionalmente ao jogo político ditado pelo poder hegemônico americano, tal situação encontrou em diversos momentos a oposição da intelectualidade hondurenha e de grupos mais esclarecidos da população.

En 1913 un grupo de intelectuales, profesionales, políticos, obreros e artesanos organizaron en Tegucigalpa la Liga de la Defensa Nacional Centroamericana para rechazar la presencia norteamericana en el área...Las manifestaciones de protesta en la capital contaron con un notable apoyo popular y llegaron hasta las puertas mismas de la representación diplomática de los Estados Unidos en Tegucigalpa. Su existencia sin embargo fue muy efímera, apenas un año, y en su disolución tuvo mucho que ver la oposición sistemática del gobierno a dichas ideas. (BARAHONA, 2002, p. 266).

A pesar das contradições que encontramos ao longo de sua história, e da dispersão dos elementos formadores de uma identidade comum, no país há, talvez, um traço revelador: o sentimento de “*hondureñidad*” que se manifesta ante a ameaça externa. É o sóciocentrismo que se impõe (MORIN 2002) e que nos revela os traços de solidariedade que apesar das dificuldades de construção de uma identidade comum, são subjacentes à formação e permanência da organização social hondurenha.

Esta expressão de nacionalismo se revela historicamente ante a pressão da Inglaterra, que não duvidava em atacar militarmente as costas hondurenhas para cobrar suas dívidas, ante a intervenção militar e política norte-americana, e, mais recentemente, ante a ameaça de invasão do território por países vizinhos. Talvez seja um traço que se apresenta

¹⁸ A presença britânica na América Central, focalizada em interesses comerciais, foi reconhecida pela Espanha no século XVIII. Honduras estabeleceu uma de suas primeiras dívidas como nação independente com o governo britânico no Séc. XVIII. Nesse mesmo século, a Inglaterra se apoderou de alguns territórios insulares hondurenhas, que foram devolvidos posteriormente. Em meados do século XVIII, os Estados Unidos aparecem na região como rival de Grã-Bretanha na disputa pelo controle das vias marítimas na região. Estados Unidos e Grã-Bretanha definiram suas posições e influência sobre a região no tratado Clayton-Bulwer em 1850.

aleatoriamente, mas, é um traço de esperança, que pode ser, junto com outros elementos histórico-identitários dispersos, o alicerce de uma identidade comum, se catalisados devidamente através de um projeto nacional construído com a participação de todos os hondurenhos. Dessa forma através da aceitação e reconhecimento do outro, cada hondurenho, sem importar as diferenças étnicas, se reconheça a si mesmo, e ao outro, como partes integrantes de um todo e elementos ativos para a construção de uma nova realidade.

A intervenção militar dos Estados Unidos em Honduras em 1924, além de provocar um incremento no nacionalismo da intelectualidade hondurenha serviu para “*evidenciar la debilidad de la nación hondureña y como consecuencia, despertó el interés sobre temas tales como la nacionalidad, la soberanía, el imperialismo, etc*” (BARAHONA, 2002, p.267). Froilán Turcios um reconhecido intelectual hondurenho denuncia o servilismo e submissão do governo de Honduras ante os Estados Unidos. Na sua opinião, esse país “nos desprecia por cobardes, por ineptos, por débiles e indignos” (idem).

Este servilismo e submissão se insere diretamente na estrutura de poder própria do enclave, que em Honduras chegou a ser extrema. Cardoso e Falleto colocam assim tal situação:

O significativo, do ponto de vista das formas de dominação, no caso dos países com economia de enclave, reside em que a estrutura de domínio manifesta de forma mais direta a subordinação política dos setores operários e camponeses aos grupos dominantes....Na estrutura de domínio das situações de enclave é por meio da relação política que se torna possível a exploração econômica; dessa maneira, os grupos dominantes nacionais vinculam-se à empresa estrangeira mais como classe politicamente dominante que como “setor empresarial”; ao contrário, são as empresas estrangeiras que estabelecem relações diretamente econômicas com os setores operários e camponeses. Em conseqüência, a própria debilidade econômica dos grupos nacionais de poder os obriga a manter uma forma de dominação mais excludente, pois sua vinculação com o setor de enclave (necessária para manter-se no poder) dependem da capacidade que tenham para assegurar uma ordem interna que ponha à disposição daquele a mão-de-obra indispensável para a exploração econômica e que assegure a viabilidade dos contratos feitos com o setor de enclave”.(1970, p.75)

Ao longo do século XX, as relações dependentes de Honduras com relação aos Estados Unidos não fizeram mais que intensificar-se. Para Barahona,¹⁹

¹⁹ Em entrevista para “La Tribuna” jornal de grande circulação em Honduras, em 24 de Julho de 1993.

las ambiciones hegemónicas y el expansionismo geoestratégico de Estados Unidos en aquella época (1907-1932), sumados a la incapacidad de los hondureños de establecer las bases de un proyecto nacional propio y la debilidad económica e institucional de Honduras en esa misma época, completaron el cuadro que nos llevaría a unas relaciones de dependencia casi absoluta frente a Estados Unidos (LA TRIBUNA, 24/07/93)

Os sucessivos governos ditatoriais tiveram todos o apoio incondicional dos Estados Unidos e, por sua vez, este teve a submissão total desses governos à influência americana no aspecto econômico e político do país. Exemplos vergonhosos dessa “simbiose infernal” é o longo período ditatorial de Tiburcio Carías Castillo, (1932-1949) e, mais recentemente, a posição de Honduras durante as ditaduras militares nos anos 1970 e no começo do período democrático nos anos 1980 quando convergem dentro da região da América Central os embates ideológicos que marcaram as relações leste-oeste, e Honduras permite que seu território sirva como base estratégica para as ações de USA contra Nicarágua.

Um momento crucial nessa história de submissão que marca de forma única o contexto sócio-econômico do país teve lugar em 1954. Desde inícios do Século XX, o poder da *United Fruit Company e a Standard Fruit Company*, companhias bananeiras instaladas em Honduras, foi fortalecendo-se e chegou ao extremo de ser considerado “um Estado dentro del Estado”, *ponían y quitaban presidentes, controlaban el Congreso Nacional y las leyes estaban a su servicio Los trabajadores sufrían una explotación sin limites, no gozaban de ningún derecho laboral o social* (ERAZO PEÑA, 2004, p. 1).

Nesse contexto, durante a ditadura de Carias Andino (1932-1949) os sindicatos e todas as organizações sociais e partidos políticos foram dissolvidos. Depois que Carias “cede” o poder, aproveitando uns poucos anos de abertura “democrática”, as organizações políticas se recompõem. Contando com uma melhor conjuntura política, os trabalhadores das companhias bananeiras, em protesto às condições laborais a que estavam submetidos, iniciaram, em maio de 1954, ano eleitoral, uma paralisação do trabalho pedindo melhores salários, um código de trabalho, seguridade social e eleições livres. Este início de reivindicação se converterá em uma greve que alcançará o país como um todo, mas, será reprimida e seus dirigentes encarcerados.

Embora se tenha assinado um ata de compromisso para por fim à greve dois meses depois, sem atender todas as demandas dos grevistas, deixou-se o embrião de uma

reivindicação social que seria atendida, posteriormente, em 1959, pelo Presidente Liberal Ramón Villeda Morales, um dos governantes mais expressivos da história de Honduras. Durante seu governo houve avanços significativos em vários aspectos

aprueba um Código de Trabajo, legaliza el sindicalismo, da el seguro social y una reforma agrária. Os estudiantes ganan la autonomía de la Universidad Nacional y las mujeres su derecho al voto. Nace todo un marco jurídico, una Constitución de avanzada. Eso son los logros de este alzamiento popular (ERAZO PEÑA, 2004, p 3).

As organizações sindicais de trabalhadores, de camponeses e outros movimentos sociais, a pesar da existência de seguidos governos de ditaduras militares, não perderam sua força ou organização. Ao contrário, tiveram em alguns momentos da história desses governos relevante participação nos círculos decisórios do país. A relativa força das organizações sindicais e grêmios organizados (sendo um dos mais fortes o magistério) têm dado um novo matiz às relações sócio-econômicas.

Os atores econômicos e a estrutura produtiva têm tido mudanças significativas com a diminuição do poder do enclave bananeiro (embora se mantenha, ainda, a influência política americana e as relações de dependência com esse país),²⁰ Honduras terminou o Século XX tratando de iniciar um novo capítulo em suas relações de produção e na sua estrutura produtiva, através da diversificação da origem dos capitais que se instalam no país e tratando de inserir-se, com a participação desses, no caminho da industrialização.

No final da década de 1980 quando no território de Honduras estavam instaladas as tropas americanas e anti-sandinistas, houve, no âmbito da intelectualidade nacional, o ressurgimento das discussões sobre a cultura como reação ao que era considerado por amplos setores da população como a soberania de um povo lesada e colocaram a necessidade de construir uma nação sobre as bases de um novo projeto histórico. Buscava-se com isso, fazer do reconhecimento da identidade cultural e nacional uma ação política melhor informada sobre a história do país e mais acorde com os tempos modernos dirigindo, assim, os esforços a construção de uma nova sociedade (SIERRA FONSECA, 2003).

²⁰ Hoje, Estados Unidos além de ser o maior mercado para os produtos hondurenhos, é o maior gerador de divisas para o país. As remessas em dólares, de hondurenhos residentes nos EUA, compõem o mais importante volume de divisas no país, depois da maquila ou do turismo que também têm, em USA seu maior mercado.

Com respeito à identidade nacional, vários autores manifestaram que

la nación no se reconocía a si misma como una comunidad, o, que siendo la cultura producto de la colonización y la pobreza comportaba elementos que debían ser superados, o, que siendo histórica por naturaleza, la identidad debía entenderse más que como un hecho como una búsqueda. (SIERRA FONSECA, 2003, p. 17).

Dessa forma, a concretização de uma identidade nacional seria possível, apenas, através da construção de um projeto histórico, econômico, político, social e cultural participativo que fosse o reflexo dos interesses da nação em seu conjunto.

La identidad nacional (...) solo existe en la medida en que la mayoría de los miembros de la colectividad nacional actúan conscientes de que su trabajo es su propia contribución a un único proyecto que sintetiza las esperanzas y los esfuerzos de toda la comunidad nacional (ROMERO, apud SIERRA FONSECA, 2003, p.19).

De igual forma, para Barahona, (2002) os elementos que definem a identidade nacional de um país são aqueles que se encontram agrupados em um projeto coletivo de cujos benefícios ninguém é excluído.

Ramón Romero, em uma reflexão filosófica sobre a identidade nacional em Honduras, concorda com outros escritores hondurenhos sobre a ausência de uma consciência coletiva no povo hondurenho. Para esse autor, na consciência coletiva dos hondurenhos não estão organicamente integrados os elementos constitutivos da identidade nacional. Essa carência de identidade evidencia-se também na “*inexistência de um proyecto econômico, social político y cultural de dimensión nacional, que identifique a los hondureños y en cuya realización se encuentre comprometida toda la sociedad nacional*” (ROMERO, 1990, p. 20).

Ao percorrer-se a história da sociedade hondurenha, encontramos que dominação, frustração e marginalidade são os elementos permanentes que aparecem como o fio condutor desse passado colonial ao presente “independente”. Com o agravante que tanto no passado quanto no presente esteve sempre ausente a comunhão de ideais que leva a construção de um projeto coletivo.

No entanto, não é possível fazer tabula rasa do passado, ao final, segundo Joya,

colonia e independencia constituyen la historia de la sociedad hondureña, lugar donde se gesta (ou deveria gestarse) nuestra identidad cultural (pasado colonial) y donde se construye nuestra nacionalidad (presente independiente). La exclusión u omisión de una de sus partes no sólo desvirtúa y deforma nuestra conciencia histórica (de haberla) sino que impide tener la suficiente claridad sobre nuestra identidad cultural y por tanto se torna imposible la construcción de una nacionalidad abarcadora e integradora (JOYA, 1991, p.34).

Embora reconhecendo que não podemos desconsiderar a história da sociedade hondurenha, em Honduras, a falta de clareza e as dificuldades para a definição de uma identidade comum encontram-se enraizadas justamente na falta de conhecimento que o hondurenho tem de sua própria história. Na opinião da historiadora Mariangeles Cheverri, “o hondurenho não conhece e não se interessa em conhecer sua história. Prova disso e a falta de apoio e a indiferença que houve durante muito tempo com a carreira de história na Universidade hondurenha e nos currículos educativos em geral”²¹.

Tomando consciência da necessidade de mudar esse quadro de inconsciência, no governo de Ricardo Maduro, se criou a Fundação Hondurenha para a Identidade Nacional e, com apoio do governo do Japão, está sendo desenvolvido um projeto museográfico interativo que, ante a ainda indefinida “*hondureñidade*” tem como finalidade o resgate, preservação e exposição do patrimônio cultural tangível e intangível para fortalecer a identidade nacional.²² Em outras palavras, o museu é dirigido a provocar o interesse da população hondurenha no conhecimento de sua história, da história do país, e à recuperação dos valores culturais, da auto-estima e do orgulho de ser hondurenhos. Na opinião do Senhor Carlos Ávila, ex-Ministro da Educação Nacional, falta no hondurenho identidade cidadã com seu próprio país, há um vazio de empoderamento fruto de uma cultura e formação cidadã de visão curto-prazista, que encontra resguardo no sistema educativo atual.

1.3.2 Os movimentos étnicos – o caminho para uma identidade enraizada

Na década de 1980 iniciou-se em Honduras certo movimento étnico que foi pouco a pouco tomando força. Em 1994, durante o governo do Presidente Carlos Roberto Reina, o movimento indígena organizado dirigiu-se em marcha de protesto à Capital, Tegucigalpa. A este movimento indigenista se juntou o movimento negro representado pelas organizações

²¹ Entrevista pessoal realizada em Tegucigalpa, Honduras, em agosto 2005.

²² Carlos Ávila- Ex-Ministro de Educação – durante entrevista em Tegucigalpa, agosto 2005.

garífunas²³ que, há alguns anos vinham cavando maiores espaços no meio cultural e obtendo um maior reconhecimento nacional de sua cultura. Esses movimentos reivindicaram então o reconhecimento e respeito de sua diversidade cultural e o reconhecimento de seus direitos cidadãos.

Nesse mesmo ano, 1994, foi criado o Instituto Hondureño de las Culturas Autóctonas y Populares. Mais importante ainda, foi a promulgação do “Acuerdo Presidencial”²⁴ pelo qual se reconhece a nação como “pluriétnica” e “multicultural”.

Este reconocimiento de la sociedad hondureña como una “nación pluriétnica” también movilizó a los grupos étnicos hacia el reclamo de otras reivindicaciones no solo educativas, sino también sanitarias, jurídicas, sociales y políticas, las cuales empezaron a ser atendidas por el Estado.(AMAYA BANEGAS, op.cit. p.60).

Cada vez mais, no país se consolida o reconhecimento oficial dos direitos das diferentes etnias que compõem a população hondurenha. Honduras também aderiu, e ratificou o Convênio 169 da OIT, o que é mais uma mostra desse reconhecimento. Os candidatos à Presidência da República, em 2005 assinaram com as comunidades afro-hondurenhas um documento no qual as comunidades, além de reivindicar seus direitos de propriedade às terras ancestrais, solicitam sua inclusão nas diferentes instituições que conformam o Estado, em outras palavras buscam “*una inserción en el proceso sin perder los valores culturales, la identidad de la comunidad*” (ALVAREZ CASILDO, El Tiempo, maio 2005). Em novembro de 2005, como resultado das eleições gerais dois membros de comunidades étnicas (que se reconhecem como tal), foram eleitos Deputados.

Nos últimos anos, houve, também, uma evidente consolidação das organizações da sociedade civil, que “*en lugar de la búsqueda de una unanimidad nacional parece inclinarse por una convivencia democrática en la que cada grupo participa desde sus propias identidades en la construcción de consensos estratégicos*” (LEYVA, 2003, p.17). Embora aceitas ainda com algumas reticências pelas elites governantes, hoje essas organizações são

²³ Garífuna é como se denominação os grupos étnicos afro-descendentes do litoral norte do país.

²⁴ Decisão do Presidente da República, Carlos Roberto Reina, No 0719-EP- de 3 de agosto de 1994, que estabeleceu as políticas de educação bilíngüe intercultural atendendo a reivindicação das diferentes etnias se reconhece pela primeira vez oficialmente o “carácter pluricultural y plurilinguístico de la sociedad” hondureña” (AMAYA BANEGAS, em PARADIGMA, No. 17, 2004, p.59).

consideradas interlocutores válidos nos foros de discussão dos assuntos que dizem respeito ao futuro do país e da sociedade como um todo.

Esses indícios de mudança parecem alentadores no sentido de consolidar um entendimento maior, por parte de todos os hondurenhos, de sua diversidade, facilitando o caminho para um mútuo reconhecimento e a consolidação de uma identidade dentro da diversidade o que poderia alcançar-se através de um projeto nacional de desenvolvimento do país, com a participação plena de verdadeiros cidadãos. Na opinião de Ramón Romero,

El proyecto histórico por realizarse, capaz de generar identidad nacional en Honduras, será resultado tanto del descubrimiento de elementos no superados de nuestro pasado, como de la creación de otros elementos económicos, sociales, políticos y culturales necesarios para lograr un futuro de bienestar para toda la nación. (ROMERO, 1990, p.28).

Pessoalmente acredito que em Honduras, sociedade produto da “ilusão e do erro”, parece que estamos chegando tarde. Estamos já atrasados na discussão e construção da tão procurada “identidade nacional” – conceito próprio de uma época onde imperava a noção primeira de Estado Nação. Onde o fortalecimento do próprio Estado estava intimamente ligado à existência do sentimento de pertencer a esse núcleo-Estado no qual convergia e se revelava um interesse comum fortalecido através de outros elementos identitários únicos e até homogeneizantes.

Hoje, época de globalização, caracterizada por uma profunda crise do Estado-nação e onde, paradoxalmente, se intensifica a procura por uma identidade própria a partir do reconhecimento e aceitação de múltiplas culturas, devemos render-nos à evidencia: O hondurenho não pode ser definido mediante uma chamada identidade nacional única, culturalmente homogênea. Insistir em encontrá-la seria persistir no erro e na ilusão de crer-nos, ou de fazer-nos crer, o que não somos.

Devemos, ao contrário, abrir-nos a esse processo que está apenas começando e que nasce do povo mesmo, através da procura do reconhecimento de si, de sua subjetividade (movimentos indígenas ao qual se somaram as etnias garífunas) e por isso mesmo do reconhecimento, aceitação e respeito de nossa diversidade étnica o que pode dar lugar à consolidação de uma identidade formulada no caldo pluricultural fruto de nossa riqueza étnica e múltiplos valores e referências culturais.

No entanto, no processo dinâmico no qual se constrói a identidade, não basta ter o reconhecimento “oficial” dessa pluriculturalidade se nós mesmos, os hondurenhos, não nos aceitarmos e não nos reconhecemos como iguais, na diversidade.

Nessa perspectiva, só ao reconhecer-se através do outro como sujeito atuante, o cidadão hondurenho poderá ser protagonista de sua própria história e parte imanente no processo de aceitação e construção de um sujeito pluriétnico, e por tanto pluri-cultural, capaz de, e disposto a construir um futuro comum apoiado em imperativos éticos de reconhecimento e respeito do outro. Não é possível ignorar que nessa época de contínuas transformações, “identidades culturais não são rígidas nem muito menos imutáveis. São resultados sempre transitórios e fugazes de processos de identificação... Identidades são identificações em curso” (SANTOS, 1999, P.135).

Pela experiência que se vive no país hoje, quase encurralado pela violência e mal encaixando em um mundo que não sendo imune aos efeitos da comunicação e às influências que atravessam as fronteiras deixa de ser local para vir a ser global, é de considerar que, como bem coloca Ulrich Beck,

Si no se alienta a nuestros contemporáneos a reconocer y afirmar la variedad de las fibras tradicionales entretejidas en su propia identidad, si no aprenden a valorar hasta qué punto las diversas culturas –en la alimentación, la música, el fútbol, etcétera- hace mucho que han pasado a formar parte integrante de su propia vida, estaremos en el mejor camino para universalizar el sentimiento de haber sido expulsados de nuestra patria, con los consiguientes brotes “naturales” de odio y violencia. (BECK, 2003, p.3)

Atrevo-me a pensar que a sociedade hondurenha é hoje uma sociedade em transição que, partindo das novas interações provocadas pela diversificação de atores que atualmente se manifestam na sociedade, possa estar plantando as bases para o que Castells (2000) descreve como uma “identidade de projeto” que se manifesta quando os atores sociais, utilizando-se do material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, buscam a transformação de toda a estrutura social.

A estrutura da sociedade hondurenha foi posta à prova na virada do século XXI, com a destruição trazida pelo Furacão Mitch em 1998. Essa tragédia causada pelas forças incontroladas da natureza foi considerada um divisor de águas no contexto socioeconômico,

político, cultural e ambiental do país. Caberá à sociedade hondurenha fazer desse divisor um fator positivo e decisivo para sua transformação, para a construção e consolidação de uma identidade nacional que alicerçada no esforço coletivo sirva para o seu desenvolvimento em todos os sentidos.

CAPITULO II

ONDE ESTAMOS

“Quando o homem compreende sua realidade pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim pode transformá-la e seu trabalho pode criar um mundo próprio, seu eu e suas circunstâncias” Paulo Freire.

Tendo como alicerce aspectos históricos relevantes para o país, no capítulo anterior fiz uma descrição geral de Honduras dentro de seu contexto geográfico, sócio-econômico e político ao tempo em que procurava a resposta, ou as possíveis respostas, a uma pergunta em particular: Quem São os Hondurenhos? Conhecendo agora um pouco do país e dos hondurenhos, neste capítulo serão abordados alguns aspectos da sociedade hondurenha atual. Uma sociedade que, a partir dos impactos causados pelo furacão Mitch, catástrofe natural que assolou o país em 1998, sofre mudanças significativas na sua estrutura política e social.

Novos atores vão destacar-se, conflitos subjacentes de diversa ordem virão à tona e sua confrontação, num contexto de consenso ou dissenso, serão o substrato sobre o qual se iniciará a reconstrução do país e o esforço conjunto de Estado e da sociedade para a elaboração de uma nova visão de País e a construção de uma nova sociedade. Assim, interessa atender diversas questões, a saber: qual é o cenário no qual se projeta a sociedade hondurenha atual? Quem são os atores relevantes? Quais os conflitos, embates ou consensos sobre as quais se constrói essa nova sociedade? As mudanças foram reais ou apenas aparentes? Há efetivamente condições para a construção desse novo país? Em suma, ONDE ESTAMOS?

Para tal efeito, o histórico econômico e social de Honduras nas últimas três décadas pode ser dividido em dois momentos: antes e depois do Mitch.

2.1 ANTES DO MITCH

2.1.1 O retorno à Democracia

No início da década 1980, encontramos-nos com uma Honduras convalescente politicamente, apenas saindo de vários anos de ditadura militar e iniciando um processo de redemocratização e de fortalecimento do estado de direito. Com a eleição de uma Assembléia Constituinte em 1980 e com a sanção e adoção de uma nova Constituição em 1982, ano da posse do primeiro governo eleito após anos de governos ditatoriais, inicia-se a transição do autoritarismo militar à democracia representativa no difícil contexto político da América Central.

Com efeito, a América Central era, nesse momento, palco da oposição entre as duas grandes potências hegemônicas no âmbito da confrontação Leste-Oeste. Ante a instauração do governo sandinista na Nicarágua, abertamente apoiada pela URSS, Cuba e o governo socialista de François Mitterrand, os Estados Unidos pressionavam Honduras para, a partir de seu território, manter uma frente estratégica de luta contra o sandinismo.

Em 27 de Janeiro de 1982, Roberto Suazo Córdova tomou posse como o novo Presidente de Honduras e de fato,

iniciaba em aquella fecha, um gobierno de cuatro años, señalado por las dificultades más grandes que gobierno civil alguno hubiese tenido en su camino. No solo tenía el reto de facilitar la primera fase de la transición del autoritarismo militar al estado de derecho, sino que además, demostrar que la democracia era eficiente para facilitar el desarrollo económico, especialmente en momentos de inestabilidad como eran los de la década de los ochenta. Pero el reto mayor, en la política exterior de su régimen era sobrevivir a la evidente instrumentalización que el gobierno del Presidente Reagan buscaba para mantener un dinámico frente de lucha en contra del gobierno de los sandinistas instaurado en Nicaragua después de una guerra civil, concluida en 1979. (MARTINEZ, 2004, Introd. vi).

É nesse contexto de instabilidade política internacional que Honduras trata de restabelecer sua estabilidade política interna e atender às demandas por melhores condições econômicas e sociais que, como é natural num ambiente de maior liberdade, tornam-se cada vez mais prementes. No entanto, difícil seria para a ainda frágil democracia hondurenha subtrair-se às pressões do contexto geopolítico.

Assim como hoje predomina a doutrina anti-terror imposta pelo poder hegemônico em quase todo mundo, na década de 1980, segundo Diaz Arrivillaga, foi na América Central que os Estados Unidos implementaram sua Doutrina de Segurança Nacional sob a qual, uma vez mais na história de Honduras, os interesses nacionais tanto no plano político quanto no econômico e social, foram subordinados aos interesses americanos. Foi dessa forma “*que Honduras contuvo, artificialmente, la explosión de una crisis económica que comenzó a gestarse desde la década anterior*” (DIAZ ARRIVILLAGA; ROBLEDA; SALOMON, 2002, p. 7).

Em Honduras era tão ou mais importante, evitar a explosão de uma crise econômica, quanto manter o equilíbrio institucional e evitar uma crise de governabilidade, o que representava uma verdadeira ameaça para a incipiente democracia hondurenha.

Com relação à interpretação do conceito de governabilidade, Norberto Bobbio ao abordar o tema das relações Estado e sociedade, comenta que a governabilidade pode ser interpretada também dentro da ótica dicotômica com que tradicionalmente essas relações têm sido abordadas. Uma sociedade, ele diz, torna-se tanto mais ingovernável quanto mais aumentam as demandas da sociedade civil e não aumenta correspondentemente a capacidade das instituições de a elas responder, ou melhor, com a capacidade de resposta do Estado alcançando limites talvez não mais superáveis (donde o tema, por exemplo, da “crise fiscal”) (BOBBIO, 2000, p. 36).

Em Honduras a ameaça era real. Num período de desequilíbrio fiscal, no qual a poupança corrente chegou a ser negativa e houve uma forte contração do volume de investimentos privados e da produção, a forma de atender as demandas da sociedade e conter a explosão social que teria sido o corolário da profunda crise econômica que vinha se alastrando nas últimas décadas, foi aceitar as condições que o contexto geo-político exigia, e com isso, propiciar o “fácil”, (uma vez que o cumprimento de condicionalidades²⁵ era menos exigido), e contínuo fluxo de recursos externos.

²⁵ Segundo Lopes a condicionalidade, no contexto das estratégias de redução da pobreza, é vista pelos organismos internacionais de financiamento, como um conjunto de políticas baseado em compromisso mútuo para redução da pobreza e reforma das políticas (2005, p. 150). Entretanto, no contexto do Consenso de Washington o cumprimento com os ajustes estruturais eram a essência das condicionalidades.

Graças à posição estratégica de Honduras na zona de conflito, grande volume de recursos entrou no país, seja como ajuda, seja como empréstimos para o desenvolvimento e/ou para o fortalecimento das instituições democráticas ou ainda, paradoxalmente, abertamente dirigidos ao fortalecimento das instituições castrenses e ao estabelecimento de uma base estratégica norte-americana. Em suma,

o déficit fiscal y los saldos negativos en la cuenta corriente de la balanza de pagos, solo pudieron ser cubiertos mediante un flujo positivo de recursos externos provenientes de fuentes multilaterales y bilaterales (especialmente de EEUU), que se mantuvo en un promedio de US\$ 220 millones por año o sea US\$ 1,300 millones entre 1980-85.(WALKER, 1990, apud DIAZ ARRIVILLAGA; ROBLEDA; SALOMON, 1997, p.33)

O preço pago por Honduras foi tanto político quanto econômico. Primeiro, no plano político, perante a comunidade internacional, da qual sobrevieram o “esfriamento” nas relações com alguns países e dilações na concessão de recursos de cooperação, além de múltiplos protestos de grupos organizados ante as representações diplomáticas de Honduras no exterior. Por outro lado, perante o próprio povo hondurenho, ator e espectador humilhado dos acontecimentos no país.

A esse respeito, Juan Ramón Martínez, ao criticar a posição hondurenha, na época, comentou:

Honduras es el único país de América Latina en donde los carros militares de USA transitan libremente; el único lugar en donde a vista y paciencia de los hondureños y especialmente la de los miembros del Congreso Nacional, se construye infraestructura militar que en el momento indicado no será manejada por los hondureños y ni siquiera para defensa del país. ...lo que se ha hecho no es una alianza, sino que se ha puesto a Honduras de rodillas, al servicio de quienes desde Washington, quieren involucrarnos en una guerra que posiblemente persigue objetivos deseables para algunos grupos de Estados Unidos, pero que no representan ninguna alternativa honorable para nosotros los hondureños (2004, p.175).

Em segundo lugar, no plano econômico, as conseqüências de tantas facilidades de crédito e fluxo de recursos não se fizeram esperar, uma vez amainado o conflito, na segunda metade da década. De fato, o cumprimento com as condicionalidades estabelecidas pelos Organismos Internacionais de Financiamento (OIF) voltou a ser rigorosamente exigido, segundo Diaz Arrivillaga, (1997, p.34), ao modificarem-se os interesses políticos estratégicos

dos EEUU em Honduras, o que facilitou as pressões exercidas sobre o governo hondurenho para adotar medidas de ajuste estrutural.

2.1.2 O Cenário Econômico: ajustes fiscais e corrupção

Entre 1982 e 1997 dois governos liberais consecutivos, um governo nacionalista e novamente um governo liberal sucederam-se no poder. Todos eles lidando com uma situação de constante deterioração da situação econômica e social. A busca de soluções passou pela assinatura de acordos de ajuste estrutural que não impediram, contudo, os continuados desequilíbrios fiscais e o aumento da dívida pública, que chegou a alcançar 70% do PIB.

Em 1990, o governo nacionalista de Rafael Leonardo Callejas, recém inaugurado,

pone en vigor la Ley de Ordenamiento Estructural de la Economía (Decreto 18-90) que contiene el programa de estabilización y ajuste Económico (PAEI) el cual se enmarca en los lineamientos de política que apoya el Fondo Monetario Internacional Este enfoque es coincidente con el ajuste estructural que propone el Banco Mundial en su primera fase. (DIAZ ARRIVILLAGA;ROBLEDA; SALOMON, 1997, p. 34).

Parte dos ajustes acordados foi a desvalorização do Lempira,²⁶ a aceleração dos processos de privatização dos serviços públicos, a eliminação do controle de preços, maior controle fiscal e outras medidas estabelecidas pelo denominado “consenso de Washington”, cujos efeitos nas economias e custos sociais são por demais conhecidos. Para reparar esses custos sociais foram estabelecidas medidas de compensação social que não foram, finalmente, mais que paliativos. Até hoje nunca houve em Honduras uma resposta integral e efetiva ao problema da pobreza.

As obrigações contraídas com a assinatura do ajuste estrutural não evitaram, porém, a dilapidação incontrolada dos recursos públicos que teve lugar no governo Callejas.²⁷ De acordo com um estudo de SECPLAN/OIT/PNUD (apud DIAZ ARRIVILLAGA; ROBLEDA; SALOMON,1997), em 1993, 70% dos lares hondurenhos viviam em condições de indigência

²⁶ O Lempira é a moeda nacional e leva esse nome para honrar herói indígena da época da conquista.

²⁷ O senador americano J. Helms, denunciou o governo Callejas como um dos governos mais corruptos. O ex-presidente e alguns ex funcionários de seu governo foram posteriormente levados a justiça para responder por irregularidades cometidas durante o período de governo.

e pobreza. No entanto, durante esse governo os gastos correntes passaram de 1,877 milhões de Lempiras em 1990 a 3,882 milhões em 1993 (Op.cit. p. 40).

Depois das seqüelas de corrupção deixadas pelo governo Callejas, o governo liberal de Carlos Roberto Reina²⁸, (1994 a 1998), “o governo da revolução moral“, como se auto-denominara, iniciou uma “cruzada” para combater os altos níveis de corrupção e buscar solução para a difícil situação econômica encontrada ao momento de tomar posse do cargo, em janeiro de 1994.

O governo de Reina advogava, igualmente, por mudanças na sociedade hondurenha. Essas deveriam ser alcançadas mediante o melhoramento da educação, do fortalecimento da sociedade civil e do respeito aos direitos humanos, entre outras propostas.

Segundo o “Plan Nacional de Desarrollo Educativo 1994-1997, *“el gobierno de la Revolución Moral establecerá las bases para la construcción de una sociedad en la cual la pobreza sea reducida a su mínima expresión y cada hondureño pueda satisfacer con dignidad sus necesidades básicas”* (PNDE, 1994, p. 2).

No entanto, muito pouco do proposto foi implementado e embora Reina tenha iniciado seu governo com ações decisivas para atacar a corrupção, ao ser dirigidas particularmente aos membros do governo precedente, estas ações foram apenas parciais, e se revelaram, portanto, incapazes de impedir que a corrupção também afetasse o governo da “revolução moral”. Nessa década os índices de corrupção chegaram a tal ponto no país que *by the end of the decade Transparency International rated Honduras as having the most corrupt public administration system in all of Latin America.* (FUENTES, 2003, p.117).

Ao terminar o mandato de Reina, as condições econômicas e sociais eram igualmente difíceis, com o agravante de que no momento de entregar o poder a seu sucessor, Carlos Flores Facussé, deixava assinado um decreto pelo qual, este podia, de acordo com os interesses de seu governo, dismantelar, como foi feito, uma das instituições mais bem

²⁸ Carlos Roberto Reina tinha sido Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos e representava o setor Social Democrata do Partido Liberal. Durante seu mandato teve espaço suficiente para uma significativa ampliação dos grupos de pressão, para maiores reivindicações de diversas organizações e uma maior participação da sociedade civil na formulação das políticas públicas.

consolidadas: o Ministério das Relações Exteriores. Não obstante, não se pode deixar de reconhecer as ações de seu governo para fortalecer o diálogo entre governo e sociedade civil, ao abrir espaço para estas organizações fazerem ouvir suas reivindicações e participar nas discussões sobre assuntos de interesse do Estado e da sociedade.

Pressionadas, ou não, pela situação política da região ou induzidas pelos organismos financeiros internacionais, as políticas econômicas tiveram pouco sucesso. Os objetivos propostos para sua implementação poucas vezes foram alcançados e os custos sociais foram cada vez maiores. As lamentáveis condições econômicas e sociais do país aparecem como o resultado concreto da pouca responsabilidade e da má administração da coisa pública, mesclada com um alto índice de corrupção que punha em evidência a falta de ética e compromisso social dos governos e governantes de turno.

2.1.3 O Cenário Político: Iniciativas governamentais e a participação da Sociedade Civil.

Apesar das deficiências apontadas, não se pode deixar de reconhecer, no entanto, que durante os governos mencionados algumas iniciativas importantes foram apresentadas em diversas áreas, e especialmente na área educativa. Tal é o caso da criação da Comissão de Modernização do *Estado*, do Conselho Nacional de Modernização da Educação, do Fundo Hondurenho de Investimento Social (FHIS) ou a proposta do Governo de Carlos Roberto Reina de transformar o sistema educativo nacional através do estabelecimento da Escola Morazánica²⁹, um programa que continha muitos dos elementos de base da Educação Ambiental. A proposta do governo de Reina era de uma escola diferente, concebida como fonte do desenvolvimento integral. De fato,

una escuela de calidad para todos, que contribuya a reducir las grandes desigualdades que presenta la sociedad hondureña. La (cual) concibe como una fuente de desarrollo integral de la persona humana, capaz de dotarla de los conocimientos, habilidades, valores y actitudes que le permitan satisfacer sus necesidades y contribuir al desarrollo económico, social y cultural del país en el contexto de una sociedad internacional cambiante (PNDE -1994-1997-OEI- p.1).

²⁹ A Escola Morazánica era o marco doutrinário de um novo modelo educativo apresentado pelo “Plan Nacional de Desarrollo Educativo 1994-1997” Os fundamentos históricos tem suas raízes no projeto morazanico orientado à construção de um Estado Moderno e Democrático, a consolidar a independência, sentar as bases do

Desafortunadamente, essas iniciativas, especialmente no que diz respeito à educação, não foram bem sucedidas. Razões não faltaram, entre elas, a falta de empenho e verdadeiro compromisso dos governos e da própria sociedade e a velha cultura do “curto-prazismo” que impera em Honduras e que costuma limitar toda e qualquer iniciativa ou política pública a um programa de governo sem qualquer possibilidade de converter-se em uma política de Estado que tenha sua continuidade assegurada no governo subsequente seja este de oposição ou inclusive do mesmo partido.

Paradoxalmente, e provavelmente como uma conseqüência natural da continuada crise econômica, da evidente deterioração das condições sociais e da fraqueza institucional, novas organizações da sociedade civil surgiram e outras foram consolidando-se num período de transição no qual ainda se temia pela fragilidade da recém instalada democracia. Entre essas, as representações organizadas de diferentes etnias indígenas às quais se uniriam posteriormente as organizações garífunas para protestar pelas condições de marginalidade continuada e para reivindicar o reconhecimento de seus direitos cidadãos.

Na luta pelo respeito aos direitos humanos e contra a corrupção, na sua ação social e em sintonia com a crescente preocupação ambiental, a Igreja vai ocupando, também, um espaço relevante. Em 1989, ou seja, dez anos antes do furacão Mitch, os Bispos de América Central ante o preocupante manejo irracional dos recursos naturais fazem um chamado às nações da região: *“Lanzamos una voz de alerta frente al peligro que significa el enriquecimiento de unos cuantos a costa de la irracional explotación de los recursos naturales”* (Carta Episcopal del Episcopado de CA. Apud CORRIVEAU, 1992, p. 28). E a igreja denuncia em 1998 que

Una gran porción de nuestro pueblo padece hambre crónica y una de sus causas, aparte de que los recursos naturales han sido diezmados, es que las mejores tierras han sido sembradas con cultivos agroindustriales, limitando así la producción de granos de primera necesidad (Op. Cit. P.29)

Posteriormente, em 1999, a mais alta autoridade eclesiástica de Honduras, o então Arcebispo, hoje Cardeal, Oscar Andrés Rodríguez, foi convidado a presidir a Comissão Nacional de Combate à Corrupção.

desenvolvimento econômico e elevar a condição de vida dos povos centro americanos. (Francisco Morazán é um herói nacional que lutou pela integração dos Estados da América Central.)

Em Janeiro de 1998, foi empossado o recém eleito presidente de Honduras, Carlos Flores Facussé. O governo de Flores se caracterizou desde o início pela extrema centralização das decisões, e um retrocesso na abertura do governo ao diálogo e à participação da sociedade civil nos assuntos do país que fora propiciada pelo governo de Reina. De fato, *Flores represented the conservative arm of the Liberal Party. Both he and key members of his cabinet had been part of Suazo Cordoba's administration in the 1980's and had had a tendency to centralize decision-making in the past.* (FUENTES, 2003, p.119) Não deve surpreender, portanto, o efeito de sua chegada ao poder no diálogo com a sociedade civil,

Carlos Flores Facusse's assumption to the presidency in 1998 initially worsened state-society relations. Although he had stated throughout his presidential campaign that he was committed to expanding civil society participation in government and decentralization, he did little to advance either. Flores refused to summon the Commission for the Modernization of the State or the CONACON³⁰ into session during the first few months of this administration. (This highlighted one of the problems with these organizations—that their ability to promote a dialogue among civil society groups and increase their influence over public policies was dependent on the will of state-centered, political elites.) Flores also reversed a process of decentralization that had been developing in the health sector since 1990 and refused to transfer 5% of the national budget to municipal governments as mandated by law. This brought him in direct conflict with the Asociación de Municipios de Honduras (AMHON or the Association of Honduran Municipalities), a group that represented the interest of municipal governments and that had become increasingly active during the 1990's. (op.cit, p. 118).

É nesse contexto que o furacão Mitch irrompeu em Honduras em 29 de outubro de 1998. As imediatas ações da sociedade civil no momento mesmo da tragédia serviram, paradoxalmente, para reverter a situação criada pelo centralismo do governo Flores. Apesar das reticências desse governo, graças a sua capacidade de resposta ante a tragédia e às pressões da cooperação internacional, a sociedade civil passará a ser considerada um interlocutor válido nas discussões e ações para a reconstrução do país.

Ao perfilar-se como o maior desastre natural jamais enfrentado pelos hondurenhos, com as mais trágicas seqüelas no aspecto econômico, social e ambiental, o furacão Mitch converteu-se, pela avalanche de mudanças imediatas por ele provocadas, no divisor de águas da história recente do país.

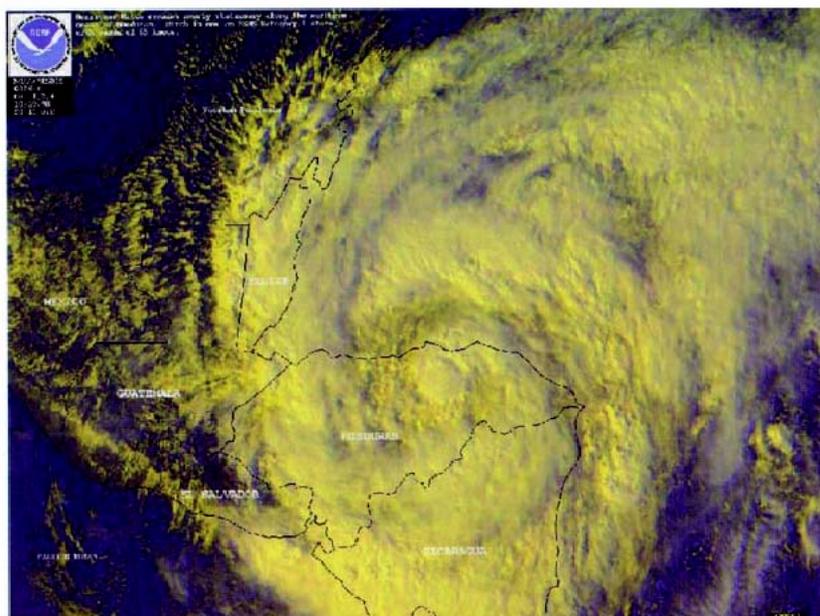
³⁰ CONACON-Conselho Nacional de Convergência estabelecido durante o governo de Reina como um foro de diálogo permanente para os diversos grupos da sociedade civil onde podiam discutir-se os diferentes assuntos de interesse social e elaborar propostas concretas de políticas públicas.

2.2 O FURACÃO MITCH



Fonte: <http://www.disaster-info.net>

Figura 6: Furacão Mitch frente a costa de Honduras, em 27 de outubro de 1998



Fonte: <http://www.disaster-info.net>

Figura 7: Furacão Mitch em 29 de outubro de 1998, as 20h15 UTC.

2.2.1 As Seqüelas do Furacão

A passagem do Mitch causou um desastre de “proporções bíblicas”, segundo expressou Tipper Gore, a esposa do Vice-Presidente americano Al Gore, ao visitar Honduras, um dos países mais afetados, levando ajuda e solidariedade. A propósito, é justo assinalar a imediata resposta da comunidade internacional que se fez presente para aportar sua solidariedade e considerável ajuda financeira que permitiram a Honduras, e ao resto dos países afetados, atenderem as necessidades imediatas e iniciar sua reconstrução.

As cifras sobre as seqüelas deixadas pelo Mitch são variadas, mas de acordo com alguns dados oficiais, o furacão Mitch, que afetou também El Salvador e Nicarágua, e em menor grau ou indiretamente, os outros países da região, deixou em Honduras um saldo de 5657 mortos, 8058 desaparecidos, 12272 feridos, 285,000 pessoas sem lar, 107 estradas e 189 pontes destruídas, e 17% das 9548 escolas do país ficaram danificadas. Além da destruição causada em 70% da produção agrícola do país, base tradicional de sua economia, houve igualmente consideráveis danos ambientais e sérios danos foram causados na estrutura física e na atividade industrial, agrícola e comercial do país, com perdas de mais de oitocentos mil dólares só no setor agrícola³¹.

Considerou-se, na época, que os danos sofridos pelo país como um todo, significavam um retrocesso de 10 anos num processo de desenvolvimento que, segundo os mais otimistas, a força de ajustes estruturais começava a dar frutos. Além dos incontáveis impactos psicológicos causados em toda a população, os danos materiais diretos e indiretos causados pelo Mitch foram estimados em US\$ 50 bilhões de Dólares.

³¹ “El Huracán Mitch en Honduras” Secretaria de Salud. Organización Panamericana de la Salud (OPAS).

Tabela 2: Conseqüências sociais do Furacão Mitch em CA

<i>País</i>	<i>Fallecidos</i>	<i>Desaparecidos</i>	<i>Heridos</i>	<i>Afectados</i>	<i>Evacuados</i>	<i>Viviendas afectadas</i>	<i>Puentes afectados</i>	<i>Acueductos dañados</i>
Honduras	6.600	8.052	11.998	1.393.669	2.100.721	41.420	215	1.683
Nicaragua	2.823	885	254	368.261		21.625	63	79
Guatemala	268	121	280	108.607	104.016	10.372	121	60
El Salvador	240	29		84.005	49.000	965	10	155
Costa Rica	4	4		307	5.500	1.933	69	12
Panamá	2			8.408	602		1	
Belice					75.000			
TOTAL	9.937	9.091	12.532	1.965.957	2.334.839	76.315	479	1.989

Fuente: Proyecto Estado de la Nación, 1999, pág. 261

Fonte: Projeto Estado da Nação 1999

2.2.2 O Mitch – Um Divisor de Águas

O Mitch, por vários motivos, é visto como um divisor de águas na historia recente do país. O governo hondurenho, acuado pela magnitude do desastre causado na estrutura física e na economia já extremamente precária do país, procura soluções. O país precisava sobreviver. Uma vez passada a avalanche de ajuda externa e solidariedade, precisaria contar com recursos próprios. Objetivamente, era necessário trazer divisas, reconstruir e tocar o país para frente.

Apesar da destruição causada na maior parte do país, Honduras, dependente de uma economia essencialmente agrícola, contava, ainda, com riquezas naturais e arqueológicas que, felizmente, foram pouco afetadas pelo furacão. Vistas como uma alternativa viável de forma imediata, serviram como ponto de partida para a idealização de um possível projeto de reconstrução econômica e de desenvolvimento. Assim, o turismo, até então tratado como um segmento secundário na produção nacional, foi declarado prioridade nacional.

O governo hondurenho decidiu, então, criar as condições para o máximo aproveitamento dos recursos e ambientes naturais, dentro de um contexto de conservação e equilíbrio ecológico. O turismo deixa de ser percebido como uma atividade complementar e passa a ser considerado como uma grande oportunidade de desenvolvimento econômico baseado no uso sustentável da riqueza natural e cultural do país. Passa a ser considerado no contexto da estratégia nacional de reconstrução e, mais tarde, como parte da Estratégia para

Redução da Pobreza. Esse mesmo ano, ainda sob os efeitos da devastação o Decreto No 314-98 foi formulado e em abril de 1999 a Lei de Incentivos ao Turismo foi aprovada. Essa Lei estabeleceu um novo marco fiscal e outros incentivos dirigidos a fazer do país um atrativo pólo para potenciais investidores no setor turístico. Os elementos relativos ao desenvolvimento do turismo em Honduras serão analisados em um capítulo posterior.

Indo além das primeiras reações governamentais, ao falar do Mitch como um divisor de águas e inevitável perguntar-se, ainda, por quê? O que mudou, efetivamente, em Honduras, ou no povo hondurenho, depois do Mitch? A resposta, não é fácil nem evidente e pode inclusive parecer às vezes contraditória.

Antes, brevemente mencionei que as mudanças trazidas pelo Mitch podiam ser concretas ou apenas aparentes. A razão desse comentário tem relação direta com as primeiras impressões e reflexões surgidas no momento imediatamente posterior à passagem do furacão. Ante a tragédia, houve uma resposta imediata de toda a população hondurenha não afetada ou daqueles menos afetados pela tragédia. Foi uma resposta solidária e entendida como um exemplo da firme vontade do povo hondurenho de lutar contra a adversidade.

Essa atitude positiva permitia imaginar que a desolação deixada pelo furacão poderia, eventualmente, servir como catalisador para a criação de uma maior consciência ambiental. Serviria, além disso, para despertar no hondurenho um maior impulso participativo na busca de soluções para os problemas do país, mudando as atitudes apenas receptivas por atitudes mais pró-ativas. Serviria, enfim, para fazer surgir um hondurenho novo, mais solidário, atuante, consciente e responsável para consigo mesmo, com o outro, com o país e com o meio ambiente. Em poucas palavras, um hondurenho capaz de conduzir com sucesso um processo emancipatório que lhe permitiria ser o protagonista de sua própria historia.

Contrariamente, ao imaginado, algum tempo depois da tragédia, a presença de centenas de hondurenhos ainda alojados precariamente em refúgios temporários, a esperar pacientemente que o Estado ou a cooperação internacional apresenta-se a solução de todos os problemas e depois, ainda, a insistente construção de habitações precárias em lugares de alto

risco, não deixaram lugar a dúvidas: em Honduras, deverão buscar-se, ainda, os caminhos que levem à população a uma verdadeira mudança de atitudes.³²

2.2.3 Redefinindo relações – Estado e Sociedade

O Mitch foi, no entanto, um divisor de águas ao provocar, pela força das circunstâncias, uma redefinição das relações Estado-sociedade que se dá através da reformulação dos mecanismos de participação da sociedade civil nas decisões que dizem respeito à reconstrução do país, e no processo de formulação de diferentes políticas públicas³³.

A atuação imediata das diferentes organizações, antes inclusive que o próprio Estado, no momento da tragédia, propiciou a abertura de espaços para uma maior participação da sociedade civil na discussão e tomada de decisões sobre os assuntos de interesse nacional e na formulação de políticas relativas à reconstrução do país especialmente no período imediatamente posterior à tragédia. Uma mudança significativa, no contexto político hondurenho, que parece confirmar a tendência por demais atual em qualquer sociedade democrática, o surgimento de novos atores e a abertura de novos campos de atuação. Na opinião de Maria Estela Bernardo,

as políticas públicas são a forma mais visível da operação concreta do interesse coletivo com suas diferenciações e segmentações internas. Elas expressam escolhas diante de alternativas diferentes ou conflitantes de aplicação de recursos públicos. Constituem-se de escolhas, decisão e implementação de ações. As formas atuais dessa operação são influenciadas pelas mudanças de várias ordens no Estado e pelo surgimento e crescimento de novos atores e dinâmicas públicas na sociedade, que interferem em níveis de atuação antes vistos como área autônoma de governos (2001, p. 48)

³² Em artigo publicado no jornal *Le Monde Diplomatique* em fevereiro de 2005 se comenta que *Malgré les nouveaux dispositifs d'identification des risques, la population s'est réinstallée plus ou moins aux mêmes endroits et la dégradation de l'environnement n'a pas été contrôlée. Dans les faits, l'apport de nouveaux financements ne s'est pas accompagné d'une restructuration des flux vers les objectifs prévus. Ensuite, la reconstruction n'a rien transformé, se réduisant au remplacement des infrastructures endommagées et à des projets sociaux communautaires sans lien avec le modèle économique et la pauvreté.* (SALDOMANDO, 2005-LMD-p.3 doc. web)

³³ Os efeitos dessa redefinição nas relações Estado-Sociedade, são ainda mais importantes, uma vez que o processo de participação ativa da sociedade civil nas discussões dos assuntos de interesse do país, iniciado no governo Reina, 1990-1994, fora ignorado abertamente pelo recém empossado governo de Carlos Flores Facussé.

Dessa forma, o Mitch colocou no foco do contexto político-social hondurenho a presença inevitável da sociedade civil. Legitimada como interlocutor válido a partir de suas ações imediatas, tanto como formulador de demandas ante o Estado, quanto ao proporcionar respostas adequadas às demandas da população durante a emergência. A sociedade civil evidenciou, na prática, o que hoje é objeto de discussão na teoria, a deficiente capacidade de resposta institucional. Com efeito, nas recentes teorias sistêmicas da sociedade global, segundo Bobbio, a sociedade civil ocupa o espaço da formação das demandas que, quando dirigidas ao sistema político, este tem o dever de responder. Assim, o “contraste entre a sociedade civil e Estado põe-se como contraste entre quantidade e qualidade das demandas e a capacidade das instituições de dar respostas adequadas e tempestivas” (2000, p.36).

Em Honduras, a sociedade civil, compreendida aqui como o campo da organização social que se realiza a partir das classes sociais ou de todas as outras espécies de agrupamentos sociais fora do Estado enquanto aparelho (SCHERER-WARREN apud Santos - 1996) nos últimos anos vinha estruturando-se em diversos movimentos, guiados por objetivos distintos ou consolidando-se em torno da defesa dos direitos cidadãos, difusos ou não. No momento mais preeminente da catástrofe, a sociedade civil organizada demonstrou uma grande capacidade aglutinadora, de organização e, sobretudo de resposta ante as necessidades da população, canalizando de forma eficiente a ajuda até os mais atingidos pelo desastre.

O contraste se fez evidente quando, paradoxalmente, o Estado mostrou-se, num primeiro momento, quase que incapaz de responder com a mesma rapidez e eficiência às demandas da população. Os efeitos do desmantelamento do Ministério de Relações Exteriores se fizeram notar, entre outras limitações, nesse momento de crise.

A pouca experiência, o pouco conhecimento dos mecanismos da cooperação por parte da recém empossada equipe da chancelaria e a falta de pessoal nas representações diplomáticas, muitas delas acéfalas, resultaram na limitada capacidade de resposta, de organização e transmissão da informação demonstrada pela instituição, quando a atenção da comunidade internacional, oferecimento de ajuda, apoio e solidariedade, e pedidos de informação se focalizavam no país. Segundo Torres, “*Mas Allá de las limitaciones en la respuesta inmediata del gobierno que encabezaba el Presidente Carlos Flores Facussé (1998-2002), el país mostraba una falta de preparación social e institucional casi total ante un fenómeno natural tan grave*” (2004, p.3).

Por outro lado, segundo o mesmo autor, um dos elementos multiplicadores do impacto do furacão foi a ausência de políticas governamentais de prevenção de desastres e proteção do meio ambiente. Na sua opinião, *“de nada habia servido la experiencia de una larga lista de fenómenos naturales ocurridos en el país a partir de 1974, año de la catástrofe del huracán Fifi”* (TORRES, 2004, p.3).

2.2.4 Catástrofes Naturais e Consciência ambiental

O Mitch foi, de fato, a pior catástrofe natural sofrida pelo país. No entanto, não era a primeira vez que Honduras sofria os efeitos de um furacão de certa magnitude. Embora com seqüelas menos intensas que as de 1998, o furacão Fifi foi, igualmente, uma dolorosa experiência na vida dos hondurenhos, em 1974. Além disso, enchentes ou secas, com importantes seqüelas, principalmente econômicas, fazem parte do quadro de fenômenos naturais que, afetam o país de forma quase cíclica, situando-o num alto nível de vulnerabilidade ante esses fenômenos. A vulnerabilidade entendida aqui como a propensão de uma sociedade a sofrer um dano e as dificuldades encontradas para sua posterior recuperação (PNUD 2000; BENSON; CLAY, 2004). No entanto, poucas foram as decisões no âmbito governamental (políticas públicas) ou as ações, no âmbito da sociedade como um todo, dirigidas a subverter esse quadro.

Somente após o Mitch e pela força das circunstâncias, entre elas a pressão de organismos internacionais, o país tem caminhado para uma melhor organização da estrutura necessária para prevenir e/ou atender as necessidades em caso de desastres. Não obstante, persiste a incapacidade de coordenação intersetorial para uma melhor planificação das atividades de prevenção; para a elaboração de políticas públicas integradas dirigidas ao fortalecimento da estrutura econômica e social que permita, ao mesmo tempo, criar uma maior capacidade de prevenção e de resposta do país e da população ante as catástrofes naturais; e persiste ainda a incapacidade de criar uma maior consciência ambiental que conduza à melhor compreensão das relações sociedade-meio ambiente e, em conseqüência, ao controle e diminuição das ações predatórias que contribuem a aumentar a vulnerabilidade do país, e da população, aos fenômenos naturais.

A falta dessa consciência ambiental, somada a outros fatores, encontra-se na raiz de múltiplos problemas ambientais e sócio-econômicos. As análises do impacto causado pelo Mitch estabelecem que os efeitos do furacão e da tormenta tropical, foram ainda maiores devido às péssimas condições ambientais do país: alto índice de desmatamento, mau uso do solo, mau manejo de bacias hidrográficas, assoreamento de rios, entre outros, além das condições econômicas e sociais que induzem à população a construir edificações de estruturas frágeis e a habitar áreas de alto risco. *“No es de extrañar que los mas afectados por el huracán Mitch fueron los sectores más pobres, debido a su previa condición de vulnerabilidad socioeconómica, ambiental y política (TORRES, 2004, p.5).”*

2.3 DEPOIS DO MITCH

2.3.1 A construção de uma nova sociedade

Ao fazer uma análise retrospectiva, é possível dizer que o furacão Mitch foi, sim, um divisor de águas. Não só pelo fato de colocar o país perante sua própria vulnerabilidade, em todos os sentidos, política, econômica, social e ambiental. A passagem do furacão, além de provocar uma redefinição das relações Estado-Sociedade, colocou o país ante a necessidade de uma maior reflexão sobre sua própria realidade.

Foi assim que, no momento mesmo da tragédia, iniciou-se uma ampla discussão sobre a situação do país e da população hondurenha. Na ocasião, além de manifestar-se a urgência de reconstruir a estrutura física, colocaram-se os alicerces para uma reflexão mais aprofundada sobre o futuro do país. Discutiui-se sobre a necessidade de combater as iniquidades e de buscar melhores condições de vida para a população hondurenha, sobre a necessidade de elaborar um projeto de país com a participação de todos os hondurenhos e sobre a necessidade, enfim, de construir uma Honduras melhor.

Vilma Elisa Fuentes, em sua tese “Os Efeitos Políticos do Desastre e a Ajuda Externa”, assinala que os desastres, representando choques exógenos ao sistema político, podem afetar profundamente as estruturas políticas ao aumentar as demandas da população ao mesmo tempo em que reduz a capacidade de resposta do governo. Além disso, ela agrega,

Cuny explains that “*disasters often highlight the social struggles in society and underscore the inherent inequities within a political system. Earthquakes and hurricanes, for example, affect a disproportionately high percentage of the poor in developing countries ... A disaster makes it very evident that the poor are vulnerable because they are poor.*” (FUENTES, 2003, p.17).

Por outro lado, considerando os efeitos dos desastres de uma perspectiva diferente, na opinião de outros autores: “*Disasters can induce policy changes and institutional innovations that are ultimately beneficial, not only in reducing vulnerability but also in supporting economic growth and development...there is also conscious learning, with potentially profound long-term consequences.* (BENSON; CLAY, 2004, p. 28).”

As mudanças resultantes de uma tragédia, como no caso de Honduras, podem ser positivas ou negativas, definitivas ou apenas temporais. Isso, dependerá em muito, acredito, do grau de consciência que desenvolva a população sobre as suas condições de vida presentes e sua interação com o meio ambiente. Dependerá, igualmente, do interesse que desenvolva a população em investir em ações dirigidas a mudar efetivamente atitudes e comportamentos, por um lado. Por outro lado, dependerá da vontade política e da responsabilidade ética dos governantes para atuar em nome do interesse geral e não apenas atendendo o interesse individual ou de um grupo privilegiado da população. É nesses casos que a educação, concebida e aplicada como um instrumento de mudança de atitudes, pode fazer a diferença. Esse aspecto será discutido em capítulo posterior.

2.3.2 A cooperação internacional e a sociedade civil

Em decorrência da devastação causada pelo furacão, a região da América Central, e em particular os países mais afetados como Honduras, foram o foco das atenções da comunidade internacional. A tragédia trouxe consigo uma imediata e massiva ajuda internacional, bilateral e multilateral, através das representações diplomáticas no país, dos organismos financeiros internacionais, das agências de cooperação, da igreja e de diversas organizações não governamentais (ONG) presentes no país. O destino dessa ajuda e as pressões da cooperação internacional mudariam, pouco a pouco, o contexto decisório nacional.

Com efeito, “*cuando aún las aguas mantenían sumergidas grandes extensiones del territorio se perfilaron los três escenarios de interpretación y acción del Mitch*” (TORRES, 2004, p.6). Neles os atores principais, no contexto sócio-político nacional, definiram suas posições no contexto regional e nacional.

1.- No contexto regional, os governantes dos países da América Central, consideravam que o modelo econômico vigente não tinha relação alguma com as dimensões sociais da tragédia e viam a emergência como uma oportunidade para canalizar recursos externos para a região. Nessa ótica, a ocasião foi apropriada para apresentar, oficialmente, uma petição de moratória sobre as dívidas dos países mais afetados.³⁴ Segundo Torres, a estratégia imediatamente sugerida pelos governantes foi “*la reconstrucción de una Centroamerica fortalecida y moderna que ofrezca más y mejores oportunidades al comercio y a la inversión*” (TORRES, 2004, p.10).

2.- No âmbito nacional, a Sociedade Civil, na que se incluem diversas organizações e movimentos nacionais e ONGs internacionais atuando no país, teve um papel relevante e particularmente lúcido nesse contexto. Primeiro, mostrou a capacidade de proporcionar uma imediata resposta às necessidades da população. Em seguida, iniciou, ainda nos primeiros momentos da tragédia e sob a liderança do Foro Cidadão, uma das organizações mais combativas, “*un proceso de reflexión sobre las consecuencias político-institucionales del huracán y tormenta tropical Mitch y su impacto en la transición democrática del país*” (TORRES, 2004, p.11). Considerando necessário inserir a reconstrução física numa visão de longo prazo para a transformação do país, propôs um diálogo amplo para esse fim.

Em abril de 1999, realizou-se em Tegucigalpa o Encontro da Sociedade Civil da América Central para a Reconstrução e o Desenvolvimento. O documento final³⁵ desse encontro continha uma visão da sociedade civil sobre si mesma, e suas metas a curto, médio e longo prazos. Ao reafirmar seu compromisso com a construção de um processo de desenvolvimento sustentável na região, instava aos governos a aprofundar os processos democráticos, a criar mecanismos nacionais de participação na formulação, execução,

³⁴ Os governos da América Central apresentaram uma posição comum perante a comunidade doadora internacional, com relação à redução da dívida. No plano nacional, a bandeira pela redução da dívida externa foi adotada, depois, por diversas organizações da sociedade civil.

³⁵ O documento final foi assinado por representantes de agrupamentos de Guatemala, El Salvador, Nicarágua e por Honduras através de Espacio de Interforos de Honduras na representação de umas 14 organizações.

avaliação e seguimento das políticas, programas e projetos de reconstrução. Os instava, igualmente, a definir políticas de integração plena dos grupos indígenas, negros, camponeses e mulheres, entre outros, *“la reconstrucción no podía limitarse a una simple rehabilitación de los daños provocados por el huracán, sino a la necesidad de construir bases sólidas para el desarrollo humano y sostenible de la región”* (Op. Cit, 2004, p. 12).

3.- A cooperação internacional, antes de receber o chamado oficial de parte dos governos dos países da região, e especialmente daqueles mais afetados, já se encontrava na região, levando, além de uma solidariedade sem precedentes, a promessa de um forte volume de recursos. À medida que se atendia e passava a emergência, se perfilava a necessidade de estabelecer um processo organizado de reconstrução. Assim,

“respondiendo a las demandas de la comunidad internacional cooperante y de la sociedad civil hondureña, el gobierno constituyó el llamado Gabinete de Reconstrucción, integrado por altos funcionarios ministeriales, encargados de conducir no solo la fase de transición sino también el seguimiento de los proyectos nacionales e internacionales emprendidos. La gama de proyectos que se iniciaban era impresionante, de la atención de los albergues temporales hasta el manejo de cuencas y microcuencas” (TORRES, 2004, p. 19.)

A posição da cooperação internacional, especialmente da União Européia, foi, desde o início, coincidente com aquela manifestada pela sociedade civil. Não bastava reconstruir a infra-estrutura mantendo os tradicionais padrões políticos e sócio-econômicos. Era necessário atuar com uma visão de futuro e iniciar um processo de transformação integral da América Central para a adoção de um modelo de desenvolvimento mais sustentável.

Além de enfatizar a necessidade de incorporar considerações ambientais, políticas e sociais (transparência e participação) e econômicas (desenvolvimento local), a cooperação internacional demandava uma participação ativa da sociedade civil no processo de reconstrução e transformação da região. Como já mencionamos, no extremo oposto os governantes da América Central, consideravam prioritário tratar primeiro da reconstrução da infra-estrutura e obter tratamentos diferenciados em matéria de dívida externa, emigração dos nacionais particularmente para Estados Unidos, e comércio e investimentos.

O acerto das diferentes posições devia ser concretizado em uma proposta nacional, apresentada por cada país. Para isso iniciou-se um processo de discussões e consultas que

conduziriam aos Grupos Consultivos ³⁶ de Washington, Estocolmo e Madrid. A reunião de Estocolmo foi particularmente importante e seus resultados significativos no que diz respeito às relações Estado-sociedade em Honduras.

2.3.3 A Declaração de Estocolmo

Durante o período preparatório da reunião de Estocolmo, sob a coordenação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), foi definido o conteúdo dos planos nacionais em um amplo processo de consultas e debates através de seminários e foros de discussão. O período preparatório incluiu, além da primeira reunião do Grupo Consultivo em Washington, uma reunião extraordinária dos Presidentes da América Central com Bill Clinton, na Guatemala. Nessa reunião os Presidentes se comprometeram a cooperar mais ativamente na luta contra o narcotráfico e o crime organizado e obtiveram o respaldo do presidente americano para a ampliação dos benefícios no âmbito de iniciativas regionais.

A reunião de Estocolmo, segundo Grupo Consultivo, teve lugar em 25-28 maio de 1999 e produziu um documento de particular importância no qual se estabeleceram princípios e metas para a ação na região. De fato, a Declaração de Estocolmo estabelece o compromisso dos governantes da América Central e da Comunidade Internacional de compartilhar a responsabilidade na reconstrução e transformação dos países concernidos. Seis metas e princípios serviram de base para tal compromisso, dentre eles: reduzir a vulnerabilidade social e econômica da região, tida como a meta principal; consolidar a democracia e a governabilidade fortalecendo o processo de descentralização das funções dos poderes governamentais com a participação ativa da sociedade civil; e intensificar os esforços para reduzir a carga da dívida externa que aflige os países da região.

Nos seis princípios contidos na Declaração revela-se o acordo alcançado entre as diferentes partes. Por um lado, o interesse manifesto dos governantes em reduzir a carga da dívida externa, também apoiado por diversas organizações da sociedade civil e ONGs internacionais, foi colocado como um dos seis princípios e metas. Por outro lado, contrariando as posições de vários governantes a esse respeito, legitimou-se a presença e

³⁶ Grupos Consultivos são os mecanismos que utiliza a comunidade internacional cooperante para conhecer os planos nacionais e definir o montante e direcionamento dos recursos da cooperação.

participação da sociedade civil no contexto político nacional. Os governos se comprometeram, assim, a aceitar a plena participação da sociedade civil na implementação de programas sociais e nos processos de tomada de decisões sobre políticas nacionais.

Desse modo parecia consolidar-se o processo de mudança nas relações Estado-sociedade que, em Honduras, como já foi mencionado, se iniciara com a abertura de espaços de discussão sobre os assuntos de interesse nacional propiciada pelo governo de Carlos Roberto Reina em 1994 e que ficara interrompido, ao iniciar-se o governo de Carlos Flores Facussé, em janeiro de 1998.

2.3.4 Cooperação, Pressões e Mudanças: a realidade da dependência

A pressão exercida pelos doadores provocou, de igual forma, uma mudança de rumo na focalização das prioridades nacionais, encaixando essas no novo marco que se desenhava para a cooperação internacional. Temas como governabilidade e transparência³⁷, bem como preocupações com o meio ambiente, equidade social e sustentabilidade, passaram a ser temas relevantes na agenda oficial.

O trabalho conjunto para definir os eixos de um plano de reconstrução e transformação fortaleceu as relações da cooperação internacional com a sociedade civil³⁸ e dessa, ao menos por algum tempo, com o governo. No entanto, para dar seguimento aos acordos de Estocolmo e garantir o cumprimento dos compromissos assumidos, estabeleceu-se primeiro um grupo de coordenação composto pelos 5 maiores doadores (G-5), Posteriormente esse grupo foi ampliado e compõe o que hoje é chamado de G-15.

Os compromissos de Estocolmo estariam contemplados no “Plan Maestro de Reconstrução e Transformação Nacional” (PMRTN) que deveria ser elaborado pelo governo,

³⁷ Em 2002, Honduras criou o Conselho Nacional anti-Corrupção, sob a liderança do hoje Cardeal Oscar Andrés Rodríguez. O Cardeal Rodríguez é uma figura destacada da igreja católica latino-americana. Seu nome esteve entre os mencionados como possíveis substitutos do Papa João Paulo II.

³⁸ Importante exemplo dessas relações foi a elaboração, em 1999, da Estratégia de Assistência ao País para os cinco anos subsequentes, do Banco Mundial, em um processo amplo de consultas com a sociedade civil. As recomendações da sociedade civil foram amplamente refletidas no documento.

com a participação da sociedade civil, a partir de um amplo processo de consultas. No entanto, o governo, que havia aceitado a participação da sociedade civil, apenas pela pressão da cooperação internacional, mantinha-se pouco convicto do interesse que representava sua parceria no desenho do plano. O PMRTN foi preparado por uma unidade especial do Ministério da Presidência e, malgrado as múltiplas rondas de consulta realizadas, muito pouco das recomendações apresentadas pela sociedade civil foi efetivamente incorporado. O plano em si, foi implementado apenas de modo limitado.

En resumen, la mayoría de las metas del PMRTN no se alcanzaron, especialmente con la apertura en el grado de participación y compromiso de la ciudadanía en la gestión pública.- El problema central no fue tanto la escasez de recursos, siempre insuficientes, sino la falta de voluntad política para intentarlo.- El gobierno del ex presidente Flores recibió una ayuda externa sustancial para financiar la reconstrucción, al menos para desencadenar un proceso con objetivos distintos a los tradicionales. Solo para el período 1998-99 Honduras obtuvo unos 467 millones de dólares en donaciones de fuentes bilaterales y multilaterales, y 845 millones de dólares en préstamos. Sin embargo, pese a los desembolsos el PMRTN dejaba de ser paulatinamente objeto de consenso y mucho menos de ejecución. El énfasis sustitutivo lo empezaba a tomar uno de sus ejes menos desarrollados: la reducción de la pobreza, ligada a la iniciativa para los Países Pobres Altamente Endeudados (HIPC) (TORRES, 2004, p.54).

Com as deficiências estruturais e limitações institucionais tradicionalmente apresentadas por Honduras, não se poderia esperar outra coisa que a continuação da “tutela” por parte das agências de cooperação e dos organismos financeiros internacionais e, em consequência, as correspondentes condicionalidades para manter o fluxo de recursos.

Esta constante “tutela” explica-se quando por trás da disposição em cooperar e o interesse demonstrado em apoiar a implementação de novas políticas ou melhorar as condições econômicas e sociais do país encontra-se, por um lado, o interesse estratégico nacional dos grandes doadores bilaterais.

No documento da Agencia Americana de cooperação para o desenvolvimento, (USAID), *Honduras Country Plan in Support of the Central America and Mexico Regional Strategy 2003-2008* se estabelece o seguinte:

If the United States underestimates or neglects the importance of Honduras and the other Central American countries, we risk social and economic reversals that would undermine our interests. Collapsing democracies, economic deterioration, lost U.S. jobs and trade, increased human misery and poverty, loss of key biodiversity and

important commercial natural resources, and burgeoning illegal immigration across the borders are threats that are all too real. (e além disso) Because of the magnitude of the development challenge in Honduras, it is extremely important that international donor assistance be efficiently used and effectively coordinated. As a result of our involvement with the Donor Coordination Group (G-15), we are well informed about the objectives and programs of other bi- and multi-lateral donors, particularly those who are involved in the same sectors in which we are proposing to engage.

Por outro lado, encontram-se as mudanças de políticas ou o lançamento de novas iniciativas por parte da comunidade cooperante, o que leva a dificuldades de compreensão dessas múltiplas iniciativas e de adaptação por parte dos beneficiários dessa cooperação a tais mudanças.

2.3.5 A Estratégia para a Redução da Pobreza (ERP)

Honduras sendo um dos países mais pobres da América Latina,³⁹ fortemente endividado, tinha todos os elementos para ser considerado na iniciativa da Dívida para os Países Pobres Muito Endividados (PPME),⁴⁰ aprovada em 1999 pelo Banco Mundial e o FMI. Nesse contexto, seria considerada a possibilidade de reduzir, ou perdoar, a dívida de alguns países que qualificassem para ser considerados no quadro dessa iniciativa, por seus altos níveis de endividamento, além de atender a certas condicionalidades estabelecidas pelos Organismos Financeiros Internacionais (OFI), promotores dessa iniciativa. Entre as condicionalidades estabelecidas, estava a implementação de uma Estratégia para a Redução da Pobreza, (ERP), que devia ser elaborada através de um amplo processo de consultas com grupos de interesse de todos os setores do país; o cumprimento dos acordos assinados com o FMI e a implementação de ações dirigidas a alcançar as “Metas do Milênio” no contexto dessa estratégia.

Em Honduras, a ERP traçou uma série de reformas e programas de investimento em diversos setores. Dentre seus objetivos estão a redução da pobreza em ao menos 24% entre 2001 e 2015; o crescimento econômico; o aumento da cobertura educacional; o aumento do gasto social; a redução da vulnerabilidade ambiental. Para a implementação da estratégia

³⁹ Segundo o FMI “with a per capita GNP of US\$ 730 in 1998, Honduras is the third poorest country in the Latin American and Caribbean region, after Nicaragua and Haiti”. (IFM-IDA-Honduras HIPC-1999., p. 5)

⁴⁰ High Indebted Poor Countries Initiative (HIPC) como é conhecida.

foram assumidos novos compromissos financeiros com os organismos internacionais de financiamento.

Na opinião de Carlos Lopes, representante das Nações Unidas e do PNUD no Brasil (até 2005), as Estratégias de Redução da Pobreza (ERPs) são “formuladas para servir como documento estrutural no financiamento concedido para redução da pobreza e crescimento sustentável”(2005, p.144). São em si mesmas um novo instrumento de políticas, aprovado pelo Banco Mundial e o FMI em 1999, que surge em resposta às deficiências reconhecidas nos programas de ajuste estrutural e a um novo enfoque sobre a efetividade da ajuda e a percepção do papel crucial da apropriação dessas estratégias em nível nacional.

Segundo Lopes ainda,

Inicialmente, as ERPs, foram concebidas com a intenção de funcionar como uma base para o alívio à dívida externa no âmbito da Iniciativa da Dívida para os Países Pobres Muito Endividados... O conceito das ERPs é sustentado por um conjunto de valores que enfatiza o diálogo sobre políticas ligado à apropriação e execução nacional. Como tais, as ERPs estão se tornando, cada vez mais, o principal veículo para suporte dos doadores aos governos em que os programas estão se desenvolvendo.... As ERPs, entretanto, estão sujeitas a escrutínio e aprovação pelos conselhos do FMI e Banco Mundial seguindo uma avaliação preparada por funcionários dessas duas instituições.... Assim, uma das ambigüidades das ERPs é o fato de que elas foram criadas com o propósito de ser tanto uma estrutura de programação apropriada pelo país como uma base para empréstimos do Banco Mundial/FMI examinados por seus conselhos.⁴¹ (2005, p. 144-145).

A Estratégia para a Redução da pobreza em Honduras, cuja elaboração foi finalizada em 2001, ao final do governo de Carlos Flores Facussé, se baseia em seis pilares (áreas programáticas) que são transversalmente cortados por três temas principais, a saber: Equidade de Gênero, Sustentabilidade Ambiental e Descentralização. Entre os seis pilares, se conta a Aceleração do Crescimento Equitativo e Sustentável, a Redução da Pobreza Rural e Urbana; e Investimento em Capital Humano, entre outros (Banco Mundial, 2005). É nos pilares dessa estratégia que se encontram os cimentos da estratégia nacional de turismo sustentável que analisarei posteriormente.

⁴¹ Lopes coloca em seu livro as preocupações e questionamentos que surgem dada a ambigüidade que se apresenta na relação processo participativo/aprovação das estratégias pelo BM/FMI. Até que ponto a estratégia é efetivamente o resultado do diálogo e do processo participativo?

2.3.6 O compromisso: Uma nova Honduras para o século XXI

Ricardo Maduro, eleito em novembro de 2001, depois de uma profunda crise institucional⁴², recebe do governo anterior, e aceita, o compromisso de implementar a ERP durante seu governo (2002-2006). Dessa forma, o governo Maduro fez da redução da pobreza o tema central de sua agenda para o desenvolvimento de Honduras.

A fim de acelerar a implementação da estratégia, dentro do marco geral dos seis pilares da ERP, o governo priorizou algumas áreas para serem implementadas no curto e médio prazo:

- (i) O fortalecimento da governabilidade, que compreendia reforma política e judiciária; manejo do setor público de forma transparente e confiável, e combate ao crime e a violência para melhorar a segurança da população, entre outros.
- (ii) A restauração do dinamismo econômico e a criação de empregos através do firme compromisso de manter um quadro macroeconômico estável; reativação dos investimentos privados em setores de serviços chave que estavam sendo abertos ao setor privado (geração de energia e telecomunicações) e **em setores de alto crescimento como turismo, têxteis e maquila**, e reformas em governabilidade e transparência dirigidas a melhorar o clima para investimentos, entre outros.
- (iii) Desenvolvimento **de Capital Humano com foco no melhoramento da eficiência e qualidade da educação**, saúde, nutrição e recursos hídricos e serviços de saneamento básico, por meio de uma estratégia para incrementar o envolvimento municipal e comunitário no desenho, manejo e monitoramento da prestação e qualidade de serviços chave e a eficiência no uso dos recursos.

⁴² A candidatura de Ricardo Maduro à Presidência da República foi extremamente contestada. O candidato era acusado, pela oposição, de não ter a nacionalidade hondurenha. O resultado foi uma grave crise institucional que ameaçou seriamente o processo democrático.

As prioridades indicadas devem fazer, sempre, ênfase na sustentabilidade ambiental e prevenção de riscos, na equidade de gênero e na descentralização.

O desenvolvimento dessa estratégia tem particular importância no escopo desse trabalho. A restauração do dinamismo econômico através do desenvolvimento de setores de alto crescimento como o turismo, o desenvolvimento do capital humano com ênfase na educação e a necessidade de fortalecer a gestão dos recursos naturais, são os elementos que servirão de pauta para a discussão sobre a importância que, no contexto hondurenho, tem a relação entre turismo-educação ambiental e desenvolvimento sustentável. Esses temas serão discutidos posteriormente, em outro capítulo.

Além da implementação da ERP, Ricardo Maduro assumiu, ainda como candidato, outro compromisso igualmente importante, ou ao menos deveria ser considerado como tal. É um compromisso com o povo hondurenho, contido num documento que foi assinado, pelos candidatos presidenciais dos cinco partidos políticos e as organizações representantes dos diferentes setores da sociedade, em setembro de 2001, apenas dois meses antes da eleição presidencial da qual saiu vitorioso. Esse compromisso deveria ser cumprido nos quatro anos (2002-2006) do período de governo.

Nesse documento, o “*Acuerdo de Transformación Nacional para el Desarrollo Humano en el Siglo XXI*,” que fora assinado com o aval, tanto da sociedade civil quanto dos representantes da cooperação internacional em Honduras, os candidatos comprometiam-se a cumprir 19 compromissos de cunho político, econômico e social. Entre eles o compromisso de desenhar, construir e implementar uma visão de país para o século XXI.⁴³

Esse acordo, pela sua generalidade e a amplitude dos aspectos nele considerados era uma agenda para o futuro. Na medida de sua implementação deveriam ir concretizando-se processos há algum tempo começados e fortalecendo-se outros apenas iniciados.

⁴³ O documento continha 19 compromissos, dentre eles Construção de uma visão de país, apoio à descentralização e desenvolvimento municipal; aliança para a transparência e eficiência da gestão pública; plano de segurança integral das pessoas e bens; acordo para a transformação educativa ; apoio para uma estrutura de transformação florestal e de proteção ao meio ambiente.

Em Honduras, a cultura dos “compromissos eleitorais”, dos acordos e alianças políticas é antiga, e antigo conhecido é também o esquecimento em que caem tais compromissos uma vez passado o período eleitoral. Nessa ocasião, o cenário de compromissos pós Mitch levava a pensar que alguma coisa poderia ser diferente.

O compromisso foi lavrado num contexto sócio-político novo. A sociedade civil, respaldada pela comunidade internacional cooperante, fortalecia seu perfil de parceiro ativo nas ações de reconstrução e transformação do país e ambas estavam lá, servindo como aval de tais promessas, cuja implementação prometiam monitorar de perto.

Ricardo Maduro ganhou as eleições e inaugurou seu governo sob a égide desse compromisso, que se insere na esteira dos acordos e princípios de Estocolmo. No entanto, boas intenções, nem sempre fazem boas ações.

Como resultado das eleições o partido do governo obteve apenas uma maioria precária no Congresso Nacional, o que lhe impediu de manter o controle do poder legislativo. Da aliança com um partido minoritário, seu partido consegue apenas uma maioria simples no Congresso. Em conseqüência, *“la situación planteada limitó las posibilidades del Presidente de la República para impulsar algunas reformas ofrecidas em la campaña electoral, pero que requerían de una mayoría calificada que no poseía..”* (CEDOH-2004, 5).

Somada a essa fragilidade política, a decisão de Maduro, no começo de seu governo, de resistir-se a atender as exigências do clientelismo, a marca registrada de todos os governos hondurenhos, gerou, ainda, sérias fricções entre o Presidente e seu partido.

No entanto, visando à construção de uma visão de país, desejo expressado pela população ainda no meio da tragédia de 1998, em 2003, o governo convocou um “Diálogo Nacional” onde os diferentes aspectos das reformas foram discutidos. Estas discussões passavam ao mesmo tempo a formar parte do processo de consultas sobre a Visão de País e da estratégia de desenvolvimento.

É, nesse contexto, que trataram de ser implementados os compromissos de novembro, além dos outros compromissos, sobretudo medidas para reformas macroeconômicas e estruturais, assumidos com os organismos internacionais de financiamento. Honduras devia

qualificar para ser considerada dentro da iniciativa para os Países pobres Altamente Endividados e assim poder contar com os recursos necessários à implementação da ERP. Entretanto, diferentes setores representativos, grêmios fortes como o magistério e trabalhadores da saúde lideraram amplos protestos, contrários às medidas que, como resultado do processo de consultas, tinham sido adotadas. Isso dificultou ainda mais o quadro político do governo Maduro.

Com relação à visão de país, os resultados preliminares da Consulta Nacional a esse respeito, realizada em 2003, estabelece que:

Como visión de país se propende a construir una Honduras integrada, solidaria, democrática, participativa y segura, garantizada por un efectivo Estado de Derecho que sea real garantía de realización de la dignidad, la identidad nacional y la equidad social; que asegure el goce efectivo de calidad de vida con igualdad de oportunidades y posibilidades para el trabajo decente e ingresos dignos para todos los hombres y mujeres en un ambiente de paz, libertad, democracia y desarrollo que impulse permanentemente la productividad y competitividad de Honduras y su participación digna y provechosa en la integración centroamericana y en la globalización internacional (CEDOH 2004, p.19)

O governo de Ricardo Maduro finalizou em 27 de Janeiro 2006, quando passou o cargo ao Presidente eleito nas eleições de 27 de novembro 2005. Por diversas razões, cuja análise escapa ao foco desse trabalho, muito pouco dos diferentes compromissos assumidos foi, até hoje, cumprido.

De fato, pouco, muito pouco foi feito para cimentar verdadeiramente uma visão de país e fazer desse anseio manifestado pela população um projeto nacional. Malgrado as ações empreendidas com relação aos diferentes compromissos muito pouco foi concretizado. Assim segundo pesquisa realizada pelo Centro de Documentação de Honduras,

el Gran Diálogo Nacional, como uno de los más recientes pasos para consensuar una visión de país, aportó los insumos, las aspiraciones, los compromisos de la gente, pero no llegó a convertirse en política de Estado, ni tiene asegurado el acompañamiento técnico-financiero, tanto nacional como internacional. Los resultados del Gran Diálogo quedaron atrapados entre la confrontación del Poder ejecutivo y algunos sectores sociales y las aspiraciones presidenciales del Presidente del Poder Legislativo.⁴⁴ (CEDOH-2004, p. 20).

⁴⁴ O Presidente do Poder Legislativo a que se faz referencia é Porfirio Lobo Sosa, candidato presidencial do Partido Nacional para o período 2006-2010.

Sabemos que a reconstrução de um país é difícil e que mais difícil ainda pode ser a construção de uma nova sociedade sobre princípios para cuja adoção e apropriação ainda não estão dadas as condições, nem no povo como um todo e menos ainda nos seus governantes. A construção de uma nova sociedade será, alguma vez, uma realidade em Honduras, mais este é sem dúvida um projeto de longo prazo, para cuja realização deverão percorrer-se ainda muitos caminhos e ainda deverá “aprender-se muito ao andar”

Não obstante os limitados logros, em matéria social ou ambiental, que podem ser creditados ao governo Maduro, há algumas iniciativas importantes que foram implementadas e cujos efeitos terão, sem dúvida, significativa repercussão na população hondurenha. Dentre essas iniciativas, uma é de particular interesse no escopo desse trabalho: a Política Nacional de Desenvolvimento do Turismo Sustentável em Honduras, cuja elaboração e implementação, assim como os diversos aspectos associados a essa, será o objeto de análise na seqüência desse trabalho.

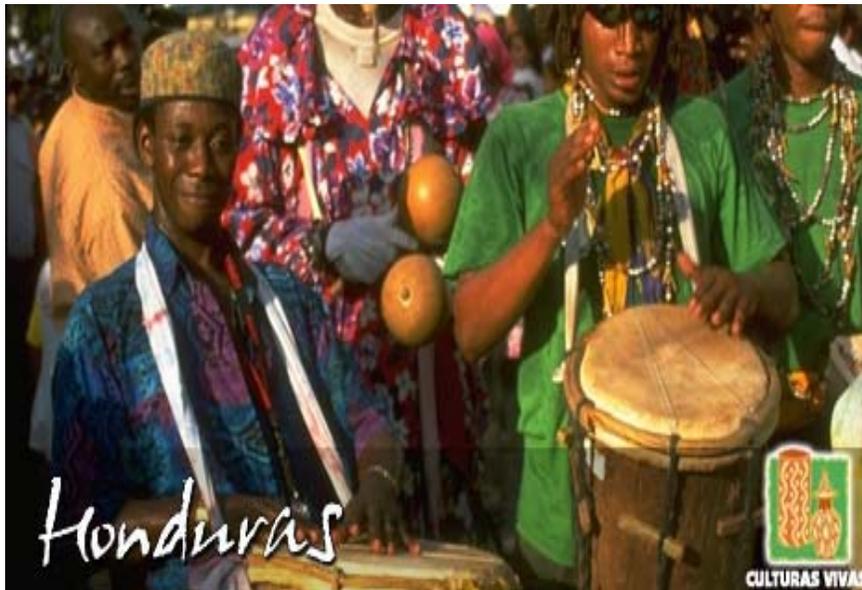


Figura 8: Garífunas

Fonte: www.letsgehonduras.com (IHT)

CAPITULO III

O QUE QUEREMOS

“Toute la société entière de leurs casuistes ne peut assurer la conscience dans l’erreur, et c’est pourquoi il est important de choisir de bons guides. Ainsi, ils seront doublement coupables: et pour avoir suivi des voies qu’ils ne devaient pas suivre, et pour avoir ouï des docteurs qu’ils ne devaient pas ouïr” Pascal

Nos últimos anos, ainda sob os efeitos da tragédia provocada pelo furacão Mitch, a sociedade hondurenha iniciou um importante processo de reflexão sobre a realidade nacional. A abertura do debate aos diferentes setores da sociedade colocou no centro da discussão a necessidade de construir e implementar, de uma forma participativa, uma visão de país que possa atender as verdadeiras aspirações do povo hondurenho.⁴⁵

Definiu-se, então, o anseio da população por mudanças que levassem a condições mais dignas de existência. À construção de um país mais justo e de uma sociedade mais inclusiva e participativa.

Tendo em consideração esses diferentes elementos, neste capítulo pretendo mostrar a resposta do governo de Honduras a esses anseios e o contexto no qual se identifica e adota o turismo como um dos caminhos possíveis para propiciar o crescimento econômico que permita oferecer melhores condições de vida para a população hondurenha. Tratarei de analisar, igualmente as condições institucionais, sociais e ambientais do país, elementos que compõem o cenário no qual será levada adiante a proposta governamental e que se perfilam como sérios desafios que o país deve enfrentar.

⁴⁵ Na opinião de Juan Ramón Martínez, jornalista e candidato à presidência da República pela Democracia Cristiana, em Honduras sempre houve uma visão de país, mas, ela não foi coerente nem consistente com a necessidade de todos. Na sua opinião, houve sempre uma visão de país para defender apenas interesses particulares das elites governantes. Entrevista em Honduras –julho de 2005- durante pesquisa de campo.

3.1 O DESEJO DE MUDANÇAS

3.1.1 Á procura de caminhos para a transformação

No entendimento oficial o caminho para a construção de um novo país passa, necessariamente e de forma prioritária, pelo estabelecimento de melhores condições econômicas para a população e a conseqüente elevação da qualidade de vida do hondurenho, o que deverá contribuir, necessariamente, para o melhoramento de sua auto-estima e o fortalecimento de sua identidade.

Procurando alcançar tais objetivos e em resposta às demandas de organismos financeiros internacionais, o governo hondurenho elaborou, com a participação da população através de amplas consultas com os diferentes grupos de interesse, a Estratégia de Redução da Pobreza (ERP), cuja implementação seria um dos pontos principais da agenda do governo de Ricardo Maduro (2002-2006). Dos seis pilares que compõem essa estratégia, três foram considerados prioritários pelo governo, para serem implementados em curto prazo (2002-2006). Um desses três pilares, de particular interesse no escopo desse trabalho, estabelece que por meio da ERP procurar-se-á:

Restaurar o dinamismo econômico e a criação de empregos através do firme compromisso de manter um quadro macroeconômico estável; a reativação dos investimentos privados em setores de serviços chave que estavam sendo abertos ao setor privado (geração de energia e telecomunicações) e **em setores de alto crescimento como turismo, têxteis e maquila**, e reformas na governabilidade e transparência dirigidos a melhorar o clima para investimentos, entre outros. (ERP, 2002)

Nesse contexto, o governo hondurenho desenvolveu ações e adotou algumas políticas dirigidas a implementar esse dispositivo. Com relação aos setores de alto crescimento, houve investimentos médios realizados no setor têxtil e importantes investimentos, majoritariamente estrangeiros, foram dirigidos à instalação e funcionamento de fábricas montadoras, ou *maquila*⁴⁶ como é conhecida a atividade desse setor.

⁴⁶ A maquila é uma atividade que começou a desenvolver-se nos anos de 1990. A instalação massiva dessa indústria tem sido objeto de críticas por parte de vários setores pelo pouco valor que agrega a indústria nacional. As empresas estrangeiras que dominam o setor tem sido alvo de múltiplas denúncias pelo constante descaso ao cumprimento das leis nacionais do trabalho. Mais grave, ainda, é que a importância desse setor na economia nacional inibe, muitas vezes, a ação governamental para fazer cumprir as disposições laborais.

Embora no contexto nacional a maquila seja um referencial no que diz respeito à criação de empregos diretos e indiretos, não é possível ignorar a contribuição limitada desse setor para o desenvolvimento da capacidade produtiva do país onde se instala. Com efeito, as fábricas montadoras, segundo Sachs (2004), são enclaves praticamente sem conexões produtivas no país em que funcionam. Dessa forma, os resultados para a economia local são modestos e se restringem ao aumento de empregos nem sempre bem pagos. Pelas mesmas razões, em Honduras, já em 1997, Arrivillaga, Robleda e Salomón comentavam:

Preocupa el hecho de que el gobierno le brinde tanta importancia al desarrollo de la maquila como la principal vía de lograr la industrialización del país. Ni el gobierno, ni la empresa privada deben considerar la maquila como la vía fundamental para el desarrollo industrial del país. La maquila es aceptable como vía temporal o complementaria a la industria nacional, pero nunca como la principal.(DÍAZ ARRIVILLAGA; ROBLEDA; SALOMÓN, 1997,pág. 51).

No entanto, o volume de atividades da maquila continuou a crescer nos últimos anos e hoje, em Honduras, é o maior item de exportação e, portanto, de geração de divisas para o país.

Uma oportunidade de diversificar a produção e as fontes de divisas apareceu em 1998, com a possibilidade de desenvolvimento do setor turístico que, em meio à destruição causada pelo furacão Mitch, surgiu como uma alternativa para o país. O turismo, a “indústria sem chaminés”, deixou de ser visto apenas como uma atividade complementar e passou então, a ser considerado prioritário para o desenvolvimento econômico do país. Dessa forma na Estratégia de Redução da Pobreza o turismo, junto com a maquila e o setor de têxteis, é considerado um setor de alto crescimento no país.

Do ponto de vista governamental, o turismo representa a oportunidade de um desenvolvimento sustentado e sustentável, que pode ser efetivado através da utilização dos múltiplos recursos que o país oferece. No discurso oficial do governo de Ricardo Maduro, (2002-2006) o interesse pelo desenvolvimento do turismo definiu-se assim:

el gobierno, presidido por el Licenciado Ricardo Maduro Joest, considera a la industria turística como una política de Estado de orden prioritario, reconociendo los grandes beneficios que puede aportar a la economía en términos de puestos de trabajo e ingresos de divisas, a fortalecer la identidad nacional así como a lograr

*mayores niveles de desarrollo sostenible, competitividad y una mejor calidad de vida para los hondureños.*⁴⁷

No entanto, nota-se certa ambivalência na abordagem oficial quando o desenvolvimento do turismo é tratado, na prática, como uma atividade preponderantemente econômica, dirigida, particularmente, à criação de empregos, diretos e indiretos, e à geração de renda⁴⁸.

É inegável que o turismo é, efetivamente, uma atividade de fortíssimo potencial econômico, mas não é apenas isso. É, também, uma atividade com fortes componentes sociocultural e ambiental, que devem ser cuidadosamente considerados, por qualquer país onde tal atividade seja desenvolvida.

No caso que nos ocupa é relevante indicar que, embora Honduras seja um país com uma alta vocação para o turismo e conte com os recursos naturais e culturais que podem levá-lo a situar-se entre os mais procurados destinos turísticos, as condições para o desenvolvimento dessa indústria apresentam sérios desafios, tanto para o governo como para os diferentes setores da sociedade. Tanto pela complexidade das inter-relações que no desenvolvimento do setor se estabelecem, quanto pelos embates ou conflitos que a gestão dos recursos, nos quais se baseia o desenvolvimento do setor, podem trazer a tona, num contexto de alta vulnerabilidade, particularmente, no aspecto ambiental.

Os componentes sócio-culturais e o desafio que representam estão inseridos e se identificam no discurso oficial, quando o governo considera que o desenvolvimento do turismo permitirá fortalecer a identidade e propiciar melhores níveis de desenvolvimento sustentável, competitividade e melhores condições de vida para a população hondurenha. Esses aspectos aparecem no discurso oficial como elementos essenciais da política nacional de turismo, mas, na prática o elemento de sustentabilidade é negligenciado em favor do crescimento econômico imediato.

⁴⁷ Manifestação oficial da Secretaria de Turismo na apresentação da Estratégia Nacional de Turismo Sustentável (ENTS-2005) e encontrada nos discursos das autoridades do setor em documentos que nos foram facilitados pela Secretaria de Turismo durante pesquisa de campo-Tegucigalpa –agosto 2005.

⁴⁸ Na opinião da Sub-Secretaria de Turismo, Eva Carolina Gómez (2002-2006) o objetivo fundamental para priorizar a atividade turística foi a criação imediata de empregos diretos e indiretos, os outros aspectos do turismo virão em decorrência de seu próprio desenvolvimento. Entrevista durante pesquisa de campo, em Julho de 2005.

Tendo em vista esses elementos, não se pode deixar de considerar, ao mesmo tempo, os estreitos vínculos da política nacional de turismo com a estratégia de redução da pobreza no país, bem como a interação que, com frequência, se estabelece entre políticas de desenvolvimento e degradação do meio ambiente. Esta relação entre desenvolvimento e meio ambiente é particularmente importante quando as ações dirigidas a promover o desenvolvimento são implementadas no contexto de um país que, como Honduras, tem uma profunda dependência de seus recursos naturais para gerar ingressos e onde as decisões políticas e econômicas para satisfazer a demanda de emprego e a necessidade de geração de divisas e renda, geralmente têm sido formuladas e implementadas sem maiores considerações sobre seus efeitos negativos no meio ambiente.

Trataremos posteriormente, neste capítulo, dos desafios que o desenvolvimento do turismo sustentável apresenta para Honduras e as ações do governo com relação aos aspectos sócio-culturais e ambientais do turismo no país.

3.1.2 O Turismo: Um Projeto Nacional

O interesse pelo desenvolvimento da indústria turística não é novo em Honduras. Já na década de 1950, houve, de parte do governo, manifestações de interesse em desenvolver turisticamente o país. Com a primeira lei sobre turismo, emitida em 1953, foram criados o Instituto de Turismo e, posteriormente, o Conselho Nacional de Turismo, durante o governo de Juan Manuel Gálvez. No entanto, só no início dos anos 1970 o Instituto teve suas funções aprovadas e foi praticamente recriado com o nome de Instituto Hondurenho de Turismo, passando a funcionar efetivamente.

Só nessa época se discute, igualmente, uma proposta para desenvolver o setor no âmbito de uma estratégia regional, que contaria com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Para esse fim, foram realizados estudos dirigidos a definir a vocação de cada país da América Central e os pólos turísticos que neles deviam ser desenvolvidos. As recomendações para Honduras foram o desenvolvimento e a promoção do mercado sol e praia.

Em meados da década de 1970, com um renovado interesse na promoção do turismo em Honduras, cria-se o Ministério de Cultura, Turismo e Informação, que seria o órgão oficial encarregado da promoção turística do país através de Instituto Hondurenho de Turismo.

Em 1976 a organização de Estados Americanos (OEA) realizou o primeiro “*Plan Maestro de Desarrollo Turístico de Honduras*” cuja proposta era o desenvolvimento do Litoral Atlântico, das Ilhas da Bahia e da zona arqueológica de Copán. (MARTINEZ, 1998). Atualmente, essas três zonas continuam sendo o alvo mais importante das políticas de desenvolvimento turístico no país e, embora comece a perfilar-se uma diversificação dos produtos turísticos oferecidos, o segmento sol e praia continua sendo privilegiado.

Nos anos 1980, o investimento público foi direcionado à construção ou melhoramento da infraestrutura naquelas áreas turísticas menos expostas às pressões da complicada situação política da América Central (em particular as Islas de la Bahia). Posteriormente, nos anos 1990, com a distensão do clima político e a assinatura dos acordos de paz na região, dar-se-ão as condições para novos investimentos e a retomada da estratégia de desenvolvimento regional do turismo, com um enfoque renovado. Além do desenvolvimento das áreas costeiras e o turismo de sol e praia, o Ecoturismo, a nova tendência no mercado turístico passou a ser desenvolvido (MARTINEZ, 1998). Nesse período, cria-se a “Ley de Zonas Libres Turísticas” (ZOLT), cujo regulamento, publicado em dezembro de 1996, favoreceu a chegada de investimentos privados no setor e um aumento dos investimentos públicos em infra-estrutura, nas regiões costeiras e em determinados corredores turísticos em outras regiões do país.

Vemos pelo antes mencionado que o interesse pelo desenvolvimento do turismo no país é de longa data e nasce estimulado, especialmente, pelos setores oficiais. O desenvolvimento do turismo, mesmo se posteriormente ganhou nova força impulsionado por interesses privados, inclusive externos, é, contudo, um projeto endógeno cuja adoção como uma política nacional de desenvolvimento foi propiciada, especialmente, pela urgência em criar as condições que permitissem atender, primeiro as necessidades mais prementes da população, e, posteriormente, abrir os caminhos que ajudassem a construir um país melhor depois que as principais fontes de renda foram destruídas pela desastrosa passagem do furacão Mitch por Honduras, em outubro de 1998.

Além disso, a opção pelo turismo foi uma decisão que revela um alto senso de oportunidade. As perspectivas apresentadas pelo turismo internacional eram em 1998 e são agora, particularmente interessantes e alentadoras.

Com efeito, segundo Diaz (2001), durante o período de 1995-1998, a renda do turismo figurava entre as 5 maiores fontes de recursos para 79 países em desenvolvimento. Para 28 desses países, o turismo foi a principal fonte de divisas, contando entre 20 e 79% no total de suas exportações. Em 1988, os países menos desenvolvidos detinham uma faixa de apenas 0,6 das exportações mundiais dos serviços internacionais do turismo com o ingresso de 2,4 milhões de turistas internacionais. Na década de 1990 o fluxo de turistas rumo aos países menos desenvolvidos cresceu mais rapidamente do que o fluxo de turistas para o resto do mundo. O turismo passou a ser a primeira fonte de divisas para um grupo de 49 países menos desenvolvidos.

O turismo começa a ser visto, então, como um fator de desenvolvimento. Como tal, foi objeto de considerações na Agenda 21 durante a Rio-92 e passou a ser influenciado, também, pela nova corrente de pensamento que se concretizara nessa conferência. A noção de ecoturismo dá lugar à noção de turismo sustentável que será, posteriormente, objeto de diversas conferências internacionais e de intensa discussão na Comissão das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável.

Em Honduras a noção de turismo sustentável passou, recentemente, a fazer parte da política nacional de turismo. A partir de 1998, imediatamente depois do Mitch, o governo de Carlos Flores Facussé, assentou as bases para o estabelecimento de uma política de desenvolvimento do turismo como atividade econômica prioritária: identificaram-se prioridades para estabelecer condições favoráveis de investimento no setor e criou-se a Secretaria de Turismo, uma instituição com status de Secretaria de Estado.

A secretaria vem a ser complementada pela estrutura do Instituto Hondurenho de Turismo, (IHT), instituição igualmente governamental, mas com uma composição menos politizada o que lhe permite manter em seus quadros profissionais altamente capacitados e motivados, o que permite o acompanhamento e implementação continuada de seus projetos. O IHT detém autonomia orçamentária e é o braço executivo da Secretaria de Turismo. A reconhecida dedicação e capacidade do pessoal do instituto têm permitido consolidar o

profissionalismo da instituição a que tem sido levada, provavelmente por isso mesmo, a abrir o leque de suas responsabilidades e de sua participação em atividades nem sempre diretamente relacionadas com o turismo, mas com setores transversais.

3.1.3 Turismo, Política de Estado: A Estratégia Nacional de Turismo Sustentável

A partir de 2002, e durante todo o governo de Ricardo Maduro Joest, (2002-2006), reforçou-se o desenvolvimento do turismo como uma política de Estado, por Decreto Executivo No PCM-014-2002, publicado no Jornal Oficial “La Gazeta” em 28 de março de 2003, criou-se o Gabinete de Turismo que, Presidido pelo Presidente da República, é composto pelas Secretarias de Turismo, *Gobernación y Justicia, Seguridad, Obras Públicas, Transporte y Vivienda, Finanzas, Recursos Naturales e a Secretaria de Cultura y Deportes*. Parece-nos importante ressaltar que a Secretaria de Educação não faz parte do Gabinete de Turismo.⁴⁹

O orçamento para o setor foi ampliado e as ações governamentais foram encaminhadas à promoção intensiva do turismo e a criação de uma Estratégia Nacional de Turismo Sustentável. Essa estratégia devia ser elaborada de forma participativa através de consultas às comunidades e municípios, particularmente naquelas áreas consideradas prioritárias para o desenvolvimento do turismo. No entanto, as consultas mais participativas se limitaram a duas regiões das mais importantes, Islas de la Bahia e a Zona Norte onde se localizam as praias do atlântico e onde se inclui, por razões estratégicas, a região de Copán. Nas outras regiões, as consultas foram menos participativas por falta de tempo e os limitados recursos destinados a essas atividades.⁵⁰

Muito do sucesso alcançado com a promoção do turismo e a obtenção de investimentos internos e externos, governamentais e privados no setor nos últimos quatro anos, foram atribuídos ao dinamismo do Ministro de Turismo Thierry de Pierrefeu (2002-2006) quem, além de ser um jovem e dinâmico empresário, é parente próximo do Presidente

⁴⁹ Quando questioneei, durante a pesquisa de campo, a não inclusão da Secretaria de Educação no gabinete de Turismo, no IHT fui informada de que só as áreas transversais consideradas relevantes para o desenvolvimento do turismo haviam sido chamadas para fazer parte do Gabinete. Pesquisa de campo, julho-agosto 2005.

⁵⁰ Informações recebidas na Secretaria de Turismo durante entrevistas – Pesquisa de campo em Tegucigalpa. Julho-2005.

Maduro, com conhecidos interesses empresariais no setor hoteleiro. Essa particular relação familiar teria facilitado, em muito, a tomada de decisões, muitas delas controversas, e sua imediata implementação.

Antes de concretizar-se como uma estratégia nacional, as atividades para o desenvolvimento do setor levaram à elaboração de estratégias regionais ou temáticas como a estratégia nacional de ecoturismo, a estratégia SAVE (“*Scientific, Academic, Volunteer & Educational Tourism*”) que deve permitir o desenvolvimento de estações de estudo para os turistas especificamente interessados em pesquisa; e alguns importantes projetos de desenvolvimento regional, como o “*Plan de Manejo Ambiental de Islas de la Bahia*” (PMAIB), um dos ecossistemas mais vulneráveis do país, o Projeto de “*Turismo Costero Sostenible*” para o desenvolvimento da região norte, especialmente a Bahia de Tela, com o turismo de sol e mar; e o Projeto de “*Desarrollo Integral del Valle de Copán*” para desenvolver o turismo na principal área arqueológica de Honduras. Essas diferentes estratégias e projetos estão sendo desenvolvidos com recursos de diversas fontes (BID, Banco Mundial, cooperação espanhola e outros) e serão parte integrante da Estratégia Nacional de Turismo Sustentável, cuja coordenação e elaboração final foi realizada por uma consultoria estrangeira.

É difícil imaginar que a estratégia nacional de um setor que é, por vocação, multidimensional e em cuja implementação deve trabalhar-se multisetorialmente, possa ser elaborada sem as necessárias consultas aos diferentes setores da sociedade, não só daqueles diretamente concernidos, ou sem informar amplamente à população cuja participação é fundamental para o sucesso de qualquer estratégia de desenvolvimento do turismo.

Com o objetivo de evitar, no possível, as impressões equivocadas, durante a pesquisa de campo em Honduras em Julho-agosto de 2005, decidi questionar diversos setores a esse respeito. Entre eles, a Câmara Nacional de Turismo⁵¹ (CANATURH) representantes da

⁵¹ Organização Representativa do setor turístico privado. A informação que obtive foi que a Câmara desconhecia essa estratégia de turismo sustentável, mas, conhecia outras iniciativas de levar adiante estratégias de turismo sustentável que no passado não obtiveram o apoio necessário para sua implementação. Um comentário adicional foi que a Câmara de Turismo era muitas vezes compelida a validar decisões da Secretaria de Turismo embora fossem pouco discutidas na Câmara uma vez que esta tem apenas uma força limitada para impedir qualquer ação governamental, mesmo sendo controversa.

empresa privada, organizações da sociedade civil, alguns dirigentes partidários entre eles um candidato à Presidência, autoridades do Ministério de Recursos Naturais, ONGs ambientalistas e organismos financeiros internacionais. A resposta foi unânime: a estratégia nacional para o desenvolvimento do turismo sustentável era ainda desconhecida por todos os entrevistados.

De acordo com informações que me foram proporcionadas no IHT, durante a pesquisa de campo, uma vez finalizada a estratégia, esta seria “socializada”, ou seja, seria apresentada aos diferentes setores de interesse, inclusive aos diferentes partidos políticos e seus candidatos presidenciais a fim de dá-la a conhecer e assegurar o apoio necessário para sua implementação no próximo governo. Assim se delineia um dos maiores riscos para a estratégia nacional de turismo sustentável. Tanto pela falta de apropriação do projeto por parte da população e dos setores de interesse, quanto pela eventual falta de apoio dos integrantes do novo governo que ao não ter compromisso com o planejamento e elaboração dessa estratégia passe a considerá-la apenas como uma política de governo e não como uma política de Estado prioritária, diretamente ligada à estratégia de redução da pobreza e ao objetivo de proporcionar à população melhores condições de existência.

É importante assinalar, no entanto, que antes mesmo da elaboração de uma estratégia completa para o desenvolvimento do turismo sustentável, o governo de Maduro publicou as diretrizes da “Política de Estado do Setor Turismo”, seus objetivos até 2021 e as projeções que para o desenvolvimento do turismo, nesse prazo, foram estabelecidas.

De acordo com as diretrizes elaboradas por SETUR/IHT, a política para o turismo é considerada uma política de Estado de Ordem Prioritário, cujo objetivo é conduzir o desenvolvimento turístico nacional, articulando as ações de diferentes instâncias e níveis de governo mediante ações de planejamento, apoio ao desenvolvimento e diversificação da oferta, da operacionalização dos serviços turísticos e da promoção do setor. Segundo os lineamentos dessa política, a visão do turismo para o ano 2021 é a seguinte:

En el año 2021, Honduras será el país líder en la actividad turística a nivel regional, ya que habrá desarrollado y diversificado sus mercados, productos y destinos. Las empresas serán más competitivas en los ámbitos nacional e internacional. El turismo será reconocido como pieza clave en el desarrollo económico y su crecimiento se habrá basado en el respeto de los entornos naturales, culturales y

sociales, contribuyendo al fortalecimiento de la identidad nacional.(SETUR/IHT-Plano de Ação, 2002-2006)

3.2 O PLANO DE AÇÃO 2002-2006

À espera da elaboração de uma estratégia nacional para o desenvolvimento do setor, a implementação da política de turismo iniciou-se com um plano de ação para o período do governo Maduro 2002-2006. Tendo como objetivo geral

Potenciar el desarrollo del turismo en base a una estrategia nacional con vistas a impulsar el crecimiento del sector en forma equilibrada, sostenible y responsable, a fin de coadyuvar en la creación de empleos, la captación de divisas y el desarrollo local regional (SETUR-IHT-Plano de Ação, 2002-2006)

Embora a estratégia nacional tenha sido apresentada apenas no final do governo, em dezembro de 2005, o trabalho realizado ao longo de quatro anos levou a alcançar, satisfatoriamente, as projeções estabelecidas pelo plano de ação para o período 2002-2006. Com relação à criação de empregos diretos, partindo de dados de 1996 com 17.099 empregos diretos e 26.930 empregos indiretos se projetou um total de 54.486 empregos diretos e 58.834 indiretos em 2006.

O ingresso de divisas partindo de 1996 com US\$115.0 milhões se projetou um ingresso de US\$ 662.3 milhões para 2006. O número total de visitantes que em 1996 foi de 263.300 foi projetado para um total de 1.366.818 em 2006. De acordo com o relatório do setor apresentado pelo Secretário de Turismo ao final de 2005, as cifras alcançadas já em 2004 impressionam: o setor gerou mais de 93 mil empregos, entre diretos e indiretos, e uma receita de US\$ 410 milhões em divisas deixados por mais 900 mil visitantes, e por um significativo incremento do turismo interno. O turismo é hoje o segundo setor mais produtivo do país, depois da maquila ⁵².

Os objetivos desse esforço são, em princípio, dirigidos a contribuir para a construção da visão de país desejada pelos hondurenhos. Ou seja, um país econômica e socialmente equilibrado, respeitoso do meio ambiente e onde a população hondurenha, possa desfrutar de

⁵² Sem considerar o importante ingresso de divisas gerado pelas remessas de emigrantes hondurenhos no exterior, especialmente em Estados Unidos.

melhores condições de vida, ao participar ativamente daquelas decisões que lhe dizem respeito. Assim, ante os exitosos resultados alcançados pela atividade turística no país, resta perguntar-se quais são as condições em que tais resultados foram alcançados, considerando, especialmente, os elementos sócio-culturais e ambientais nos quais deverá apoiar-se o desenvolvimento do turismo sustentável em Honduras.

3.2.1 O Conceito de Sustentabilidade

Tanto na política nacional de turismo, no discurso oficial que apresenta essa política como prioritária, quanto no plano de ação para a implementação dessa política, forte ênfase é dada ao aspecto de sustentabilidade. Mas, na prática, como se entende e se insere esse conceito na política nacional de desenvolvimento do turismo sustentável em Honduras?

Como ponto de partida para encontrar essa resposta, recorreremos aos princípios definidos pela Carta para o Turismo Sustentável adotada na Conferência Mundial para o Turismo Sustentável realizada em Lanzerote, Espanha, em 1995.

Tourism development shall be based on criteria of sustainability, which means that it must be ecologically bearable in the long term, economically viable, as well as ethically and socially equitable for the local communities. Sustainable development is a guided process which envisages global management of resources so as to ensure their viability, thus enabling our natural and cultural capital to be preserved. As a powerful instrument of development, tourism can and should participate actively in the sustainable development strategy. A requirement of sound management of tourism is that the sustainability of the resources on which it depends must be guaranteed. (Carta para o Turismo Sustentável, 1995, p.2).

Os princípios de sustentabilidade assim definidos devem ser aplicados a todas as atividades do turismo, operações, estabelecimentos e projetos, incluindo formas tradicionais e alternativas.

Vemos que o conceito de turismo sustentável fundamenta-se essencialmente nos princípios essenciais do desenvolvimento sustentável, que de acordo com a proposta da Comissão Brundtland é aquele que atende as necessidades da geração presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades. Esse é, no entanto, um conceito altamente controverso que, antes, durante e depois de sua

“incorporação oficial” como um dos conceitos chaves do desenvolvimento, durante a Conferência de Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, em 1992, despertou opiniões e posições muitas vezes radicais, que estimularam um profundo debate, até hoje inacabado.

A proposta de um desenvolvimento sustentável como alternativa para promover a inclusão social, o bem-estar econômico e a preservação dos recursos naturais tem sido amplamente incorporada nas estratégias de desenvolvimento e nas posições oficiais de diferentes países, organismos internacionais, políticos e financeiros, e pela comunidade internacional como um todo, malgrado a controvérsia gerada em torno da contradição intrínseca do próprio conceito.

Antes de analisar a forma como o conceito de turismo sustentável é incorporado nas ações concretas do governo e da sociedade hondurenha, me parece importante fazer em primeiro lugar, embora sem pretender entrar nos pormenores do debate, uma aproximação à complexidade do conceito mesmo de desenvolvimento sustentável visto através de opiniões qualificadas diferentes.

3.2.2 Desenvolvimento Sustentável: O Paradoxo

Segundo Sachs (2004) para se alcançar a meta de uma vida melhor, mais feliz e mais completa para todos o crescimento é uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente. Ele faz uma clara diferenciação entre o crescimento econômico, apenas, e o desenvolvimento, assim, em sua opinião, “igualdade, equidade e solidariedade estão por assim dizer, embutidas no conceito de desenvolvimento, com conseqüências de longo alcance para que o pensamento econômico sobre o desenvolvimento se diferencie do economicismo redutor” (Sachs 2004, p. 14). Dessa forma, o objetivo maior do desenvolvimento é promover a igualdade e maximizar a vantagem daqueles que vivem nas piores condições a fim de reduzir a pobreza e não apenas maximizar o crescimento do PIB, o que geralmente parece ser a idéia por trás da maioria das políticas econômicas nacionais.

Por sua vez, o desenvolvimento sustentável, em sua opinião, se apóia sobre cinco pilares: o social, por motivos tanto intrínsecos quanto instrumentais; ambiental, territorial,

relacionado à distribuição espacial dos recursos, das populações e das atividades; econômico, sendo a viabilidade econômica a *conditio sine qua non* para que as coisas aconteçam, e político, a governança democrática é um valor fundador e um instrumento necessário para fazer as coisas acontecerem. Além disso, à dimensão de sustentabilidade social, o conceito de desenvolvimento sustentável acrescenta uma outra dimensão, a sustentabilidade ambiental que é baseada no duplo imperativo ético de solidariedade sincrônica com a geração atual e de solidariedade diacrônica com as gerações futuras. Assim, a sustentabilidade ambiental, segundo Sachs.

nos impele ainda a buscar soluções triplamente vencedoras, eliminando o crescimento selvagem obtido ao custo de elevadas externalidades negativas, tanto sociais quanto ambientais. Outras estratégias, de curto prazo, levam ao crescimento ambientalmente destrutivo, mas socialmente benéfico, ou ao crescimento ambientalmente benéfico, mas socialmente destrutivo. (SACHS, 2004, p. 15).

Para Enrique Leff, o conceito de sustentabilidade emerge do reconhecimento da função que cumpre a natureza como suporte, condição e potencial do processo de produção. Assim, em sua opinião, no discurso do eco-desenvolvimento, que será suplantado posteriormente pelo discurso do desenvolvimento sustentável, o conceito de ambiente é apenas estratégico para suprimir as “externalidades do desenvolvimento-degradação ambiental, distribuição social desigual dos custos ecológicos e marginalidade social” (2001, p.151)

Dessa forma, o discurso da sustentabilidade, *“lleva a propugnar por un crecimiento sostenido, sin una justificación rigurosa sobre la capacidad del sistema económico para internalizar las condiciones ecológicas y sociales (de equidad, justicia y democracia) de este proceso”* (idem, p.152).

O discurso da sustentabilidade apresenta, segundo Leff, uma ambivalência que deriva da polissemia do termo inglês *sustainability*. Este termo ambivalente tem um primeiro significado que sendo traduzível como *sustentável* implica *“la internalización de las condiciones ecológicas de soporte del proceso económico”*; um segundo significado implica na *“sostenibilidad o perdurabilidad”* do próprio processo econômico, assim a sustentabilidade ecológica seria a condição da sustentabilidade do processo econômico. No entanto, *“el discurso de la sostenibilidad ha llegado a afirmar el propósito de un crecimiento económico*

sostenible a través de los mecanismos del mercado, sin explicitar la posible internalización de las condiciones de sustentabilidad ecológica” (Op.Cit, p. 153).

Ainda em sua análise crítica do conceito de sustentabilidade, Leff, considera que:

la naturaleza está siendo incorporada al capital mediante una doble operación: por una parte, se intenta internalizar los costos ambientales del progreso; junto con ello, se instrumenta una operación simbólica, un “cálculo de significación” (Braudrillard, 1974) que recodifica al hombre, la cultura y la naturaleza como formas aparentes de una misma esencia: el capital. Así, los procesos ecológicos y simbólicos son reconvertidos en capital natural, humano y cultural, para ser asimilados al proceso de reproducción y expansión del orden económico, reestructurando las condiciones de la producción mediante una gestión económicamente racional del ambiente. (LEFF, 2001, p.156).

Se para Sachs “é necessária uma combinação viável entre economia e ecologia, pois as ciências naturais podem descrever o que é preciso para um mundo sustentável, mas compete às ciências sociais a articulação das estratégias de transição rumo a este caminho” (SACHS, 2002, p. 60) para Leff a racionalidade econômica induz uma estratégia de simulação e perversão do discurso da sustentabilidade, assim “el desarrollo sostenible se ha convertido en un trompe l’oeil que burla la percepción de las cosas y nuestro actuar en el mundo” (LEFF, idem)

3.2.3 O Desenvolvimento do Turismo e o Conceito de Sustentabilidade em Honduras

As posições de Sachs e Leff parecem traduzir o que no contexto hondurenho encontramos como teoria e realidade. Partindo dessas opiniões e tendo presente a estreita relação que se estabelece entre a política nacional de desenvolvimento e o desenvolvimento do turismo sustentável, abordarei a seguir o processo de incorporação e aplicação do conceito de sustentabilidade no desenvolvimento do turismo em Honduras.

O desenvolvimento do turismo encontra-se inserido diretamente num dos pilares da estratégia de redução da pobreza em Honduras, a restauração do dinamismo econômico. Além disso, segundo o discurso oficial, o governo presidido por Ricardo Maduro Joest considerou a indústria turística como uma política de Estado prioritária pelos grandes benefícios que pode aportar à economia em termos de geração de emprego e ingresso de divisas; para o

fortalecimento da identidade nacional; e para obter melhores níveis de “desenvolvimento sustentável”, competitividade e especialmente para prover uma melhor qualidade de vida para todos os hondurenhos. Assim, a noção de turismo sustentável só recentemente passou a fazer parte da política nacional de turismo.

Dada a íntima relação existente entre o turismo e a estratégia de redução da pobreza que fora delineada em atenção às demandas da cooperação internacional, não bastava, nesse contexto, continuar apenas a desenvolver o turismo de forma intensiva. Era importante incorporar no discurso oficial os lineamentos estabelecidos no discurso internacional e desenvolver o turismo de forma sustentável.

No obstante, não menos importantes são, na prática, os desafios que representa o desenvolvimento da atividade turística de forma sustentável num país cuja economia depende, essencialmente, de seus recursos naturais e com as singulares condições econômicas, sociais e culturais de Honduras.

Com efeito, para a implementação de uma política de desenvolvimento do turismo sustentável, as condições sociais, culturais e ambientais do país se revestem de particular importância ante o desafio que representa a gestão adequada de tais recursos de forma a permitir sua utilização ao tempo que se assegura sua conservação. Considero fundamental, nesse contexto, o papel que para enfrentar esses desafios pode ter a educação, e particularmente a educação ambiental, como instrumento de transformação, numa atividade que, sendo multidimensional e cada vez mais interativa como indicam as últimas tendências do setor, tende a gerar impactos diretos e/ou indiretos, sejam esses positivos ou negativos, não só nas comunidades diretamente envolvidas com o produto turístico, mas, na população como um todo.

O plano de ação adotado pelo governo Maduro, para propiciar a promoção e desenvolvimento do turismo sustentável, compreendia um período de quatro anos (2002-2006), correspondente ao mandato governamental. Nesses quatro anos, sem dúvida muito foi feito pelo desenvolvimento do setor, acompanhado de ações pontuais nos setores transversais.

Em termos de legislação preparou-se, por um lado, um ambiente propício para os investimentos. Por outro lado, diversas modificações foram realizadas nas leis diretamente

relacionadas com o turismo, como a Lei de incentivos ao Turismo, a Lei do Instituto Hondurenho de Turismo e outras. Uma das mais importantes foi a reformulação do Artigo 107 da Constituição Nacional. Ela ilustra o poder dos interesses que, durante o governo de Ricardo Maduro, deram suporte ao setor turismo. Essa disposição constitucional impedia aos estrangeiros adquirir terras ou propriedades de qualquer tipo em determinadas áreas do território nacional, tais como zonas limítrofes, ilhas ou na zona do litoral (área de vocação turística por excelência), entre outros.

A reformulação do artigo 107 para tirar o impedimento que essas disposições estabeleciam para o desenvolvimento de certas áreas turísticas com investimento estrangeiro, deu lugar a acalorados debates no Congresso Nacional os que culminaram, finalmente, com a aprovação da reforma. Depois dessa importante modificação, houve a aprovação da Ley de Ordenamiento Territorial. Na opinião dos especialistas,

A Ley de Ordenamiento Territorial, que entró en vigencia el 30 de enero del 2004, llena un vacío respecto a planificación de la gestión del territorio en base a principios y normas de obligatorio cumplimiento. Se crea además el marco institucional para rectorar y controlar el ordenamiento territorial en el país, que actualmente está diluido en una gama de leyes e instituciones. A pesar de que no se menciona expresamente la materia de turismo, es evidente su aplicación en este campo, tanto por el uso de la tierra como zona de turismo, como por su vinculación con otras actividades afines a este sector o al ambiental. (LARIOS, 2004)⁵³

Além dessas importantes modificações no plano legal, com a participação da empresa privada, foi criado o “Fondo Hondureño de Inversión Turística”, uma sociedade anônima de capital variável através da qual devem ser canalizados fundos governamentais e privados, nacionais e internacionais, para impulsionar o desenvolvimento do Projeto Bahia de Tela, um projeto antigo de 30 anos, extremamente ambicioso, dirigido a um turismo de alto padrão aquisitivo. Oficialmente espera-se que esse *resort* seja a vitrine do turismo hondurenho para o resto do mundo.

A esse respeito, vale a pena ter presente que “Quality, the aim of a successful tourism is not synonymous with expensive resorts, but attention to detail and good service and can be attained by natural disposition and by education, training and information” (CARNER, 2001, p.186). Apesar de que o Projeto Bahia de Tela será, segundo informação

oficial, uma “excelente fonte de emprego”, o projeto é considerado também como um dos mais controversos, De fato,

El plan maestro del proyecto se desarrolla em 3.2 km de playa en la costa caribeña de Honduras y se denomina “Los Micos Beach & Reesort” por encontrarse cerca de una importante zona de reserva natural en donde las aves exóticas y de belleza singular se conjugan con diversas especies de monos cara blanca, entre otras especies, en medio de algunas lagunas, montañas y arrecifes coralinos.⁵⁴

É difícil deixar de mencionar a ameaça que um empreendimento dessa natureza representa para os ecossistemas relacionados quando se carece de uma gestão adequada. Com relação à vulnerabilidade dos sistemas coralinos, vale lembrar que *‘it takes thousands of years for a coral reef to form, yet it can be wiped out the geological blink of an eye. It’s like an old-growth forest. Once it’s gone, it’s gone forever at least as far as we, our children, and our grandchildren are concerned’* (JOHNSON, Banco Mundial –Press release-2004).

A fim de promover o desenvolvimento sustentável do setor, obteve-se, igualmente, empréstimo de 35 milhões de dólares do BID para financiar a implementação do Programa Nacional de Turismo Sustentável, além de outros financiamentos dirigidos a diferentes projetos do setor, entre eles a capitalização de um Fundo de Fomento ao Turismo dirigido a potencializar as oportunidades de desenvolvimento de empresas menores. Impulsionaram-se, igualmente, diversos projetos nas zonas turísticas consideradas prioritárias.

⁵³ Em análise do componente legal-institucional na variável ambiental do setor turismo em Honduras no marco da avaliação estratégica do setor efetuado pelo Banco Mundial. (doc. de trabalho).

⁵⁴ Información publicada na pagina Web da Presidência da República de Honduras em novembro de 2004.



Figura 9: Bahia de Tela⁵⁵

Fonte: www.letsgehonduras.com (IHT)

Sendo o desenvolvimento do turismo parte integrante da estratégia de redução da pobreza, repercutiram positivamente no setor outras ações que, no âmbito dessa estratégia e como parte do programa de governo, foram iniciadas no governo de Ricardo Maduro. Notadamente, o estabelecimento de uma política social, não assistencialista e descentralizada, na qual se contam ações para a reestruturação do setor de saúde, com planos para reduzir a incidência do SIDA, Malária e Tuberculose. Na área educativa, houve investimentos em diversos programas apoiados pela cooperação internacional, entre eles o programa Educação para Todos e outros programas com objetivos de promover o desenvolvimento humano e as potencialidades de todos os hondurenhos. Entre esses avanços conta-se também a adoção da Lei de Municipalidades que fortalece os governos locais através de uma maior descentralização de ações e responsabilidades.

Em evento oficial, em novembro de 2004, o Presidente Maduro, ao comentar o fato de que todos os hondurenhos mantiveram sempre o sonho do turismo como uma forma de desenvolvimento sem que isso se concretizasse até agora, exteriorizou seu entusiasmo ao dizer que:

⁵⁵ Fotografia da Bahia de Tela na costa norte de Honduras- onde se pretende construir o maior *resort* do país. Fonte- Relatório 1.1 Modelo Turístico Atual. Documento da Estratégia de Turismo Sustentável.

Ahora tenemos un sector turístico que crece al 20% anual y en conjunto con el sector privado, hemos logrado este éxito en forma sostenida al grado que ahora llegamos casi a la capacidad instalada deseada y se ve la construcción de nueva infraestructura de todos los tipos de turismo” em sua opinião “ya no existe ningún hondureño que dude que el turismo es fundamental para nuestro desarrollo económico (Boletín Oficial Casa Presidencial-Web)

Considerando o crescimento do setor nos últimos anos e o aumento quase assustador de visitantes que ingressaram ao país, pode-se dizer que houve efetivamente, como diz o Presidente, um desenvolvimento “sostenido”⁵⁶ do setor, que incorpora perfeitamente ‘os mecanismos de mercado’ (Leff 2001). Mais, até que ponto foi esse desenvolvimento sustentável? O desenvolvimento sustentável, “como um ideal, rejeita políticas e práticas que sustentam os padrões de vida atuais à custa da deterioração da base produtiva, inclusive dos recursos naturais e que diminuam as possibilidades de sobrevivência das gerações futuras” (REPETTO, 1986, apud KLINK, 2001, p.78).

Vimos antes, que no discurso oficial atribui-se relevante importância ao conceito de sustentabilidade no que diz respeito ao desenvolvimento do setor turístico. A questão é precisamente: como este conceito tem sido incorporado, concretamente, nas ações do governo hondurenho para o desenvolvimento do turismo dito sustentável?

Embora as autoridades hondurenhas tenham promovido muitos avanços dentro da estratégia de converter Honduras em um “cluster” de turismo de primeira linha, e o governo tenha procurado atender as necessidades dos diferentes setores, quatro anos é pouco. Os interesses e as pressões são muitos e as ações realizadas são ilhas diminutas no mar de carências que sofre o país. Dessa forma, a preocupação com a sustentabilidade do processo, ou seja, a preocupação com a capacidade de suporte dos ecossistemas, especialmente daqueles reconhecidamente frágeis, com o equilíbrio ecológico, social e cultural das atividades derivadas do processo de desenvolvimento do turismo, ficaram aquém do minimamente exigível em termos de sustentabilidade. Assim, muita coisa resta ainda por fazer se realmente se deseja desenvolver uma atividade turística verdadeiramente sustentável, que possa trazer ao país não apenas o crescimento econômico, mas, um desenvolvimento integrado e ambientalmente equilibrado.

⁵⁶ O termo sostenido implica na durabilidade do processo de desenvolvimento economicamente saudável mas, sem considerar necessariamente o equilíbrio da variável ambiental, ou social, que se encontra implícita no conceito de sustentabilidade.

Para fazer esta afirmação, tenho em conta tanto as impressões e informações obtidas através das entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo em Honduras, em julho e agosto de 2005, quanto o conteúdo de diversos documentos recentes, dentre eles: a avaliação ambiental estratégica do setor turismo, elaborada recentemente pelo Banco Mundial (2005), documentos sobre a política de Estado do Setor Turismo-Plano de Ação 2002-2006, bem como a Estratégia de Turismo Sustentável de Honduras apresentada em dezembro de 2005, e o amplo diagnóstico do país que lhe serviu de substrato.

À medida que avancei na pesquisa, me pareceu ficar mais evidente o enorme desafio que, para o desenvolvimento do turismo sustentável, representam as debilidades que apresenta o país e as que se espera contrabalançar a partir da promoção e uso de seus atributos como destino turístico.

Não sendo objeto desse trabalho a análise exaustiva dessas debilidades, limitar-me-ei a fazer referência a algumas debilidades estruturais que apesar de serem conhecidas de todos os governantes, amplamente identificadas e vivenciadas, passaram incólumes a qualquer estratégia de governo até hoje.

As debilidades de que sofre o país, com seus principais determinantes como equidade social, transformação e fortalecimento institucional, governabilidade, participação comunitária e da sociedade civil na formulação e/ou na tomada de decisões sobre as políticas nacionais e, particularmente, o aspecto ambiental no sentido amplo, são elementos intrínsecos da sustentabilidade. Esses elementos aparecem como fatores decisivos na complexidade inerente ao setor turismo, especialmente quando este é definido como fator chave de uma política de desenvolvimento baseada particularmente nos recursos naturais e culturais do país, como é o caso em Honduras.

Considero a análise desses fatores de extrema importância no contexto da política de desenvolvimento do turismo. Honduras é considerado o terceiro país mais pobre da América Latina e, como bem assinala a Organização Mundial do Turismo

poverty is not merely a function of income, it is a multidimensional problem. Poverty is characterized by hunger and malnutrition, poor health, lack of access to water and sanitation, non-participation in education, a lack of marketable skill, insecurity and vulnerability. Low income limits access to basic good and services and the resources

available for other aspects of peoples lives – for health and education and access to the infrastructure that the advanced part of the world's population takes for granted. (TLDCI-WTO-Secretariat.-2001, p.63).

Vemos, em primeiro lugar, que todas as mazelas que caracterizam a pobreza são, infelizmente, encontradas em Honduras somando-se a elas, ainda, os altos níveis de corrupção e a falta de responsabilidade ética que já mencionamos em capítulos anteriores. Mas, o que isso diz respeito ao setor turismo? Tudo! O turismo é um setor particularmente vulnerável, influenciável e, portanto, extremamente elástico. Os efeitos dessa elasticidade foram sentidos na América Central, quando a raiz da instabilidade política, o fluxo turístico reduziu-se consideravelmente, inclusive em Honduras, cuja situação política interna era das mais estáveis na região. Igual efeito é causado por desastres ambientais, aos quais a região também está sujeita.

Na nossa aldeia global e globalizada, as informações demoram cada vez menos para chegar de uma ponta a outra do planeta. A promoção de destinos turísticos é constante e o setor é um dos mais competitivos. O turista em geral e particularmente aquele de alto nível econômico, que Honduras tem tanto interesse em captar, se informa, primeiramente, sobre as condições políticas, de segurança, de saúde, qualidade dos serviços, etc., antes de decidir por um destino. Para os possíveis investidores, a informação sobre todos esses fatores e aqueles fatores sócio-econômicos que definem qualquer possibilidade de risco são determinantes na hora de decidir um investimento.

Por todos esses aspectos, o desenvolvimento do turismo em Honduras requer um enfoque multi-setorial. O setor deve ser abordado em toda sua complexidade, não só a partir do prisma de uma política econômica, mas, igualmente, do ponto de vista de uma política social, cultural e ambiental. A formulação das políticas do setor e o planejamento e implementação das respectivas ações requerem, igualmente, de um diálogo amplo no qual as metas de cada setor, público, privado e da sociedade como um todo, concorram para um objetivo comum: nesse caso, o desenvolvimento do turismo sustentável.

Para isso, o investimento em educação, em primeiro lugar, é um fator essencial no contexto hondurenho atual. Para que um dia possamos oferecer ao turista que visita o país e ao investidor do setor ou de outros setores da economia, um ambiente de estabilidade e confiança, segurança, informações confiáveis, boas condições de higiene e saúde. Um

ambiente onde prime a qualidade de vida, serviços de qualidade em todos os aspectos desde que entra até sua saída do país e, sobretudo, uma população educada e bem informada, respeitosa das diferenças, aberta às interações culturais, mas orgulhosa conhecedora de sua história e de seus valores e tradições. Uma população que se sinta parte atuante nas políticas de desenvolvimento do país e dele participe com responsabilidade.

No resumo executivo da Estratégia Nacional de Turismo Sustentável apresentada pela Secretaria de Turismo e o IHT em dezembro de 2005, considera-se que o turismo afeta e se beneficia transversalmente de todos os setores que incidem na sociedade, infra-estrutura, ambiente, ordenamento territorial, etc. Por tanto, o modelo de desenvolvimento do turismo deve ser concomitante ao de setores importantes como saúde, segurança e outros (ETS-2005). De igual forma, assim como a atividade turística deve ser abordada com uma visão multi-sectorial, não se pode deixar de considerar que

the building and the benefits of tourism have to be spread among all the stakeholders of tourism: tourist authorities, government bodies, academic institutions, the communities directly affected by the new sector, the population at large, the statistical bodies of the public and private sector....planning and devising a positive environment for the development of tourism can be based only on reliable data and information. These can be the basis starting national accounts, for strategic planning of the government at central and local levels, for investors and for business decision by private enterprises, domestic and foreign...(CARNER,2001, p.184).

3.3. OS DESAFIOS

Tendo em consideração os diferentes elementos que contribuem para fazer do turismo uma atividade economicamente viável, tratarei a seguir, de algumas das debilidades do país cuja solução apresenta-se, atualmente, como um grande desafio para que Honduras seja efetivamente um destino turístico competitivo no contexto de uma política de desenvolvimento através de turismo sustentável. Esses aspectos, entre outros, são fundamentais, no meu entender, para oferecer as condições adequadas para um visitante e para a população em geral. Afinal, para que os visitantes gostem de nosso lar, primeiro quem tem que gostar dele somos nós os hondurenhos. Considero que muitos desses problemas poderiam ser diminuídos ou inclusive eliminados se no país houvesse melhores níveis de educação.

3.3.1 Segurança

Em Honduras, as condições de segurança, fruto da combinação de diversos fatores econômicos e sociais, são alarmantes para a população em geral. Turistas são igualmente afetados o que é um motivo de preocupação para as autoridades que ainda se vêem impossibilitadas de assegurar condições mínimas de segurança, malgrado os esforços realizados nesse sentido. Em uma avaliação do potencial turístico de Honduras elaborado por Hawkins & Associates para o Banco Mundial, se considera que

El actual nivel de seguridad personal constituye un significativo obstáculo para el Gobierno de Honduras, las municipalidades y el sector turístico. Estos grupos tendrán que trabajar unidos en una serie de asuntos para garantizar que los turistas tengan seguridad y el país en general se perciba como un destino turístico seguro (HAWKINS; LAMOREAUX, Informe I, 2002, p.49. Doc.do Banco Mundial).

Por outro lado, as autoridades policiais sofrem os efeitos de suas próprias limitações. As habilidades necessárias para fazer frente à demanda e para lidar com os embates de ordem social, econômico e ambiental são limitadas pela falta de preparo e formação adequadas. A maior parte dos policiais em algumas regiões tem apenas 6 ou 7 anos de escolaridade. Díficeis condições de vida, agravadas pelos baixos salários, facilitam a falta de compromisso com o dever a ser cumprido. Em uma das entrevistas com representante da comissão geral de campanha do partido Liberal, hoje no poder, fui informada de que em algumas partes de uma das áreas de maior potencial turístico, La Mosquitia, as autoridades dificilmente controlam a situação, uma vez que o poder do narcotráfico é cada vez mais forte, detendo o controle inclusive sobre as próprias autoridades⁵⁷.

A esse respeito, no relatório sobre o Modelo Turístico Atual elaborado como documento da ETS, se comenta que,

Al igual que el resto del país, la zona costera norte tiene serios problemas de inseguridad. Problemas que se ven agravados, según declaraciones del Ministerio de Seguridad, porque toda la costa norte se ve amenazada por la entrada de sustancias estupefacientes en su tránsito de Colombia y Venezuela hacia los Estados Unidos.' (Informe 1.1, ETS-p.42).

⁵⁷ Sobre o mesmo assunto na opinião do Padre German Calix, Diretor de Care-Honduras, em La Mosquitia há uma grande ausência do Estado e as autoridades têm sido levadas a admitir sua incapacidade, o que nada mais é que uma justificativa da inoperância. Tegucigalpa, agosto 2005.

3.3.2 Saúde e Higiene

As condições de saúde e os hábitos de higiene praticados pela população refletem, em geral, as precárias condições educativas e a falta de informação. Com o agravante que as políticas de manejo de resíduos sólidos e líquidos são inexistentes e as ações nesse sentido, apenas incipientes. As disposições locais a esse respeito, são pouco ou mal implementadas, devido ao escasso conhecimento destas por parte das próprias autoridades municipais, gerando e/ou agravando os problemas ambientais. Segundo documentos da Estratégia Nacional de Turismo Sustentável,

los efluentes líquidos y sólidos son desechados en forma inapropiada en muchas áreas de la costa norte. En la mayoría de los casos estas prácticas inadecuadas crean no sólo problemas ambientales muy serios (contaminación, destrucción de hábitats, impactos a la biodiversidad), sino también condiciones que representan una amenaza a la salud humana”(Relatorio 1.1 ENTS, 2005, p.40)

Este mesmo padrão se repete em todo o território e acusa a urgente necessidade de uma política nacional de manejo de resíduos sólidos e de ações educativas com ênfase no setor. Sabemos que, muitas vezes, para melhorar as condições de saúde e higiene as soluções podem ser simples, mas implicam mudanças não só de comportamentos, mas também de atitudes que apenas podem ser conseguidas através da educação.

As condições de saúde pública nos países centro-americanos e, particularmente, em Honduras, têm sido agravadas pela propagação do vírus HIV/SIDA. Em algumas regiões de Honduras, as altas taxas de transmissão do vírus, que colocam em xeque o setor saúde, refletem igualmente a falta de educação, informação e preparo da população para lidar com uma situação real que necessita da participação consciente e responsável da população como um todo. Segundo o relatório sobre desenvolvimento humano em Honduras, elaborado pelo PNUD em 2003, se estima que existe um sub-registro dos casos de VIH/SIDA existentes no país já que “por la falta de educación, por el miedo y las actitudes de discriminación, muchas personas en riesgo no obtienen una prueba hasta que ya muestran síntomas” (RELATORIO DH-PNUD-2003, p.135).

Mais uma vez vemos a importância da educação e sua íntima relação com áreas de particular importância para o desenvolvimento do setor turístico. Em pesquisas realizadas sobre os fatores considerados pelos viajantes como essenciais em qualquer destino, saúde e limpeza apareceram como fatores mais importantes, inclusive, que a segurança. (HAWKINS AND LAMOUREAUX, 2002).

3.3.3 Participação comunitária

Embora existam no país algumas iniciativas importantes para propiciar a participação comunitária, como o programa hondurenho de escolas comunitárias (PROHECO), e no setor turístico o programa de turismo municipal pelo qual se estabelecem as comissões voluntárias de turismo, o empoderamento e a participação efetiva das comunidades e grupos étnicos minoritários, na tomada de decisões e na elaboração das políticas públicas que lhes dizem respeito, é ainda muito incipiente. Na avaliação do potencial turístico de Honduras realizada pelo Banco Mundial (2002), comenta-se a necessidade de estimular as autoridades a abordar a dimensão humana do desenvolvimento turístico, o que implica consideração dos benefícios econômicos, mas também dar igual importância ao impacto ambiental, às mudanças sociais e ao bem estar comunitário.

Com relação à participação comunitária o estudo assinala a importância de considerar sempre os desejos da comunidade nos processos de tomada de decisões. A comunidade deve estar representada, igualmente, no processo de planejamento das atividades que lhes concernem. Para isso, o governo e o setor privado devem prover à comunidade com as condições necessárias para que esta possa tomar decisões bem informadas sobre o desenvolvimento turístico de sua região. Entre essas condições figuram a identificação de líderes e das prioridades da comunidade; o empoderamento dessas comunidades, o respeito de suas culturas e tradições; a implementação de programas de educação e capacitação; bem como a discussão e a compreensão, por parte da comunidade, das externalidades provocadas pelo turismo.

Na prática, essa falta de participação reflete uma estrutura política e sócio-econômica tradicionalmente excludente na qual as decisões foram sempre tomadas nas altas esferas decisórias e impostas verticalmente de cima para baixo. A indiferença ante os direitos

cidadãos, por um lado, somado ao alto grau de desinformação, à ausência de um projeto coletivo e de valoração das próprias tradições, pelo outro, formam o alicerce dessa situação.

A esse respeito, cito, a seguir, o conteúdo bastante revelador de um dos documentos da avaliação ambiental estratégica antes mencionada, que ilustra os efeitos da pouca participação na formulação de uma política que diz respeito a todos os hondurenhos:

la Ley de Incentivos al Turismo expresa que éstos deben beneficiar a las comunidades receptoras. Sin embargo, la opinión de algunos sectores es que los estímulos no son equitativos, porque se favorece más al inversionista extranjero, poniendo en precario al nacional; se favorece a la grande y talvez mediana empresa, pero no se protege al pequeño inversionista de turismo; y se protege al turista, pero la gente menos acomodada que vive en áreas de turismo y los propios artesanos o comunidades tienen muy pocos beneficios. (LARIOS, 2002, IHT-BM-EAE, p. 11)

Além disso, com relação à falta de incorporação da população que não é beneficiária direta de projetos de turismo, o mesmo documento expressa:

Este problema significa una grave falta a la estrategia de turismo y a las políticas nacionales de desarrollo sostenible, combate a la pobreza o compensación social. Las acciones propuestas son necesarias y relativamente fáciles de realizar, pero requiere de una voluntad institucional para dar participación real a los actores que normalmente no son considerados importantes en los proyectos de turismo, posiblemente porque esto significa hacer concesiones, incurrir en mayores gastos o dialogar con sectores a veces incómodos. (Op.Cit, p.25)

A referência feita a uma estrutura de poder tradicional, que tem como corolário essa falta de participação real da população na formulação das ações governamentais que as afetam, nos leva à consideração da fragilidade institucional que sofre o país, mais um de seus grandes desafios.

3.3.4 A Fragilidade Institucional

A cultura patrimonial, onde o bem público é tratado como um patrimônio pessoal pelo governante de turno e pelos partidos no poder, tradicionalmente tem minado os poucos esforços dirigidos ao fortalecimento das instituições que deveriam ser garantes dos direitos e deveres cidadãos.

As políticas, programas ou projetos nacionais, são geralmente considerados apenas ações de governo e não como parte integrante de uma política de Estado. A descontinuidade das ações empreendidas durante os respectivos anos de governo, de um ou de outro partido, contribuíram para a deficiente capacidade institucional que sofre o país agravada, em alguns casos, pela ausência total de memória institucional. Isso conduz á falta de controle e seguimento na implementação das ações e, em consequência, ao desperdício de capital humano experiente e capaz e à perda de recursos físicos e financeiros.

Essa situação de pouco comprometimento se reflete na grande incapacidade de planejamento a médio e longo prazos, na falta de coordenação e de harmonização das ações setoriais e intersetoriais, ou seja, na falta de um verdadeiro diálogo inter e intra-institucional. O resultado dessa falta de diálogo é um excesso de diferentes ações com os mesmos objetivos, por um lado, e, por outro, uma deficitária execução das políticas públicas e dos compromissos adquiridos com a população, especialmente na época de campanha eleitoral, o que redundava numa crescente falta de credibilidade nas instituições públicas.

Na opinião de funcionários de alguns Organismos Internacionais e ONGs com sede em Honduras, entrevistados durante a pesquisa de campo, a reforma institucional, financiada com recursos externos, não trouxe os resultados esperados e os recursos do país continuam a ser manejados de forma pouco eficiente. A pouca capacidade de planejamento, na opinião de alguns funcionários, pode ser considerada, inclusive, quase como uma responsabilidade dos próprios organismos internacionais pela constante contribuição -quase “tutelage” – praticada por esses organismos a fim de obter alguns resultados. Em suma, considera-se que, embora se tenha trabalhado intensamente para chegar a acordos e compromissos dentro da Estratégia de Redução da Pobreza, na parte institucional a motivação é inexistente, o que traz para todos uma boa dose de frustração. O país não superou, ainda, a etapa de pressão da cooperação internacional para levar adiante as ações de forma autônoma porque não há responsabilidade endógena.⁵⁸

⁵⁸ As entrevistas foram realizadas com funcionários do BID, Banco Mundial, Caritas e outras ONGs com sede em Honduras. Pesquisa de Campo, julho-agosto 2005.

3.3.5 Capital Humano

Sabemos que um dos fatores essenciais para o êxito de qualquer política de desenvolvimento, especialmente quando este se baseia no desenvolvimento do setor turístico, é o capital humano capacitado e com habilidades para atender a demanda, encontrar soluções e prestar serviços de qualidade, em todas as áreas.

A falta de capital humano preparado e atuante nas diferentes áreas é uma das grandes debilidades que enfrenta o país. Essa debilidade encontra-se enraizada, por um lado, nos problemas institucionais já mencionados, que ocasionam o desperdício e a perda de recursos e, por outro lado, na falta de implementação de políticas educativas inclusivas, voltadas à formação de cidadãos capazes, habilidosos e conscientes, bem como de programas de formação dirigidos à obtenção de um objetivo comum bem definido. Na opinião da Sub-Secretaria de Turismo (2002-2006), Honduras precisa ser competitiva e sustentável. Sustentabilidade se consegue com educação e no país não basta construir escolas, onde mal se conta com educadores, precisamos de “escolas de ricos para pobres” onde se possa manter o aluno na escola, com boas condições e oferecer uma educação de qualidade.⁵⁹

Em relatório sobre o processo nacional de planejamento para o desenvolvimento sustentável e sua implementação no país, apresentado na Conferência Rio+10 realizada em Johannesburg, reconhece-se que a capacitação e a educação são as ferramentas que permitirão criar uma atitude favorável à proteção e gestão dos recursos naturais e do ambiente, mas, em Honduras *se carece de “um diagnóstico de las necesidades de formación de recursos humanos que permita, en conjunción con las políticas, formular y establecer procesos y medios para transmitir la información”* (INFORME NACIONAL DE LA EVALUACION RIO +10, 2002 p.15).

Além disso, entre outros problemas apontados, no mesmo documento, temos ainda que

se carece de um programa de formación de recursos humanos em materia de desarrollo sostenible, el personal formado solamente está orientado en el aprovechamiento de los recursos naturales con fines mercantiles en áreas

⁵⁹ Eva Carolina .Gómez, SubSecretaria de Turismo do governo Maduro (2002-2006) Entrevista na Secretaria de Turismo, Tegucigalpa, agosto de 2005.

subsectoriales como foresteria, hidrologia y agronomia, sin ninguna consideración de sustentabilidad. (Idem).

Tendo isso em vista, no relatório recomenda-se dar maior participação à empresa privada em ações conjuntas que ajudem a resolver os problemas da educação permitindo com isso preparar melhor a população para a produção.

De igual forma, no documento de avaliação sobre o potencial turístico de Honduras, recomenda-se, entre outros,

desarrollar estandares para la industria que se concentren en el conocimiento, las destrezas y las actitudes requeridas por los hondureños para ofrecer, em forma eficiente y profesional, un servicio de “calidad”. La clave para el éxito continuo del turismo es la creación de una fuerza laboral profesional y bien instruida. (HAWKINS; LAMOUREAUX, 2002. p. 75, Doc. BM).

Em 2006, o cenário dos recursos humanos no país não parece ter melhorado. Na Estratégia Nacional de Turismo Sustentável (2005), considera-se que o relativo aos recursos humanos é de vital importância para a estratégia, uma vez que para a implementação de uma atividade turística com visão de futuro é necessário profissionalizar a prestação de serviços. Dessa forma, as empresas deverão pensar em programas integrais de capacitação e atualização profissional tanto para os proprietários como para os trabalhadores da indústria em geral.

Uma das recomendações da Estratégia, relativa aos recursos humanos em Honduras, é que

a nivel nacional debe estimularse toda una dinámica que posicione en un lugar preferente todo lo relativo a formación y capacitación de recursos humanos y desarrollo de cultura turística como pilares fundamentales para el posicionamiento y competitividad de los destinos. (ETS-Resumen Ejecutivo- Tegucigalpa, 2005) 60

No documento de Avaliação Ambiental Estratégica realizado pelo Banco Mundial, em 2005, em uma análise dos diferentes cenários possíveis para o sector assinala-se que

⁶⁰ Na opinião de funcionários de organizações representante do setor privado, (COHEP) da Cámara de Turismo e do setor hoteleiro, a formação de recursos humanos é um verdadeiro desafio. A começar pelas dificuldades encontradas para que as empresas do setor façam investimentos em educação e formação de recursos o que é considerado um gasto e não um verdadeiro investimento. Entrevista durante pesquisa de campo- Tegucigalpa, agosto 2005.

Las carencias en el nivel y calidad de la Educación Turística en Honduras tienen sus orígenes en la educación recibida a nivel formal en las diversas Universidades y Colegios. Por lo tanto, antes de proponer reformas a Centros de Capacitación No Formal públicos y privados, es necesario que se lleven a cabo ciertas reformas educativas para lo cual será necesario involucrar a la Secretaría de Educación (EAE-BM-2005)

Pessoalmente, reitero a importância do aspecto educativo no contexto de uma política de desenvolvimento do turismo sustentável em Honduras. Dessa forma, as condições atuais do setor educativo e o papel da educação como elemento essencial na política de desenvolvimento do turismo sustentável, serão tratados em outro capítulo na sequência desse trabalho.

3.4 A GESTÃO DOS RECURSOS

No que diz respeito à qualificação de recursos humanos, considero de particular importância, no contexto hondurenho, o planejamento e implementação de ações dirigidas à formação não só de profissionais especializados nos diversos aspectos do setor turístico, mas também e, especialmente, no relacionado à gestão dos recursos ambientais.

Numa definição geral da gestão ambiental, segundo Theodoro, pode-se dizer que

Gestão ambiental é o conjunto de ações que envolvem as políticas públicas, o setor produtivo e a sociedade, visando o uso racional e sustentável dos recursos ambientais, ela engloba ações de caráter político, legal, administrativo, econômico, científico, tecnológico, de geração de informação e de articulação entre estes diferentes níveis de atuação. (THEODORO e al. 2005, p. 2)

Assim, a gestão dos recursos ambientais no país, é um aspecto que pode ser considerado de alta sensibilidade. Seja pela diversidade de setores, e atores, que nela participam e pelos diversos interesses, com frequência conflitantes, que nela interagem; seja pela falta de clareza e precisão das disposições que dizem respeito ou, ainda, pela falta de diálogo ou vontade política para aplicar devidamente essas disposições.

Segundo Godard, a gestão dos recursos ambientais deve estar imbuída de uma visão estratégica de desenvolvimento no longo prazo, o que lhe confere um sentido para além dos usos cotidianos, pois se constitui no cerne onde se confrontam e reencontram os objetivos

associados ao desenvolvimento e aqueles voltados para a conservação da natureza ou para a preservação da qualidade ambiental (Godard 1997, apud Theodoro e al. 2005, p.3).

Isto nos leva a tratar, em seguida, de um aspecto primordial no desenvolvimento do turismo em Honduras. Aquilo que sendo sua maior fortaleza se constitui, paradoxalmente, no seu ponto de maior vulnerabilidade e, portanto, um de seus mais importantes desafios: a gestão dos recursos e a consciência ambiental do povo hondurenho.

3.4.1 Meio Ambiente e Sociedade

Nos últimos anos, pelo crescente volume de recursos que movimenta, o turismo passou a ser considerado, como um caminho possível para reduzir a pobreza e promover o desenvolvimento e, como tal, passou a ser discutido em diferentes foros e a ser objeto da atenção dos organismos financeiros internacionais. Contudo, o desenvolvimento do turismo como atividade econômica, deve ser abordado cuidadosamente sob seus diferentes ângulos, especialmente por aqueles países cujos recursos naturais servem de base para o desenvolvimento dessa indústria. Desenvolvimento econômico e irreversíveis danos ambientais têm sido, em alguns casos, duas faces da mesma moeda em se tratando de turismo. Quando os danos ambientais se apresentam antes mesmo de um maior desenvolvimento da atividade turística, qualquer sinal de alerta pode ser pouco.

Em Honduras, o Furacão Mitch além de ter sido um divisor de águas por seu significativo impacto do ponto de vista econômico, social e institucional foi também o mais importante sinal de alerta quanto à vulnerabilidade do país ante os desastres naturais e, especialmente, em quanto às sérias condições de degradação ambiental existentes.

As intensas seqüelas deixadas pelo furacão colocaram em evidência as fragilidades existentes em Honduras quanto à gestão de seus recursos. Na opinião do PNUD, *'um desastre es el desenlace de um proceso, a veces largo, de construcción de condiciones de riesgo en la sociedad. Los desastres son indicadores de insostenibilidad en los procesos de gestión del desarrollo y de gestión ambiental'* (PNUD-2001 apud Torres 2004, p.111).

Sobre as condições ambientais do país, é reveladora a avaliação ambiental realizada pelo Banco Mundial, em 2001, dentro de sua estratégia de assistência ao país. Entre outras coisas, se estabelece o seguinte:

El alto crecimiento de la población, la desigual distribución de la propiedad de los terrenos y las anteriores políticas inapropiadas, tanto forestales como de manejo de la tierra, han tenido como resultado la dedicación de extensas áreas de gran potencial forestal a otras actividades menos adecuadas. Esto ha conducido a una serie de graves problemas ambientales, incluyendo deforestación, degradación del suelo, contaminación del agua, reducción de los recursos marinos y costeros y significativa pérdida de biodiversidad. En las tres décadas más recientes, Honduras ha perdido aproximadamente el 40% de sus bosques, principalmente como resultado de una frontera agrícola que avanza, amplias actividades ganaderas y extracción insostenible de leña y madera..... La reducción de los recursos marinos y costeros se ha vuelto un asunto de creciente preocupación.- Los estuarios y manglares de ambas costas se están deteriorando debido a la sobreexplotación y la contaminación. Los arrecifes de coral de las Islas de la Bahía han sido destruidos a un ritmo alarmante como resultado del turismo, la sedimentación y la contaminación ... (CAS-Banco Mundial, apud Hawkins e Lamoureaux, 2002, p.46).

Nesse mesmo documento, se reconhece que com o aumento dos problemas ambientais os sucessivos governos, na década dos noventa, tomaram algumas medidas de regulação e controle para abordar os problemas mais urgentes. A realidade indica, no entanto, que os resultados dessas iniciativas foram apenas paliativos. A implementação efetiva, e eficaz, de tais medidas se vê abortada ante a série de dificuldades antes assinaladas: pouca capacidade de planejamento e gestão e especialmente muito pouca vontade política, entre outros. Dessa forma, vemos que:

La agenda ambiental de Honduras se há visto obstaculizada por el débil respaldo y compromiso a nivel central, lo que a su vez há tenido como resultado una débil capacidad institucional y de aplicación de la ley. Se há logrado reorientar al sector público, alejándolo de la producción y el mercadeo de productos forestales y acercándolo al manejo, la regulación y la protección de los recursos forestales. El gobierno también esta mejorando la demarcación y el manejo de las áreas de biodiversidad, realizando actividades de extensión y educación para crear conciencia pública respecto al ambiente y estimular mayor participación a nivel local, especialmente entre las municipalidades de cuencas frágiles. No obstante, estos esfuerzos han sido insuficientes para abordar los serios problemas ambientales del país. (CAS-BM, apud Hawkins e Lamoureaux, 2002, p.47, Doc. BM).

Sem dúvida, esforços não faltam, especialmente agora que Honduras encontra-se empenhado em converter-se num destino turístico de alto nível. No entanto, as iniciativas

continuam sendo demasiado setorializadas para serem efetivas. A degradação ambiental continua e, com isso, vemos aparecer mais um elemento paradoxal do turismo.

O turismo pode ser uma causa da degradação ambiental e o turista, mesmo sendo a causa, não aceita a degradação e foge para destinos mais bem conservados e ambientalmente responsáveis. No caso de Honduras, a degradação alarmante de seus recursos naturais pode por em perigo a vantagem comparativa que, graças a esses mesmos recursos, o país tem para desenvolver o turismo sustentável. De fato, num estudo do Instituto Centro Americano de Economia, (INCAE) comenta-se que

los recursos que constituyen la base de la ventaja comparativa de Centroamerica son frágiles, Estos incluyen arrecifes de coral, ecosistemas costeros, bosques lluviosos, bosques nubosos y fauna silvestre. El daño o la destrucción de los recursos reduciría el potencial competitivo. Además la impresión que tienen los clientes potenciales de que los países de la región no están haciendo esfuerzos serios para proteger el ambiente natural tenderían a hacer que la región no sea considerada por el segmento mas adinerado y de mas rápido crecimiento del mercado de turismo (INCAE apud Hawkins e Lamoureaux, 2002, p.60, Doc. BM).

Parece incompreensível que num país que depende, basicamente, dos recursos naturais para desenvolver o turismo, e sendo isto um eixo essencial para o desenvolvimento econômico, as ações antrópicas causadoras de danos irreversíveis ao meio ambiente continuem. E, pior ainda, que as políticas de controle de riscos e as medidas de mitigação de impactos e de proteção e conservação dos recursos sejam apenas incipientes ou inexistentes. Esse quadro vê-se agravado, ainda, pela falta de diálogo interinstitucional.

Em entrevista realizada com autoridades do Ministério de Recursos Naturais, em agosto de 2005, foi possível confirmar a informação de que, em Honduras, não existem mapeamentos ou inventários dos recursos, assim como nenhum sistema de monitoramento. Em consequência, conta-se com limitada informação sobre as condições da biodiversidade, dos recursos hídricos, ou a capacidade de carga em áreas protegidas que fazem parte de projetos turísticos que estão sendo implementados.

O Sub-Secretário de Recursos Naturais (2002-2006) Gerardo Antonio Salgado, considera que medidas importantes como a promulgação da Lei de Ordenamento Territorial, em 2003, poderão contribuir a remediar a situação. Segundo o Decreto No 135-2003,

por ordenamiento territorial se entiende el proceso administrativo del Estado para conocer y evaluar los recursos que con la participación de la sociedad, pueda gestionar el desarrollo sostenible, buscando el uso integral y equilibrado de todo el territorio para impulsar además el desarrollo económico.

Na opinião de Salgado, o Programa Nacional de Ordenamento Territorial, cujas ações já estão em andamento, é fundamental e o ordenamento do território deveria ser considerado como eixo reitor de qualquer política. No entanto, os altos custos são uma limitante para sua implementação. Além disso, em vista da importância do ordenamento territorial no desenvolvimento do turismo, considera necessário que se estabeleça um diálogo amplo e se realize um trabalho conjunto entre a Secretaria de Turismo e a de Recursos Naturais. Esse diálogo é ainda muito incipiente e o trabalho conjunto não existe. A interrelação direta que se estabelece é, sobretudo, em nível técnico, persistindo a carência de um diálogo político.⁶¹

3.4.2 A Consciência Ambiental do Povo Hondurenho

As dificuldades encontradas com a gestão dos recursos naturais em nível institucional e a contínua degradação dos recursos em nível nacional refletem, em boa medida, a falta generalizada de uma cultura ambiental e da adequada informação, assim como da educação necessária para despertar uma maior consciência ambiental em todos os níveis da sociedade hondurenha. A questão ambiental não faz parte do currículo educativo e na parte institucional esta carência se reflete na falta de transversalização do conceito ambiental.⁶²

A esse respeito, o relatório Nacional da Avaliação Rio +10 apresentado em ocasião da conferência em Johannesburg enfatiza que: *“Hemos crecido bajo la concepción que existe abundancia de recursos naturales y que estos pueden ser utilizados libremente, por lo que la población en general carece de conciencia sobre la importancia de estos recursos”*. (2002, p. 15)

Crescemos, também, considerando o meio ambiente apenas um recurso a partir do qual se podem obter ganhos específicos, sem levar em conta a inter-relação fundamental que

⁶¹ Entrevista com o Senhor Gerardo Antonio Salgado-SubSecretário de Recursos Naturais- Pesquisa de campo – Tegucigalpa, agosto de 2005.

⁶² Idem – nota anterior

se estabelece entre indivíduo/sociedade e meio ambiente. Vemos que, contrariamente à constituição de alguns países, Brasil, por exemplo, na que se define a co-responsabilidade do Estado e da população, como um todo, para a proteção e conservação do Meio Ambiente, na constituição hondurenha de 1982, vigente atualmente, as referências aos recursos naturais do país, e ao interesse coletivo, se encaixam dentro de uma ótica essencialmente econômica ou produtiva.

Assim, no Capítulo I da Constituição hondurenha, (1982) relativo ao Sistema Econômico, o *artigo 340* estabelece que

se declara de utilidad y necesidad publica la explotación técnica y racional de los recursos naturales de la nación. El Estado reglamentará su aprovechamiento, de acuerdo con el interés social y fijará las condiciones de su otorgamiento a los particulares. La reforestación del país y la conservación de bosques se declara de conveniencia nacional y de interés colectivo.

Antes, quando se trata do Regime Departamental e Municipal no artigo 301, se estabelece que:

deberán ingresar al Tesoro Municipal los impuestos y contribuciones que graven los ingresos provenientes de inversiones que se realicen en la respectiva comprensión municipal, lo mismo que la participación que le corresponda por la explotación o industrialización de los recursos naturales ubicados en su jurisdicción municipal, salvo que razones de conveniencia nacional obliguen a darles otros destinos. (Honduras, 1982)

A referência à proteção dos recursos naturais se faz de forma quase indireta em dois artigos: (i) ao reconhecer o dever do Estado de proteger as comunidades indígenas e de seus recursos, no Art. 346 se estabelece que

es deber del Estado dictar medidas de protección de los derechos e intereses de las comunidades indígenas existentes en el país, especialmente de las tierras y bosques donde estuvieren asentadas. (ii) ao reconhecer a potestad do Estado sobre a fazenda pública, no Cap. V o Art. 354 diz que .. El Estado se reserva la potestad de establecer o modificar la demarcación de las zonas de control y protección de los recursos naturales en el territorio nacional..(OP.Cit)

Todavia, com uma preocupação mais social, se estabelece a relação entre meio ambiente e saúde, quando no Art. 145 *'se reconoce el derecho a la protección de la Salud. Es deber de todos participar en la promoción y preservación de la salud personal y de la*

comunidad.’ Assim, el Estado conservará el medio ambiente adecuado para proteger la salud de las personas.

Malgrado essa visão fragmentada do meio ambiente que se reflete na Constituição Nacional, não se pode deixar de reconhecer que nos últimos anos e, especialmente depois da Conferência de Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, em 1992, a legislação nacional teve significativos avanços em matéria ambiental e o país é signatário de diversos acordos ambientais, internacionais, sendo vários regionais. Especialistas consideram que a carência não se dá em termos de legislação, Honduras conta com leis inclusive mais avançadas que no resto dos países da região, mas na dificuldade institucional para a aplicação adequada dessas leis.

A Ley General del Ambiente, aprovada por Decreto em 1993 fundamenta-se no princípio de proteção, conservação, restauração e manejo sustentável do ambiente e dos recursos naturais como bens de utilidade pública e de interesse nacional. *“Para los efectos de la ley se entiende por ambiente, los recursos naturales, culturales y el espacio rural y urbano que puede verse alterado por recursos físicos químicos o biológicos, o por otros factores debido a causas naturales o actividades humanas” (LGA-RH-1993).*

Essa lei e seu regulamento definem as normas e instâncias responsáveis por sua aplicação, e as competências em matéria de proteção ambiental. A maior autoridade é representada pela Secretaria de Recursos Naturais (SERNA), mas muitas competências são delegadas a outras instâncias nacionais, estabelecendo-se uma separação entre o marco técnico e o político no que diz respeito à proteção ambiental. Essa diferença, porém, nem sempre é considerada ao momento de tomar decisões. Dessa forma, uma boa razão de conflito interinstitucional encontra-se na falta de clareza na definição das funções e competências e/ou na duplicidade das mesmas na implementação. Ao caso extremo se chega quando a mesma instituição encontra-se na posição de juiz e parte no mesmo conflito.

Por outro lado, A falta de uma Lei Florestal é assinalada, também, como uma das maiores carências no setor ambiental e uma constante fonte de conflitos.⁶³ Segundo Torres

⁶³ Em 2005 um dos maiores conflitos ambientais teve como origem a exploração madeireira na região noroeste de Honduras e como protagonistas os madeireiros, as cooperativas e, em defesa do ambiente, a igreja católica na pessoa do Padre Tamayo.

“em Honduras 87% de las 11,249,200 hectáreas de extensión territorial son suelos de vocación forestal de los cuales aproximadamente un 50.5% están aún cubiertos por bosques que juegan un papel decisivo en el desarrollo social, económico y ambiental del país” (2004, p.28).

No entanto, entre outros gargalos, temos:

(i) uma administración de los recursos forestales que há recibido limitada atención del sector gubernamental; além de (ii) la indefinición en la tenencia de la tierra y el desconocimiento de los derechos de las comunidades rurales que viven en áreas forestales, lo que ha contribuido a la generación de conflictos en el uso de los recursos, en la ejecución de los planes de manejo, en el aprovechamiento apropiado de los bosques, en el manejo de las áreas protegidas y en la ejecución de subastas en bosques nacionales (TORRES, 2004, p. 29).

A pesar disso, depois de anos, a Lei Florestal ainda se mantém como um projeto em apreciação no Congresso Nacional, em cuja decisão interferem os múltiplos e poderosos interesses do setor.

3.4.3 Áreas Protegidas e a Gestão dos Recursos ambientais

Em 1993, com o objetivo de proteger e conservar paisagens, ecossistemas, e mostras representativas da biodiversidade no país, assim como propiciar oportunidades para o turismo, o lazer, a pesquisa e a educação ambiental, entre outros, foi também estabelecido, sob a Lei Geral do Ambiente, o Sistema Nacional de Áreas Protegidas de Honduras (SINAPH). O SINAPH é uma instancia de coordenação institucional criada com o propósito de estabelecer diretrizes de políticas, estratégias, critérios técnicos e administrativos para o manejo das áreas protegidas do país, a fim de propiciar o cumprimento dos objetivos fundamentais de conservação da biodiversidade em seu contexto social, cultural e ecológico. AFECOHEFOR (Agencia Florestal /Corporação Hondureña de Desenvolvimento Florestal), detém o mandato para o manejo e administração das áreas protegidas através do “Departamento de áreas Protegidas y Vida Silvestre” (DAPVS), da Secretaría de Recursos Naturais (SERNA).

Segundo informações do SINAPH, existem, atualmente, em Honduras, 107 áreas protegidas, das quais algumas figuram, ainda, apenas como propostas. O manejo de 21 APs tem sido concedido a diferentes organizações da sociedade civil ou ONGs.

Em conformidade com esses dados, o SINAPH com suas 107 áreas (incluindo as áreas propostas), compreende mais de 3.3 milhões de hectares e ocupa, atualmente o 27% do território nacional.

Embora exista uma estrutura institucional para tudo aquilo que diz respeito às APs, e vários projetos, entre os que se conta a criação de um fundo para a conservação dessas áreas, estejam sendo implementados com o apoio financeiro de organismos internacionais, é significativo o surgimento de contínuos conflitos ou embate por razões ligadas ao uso e manejo dessas áreas.

Muitas das críticas são dirigidas às concessões outorgadas a ONGs. Estas são consideradas, em muitos casos, sem capacidade técnica suficiente para efetuar um manejo eficiente das áreas. Outra razão de conflito aparece quando o manejo das áreas inclui o uso público das mesmas e a utilização dos recursos econômicos que se derivam. Em muitos casos o conflito é, inclusive, devido à utilização ilegal das áreas por grupos interessados em sua exploração comercial, amparados em supostas concessões outorgadas pela autoridade ambiental. Este foi um dos casos mais recentes (em 2005) e pôs em tela de juízo a probidade do sistema como um todo. Não obstante, o que tudo isso reflete é, quiçá, a mais preocupante fonte de conflitos: a falta de coordenação entre as instituições competentes para articular a proteção dos recursos naturais e culturais.

According to the World Bank, the National System for Protected Areas (SINAPH) suffers from weak public management, which is leading to the degradation of protected areas, and the loss of biodiversity and potential employment and economic benefits. Representatives of NGOs in La Ceiba confirmed this view – for instance, they referred to the lack of control regarding entry into national parks. (ECON-report 2004 p.21).

Esta situação parece mais grave ainda quando constatamos, a partir de informações do SINAPH, a íntima relação existente entre as áreas protegidas e as diferentes etnias do país. *Los grupos étnicos se encuentran en el 70% de las áreas protegidas y son comunidades claves en la conservación de la biodiversidad y en el establecimiento del Corredor Biológico*

Mesoamericano (AFE/CODEHFOR-SINAPH). Embora, importantes experiências participativas tenham sido desenvolvidas no manejo de algumas áreas, graças a projetos realizados com apoio externo, esta relação alcança uma particular dimensão do ponto de vista sociocultural quando se estabelece a triangulação grupos étnicos- áreas protegidas- turismo.

Com relação ao desenvolvimento do turismo, as dificuldades identificadas nas APs são um sinal de alerta. Muitos dos espaços de interesse turístico são, ou estão localizados, em áreas de conservação ou espaços intersticiais. Um dos melhores exemplos talvez seja o *projeto Los Micos Beach and Resort*, que se encontra localizado extremamente próximo de conhecidas áreas de proteção ambiental e entre duas comunidades da etnia garífuna. Os investimentos planejados para o projeto são significativos, assim como são também os temores manifestados pelas comunidades, ante os impactos que em seus costumes, tradições, valores, etc e inclusive no relativo à posse de suas terras, possa ter um *resort* composto por sete hotéis com capacidade para mais de mil pessoas e um campo de golfe de nível internacional. A este temor se agrega a preocupação pelo impacto ambiental que possa causar um projeto dessa magnitude.

Não pretendemos, nem podemos abordar exaustivamente os diferentes elementos, sejam estes positivos ou negativos, que em Honduras devem ser considerados no contexto das políticas de desenvolvimento do turismo que se denomina sustentável.

No entanto, depois de ter considerado, ao longo desse trabalho, alguns desses elementos, não podemos deixar de mencionar, como um fato extremamente relevante que, tanto na Avaliação Ambiental Estratégica realizada pelo Banco Mundial e apresentada em outubro de 2005, como nos documentos da fase de diagnóstico da Estratégia Nacional de Turismo Sustentável, apresentada pela Secretaria de Turismo em dezembro de 2005, podem ser constatados insistentes sinais de alerta com relação à situação ambiental em Honduras atualmente.⁶⁴

O alerta põe particularmente em relevo os impactos irreversíveis que um crescimento acelerado do turismo pode causar se antes não se tomam as medidas necessárias para preparar

⁶⁴ Os sinais de alerta enviados alcançam a todos os setores cada um com sérios desafios. Entretanto esses sinais são particularmente preocupantes no que diz respeito a aquelas áreas de maior interesse turístico e donde se encontram ecossistemas da maior fragilidade Islas de la Bahia, A zona arqueológica de Copan e o litoral norte.

o país, e a população como um todo, para mitigar ou administrar tais impactos, sejam esses negativos ou positivos, e interagir adequadamente com as mudanças que o desenvolvimento do turismo possa trazer.

Durante a pesquisa de campo, pude perceber, através das entrevistas realizadas com representantes de diversos setores, que embora se conheçam os avanços alcançados, graças ao empenho governamental, no setor do turismo, pouco se sabia sobre a elaboração de uma estratégia nacional de turismo sustentável. Percebi, na opinião de vários entrevistados, que mesmo considerando o turismo como uma via concreta, e possível, para alcançar um maior desenvolvimento econômico, ao entusiasmo se antepunham as limitações do país em termos de infraestrutura física e inclusive institucional para atender uma demanda crescente do turismo.⁶⁵

E de certo, essa não é uma preocupação supérflua. Segundo o código de ética do turismo para o desenvolvimento do setor de forma sustentável,

As infra-estruturas devem estar concebidas e as atividades turísticas programadas de forma a que seja protegido o patrimônio natural constituído pelos ecossistemas e a biodiversidade, e que sejam preservadas as espécies ameaçadas da fauna e da flora selvagens. Os agentes do desenvolvimento turístico, principalmente os profissionais, devem permitir que lhes sejam impostas limitações ou obstáculos às suas atividades quando elas sejam exercidas em zonas particularmente sensíveis: regiões desérticas, polares ou de altas montanhas, zonas costeiras, florestas tropicais ou zonas úmidas, propícias à criação de parques naturais ou reservas protegidas (WTO-CET)

Pelo que temos percorrido até agora, vemos que, em Honduras estamos, ainda, longe de cumprir esse compromisso. Parece também longe uma definição do que no país se entende efetivamente por sustentabilidade, para que de qualquer forma que o conceito seja apreendido deixe de ser apenas discurso e se converta em realidade.

Para concluir, podemos dizer que se por um lado, o povo hondurenho tem manifestado seu desejo de construir um país melhor e o sonho de alcançar, para todos, condições dignas de existência, as autoridades nacionais tem manifestado, também, seu desejo de trabalhar nesse

⁶⁵ Dentro da mesma Secretaria de Turismo se reconhece a vulnerabilidade do país e a incapacidade, inclusive de carga, para atender um crescimento continuado da demanda turística. O país, hoje está crescendo a 20% anual, no IHT se reconhece que o país, nesse momento, não tem capacidade sequer para um crescimento de 8%. Pesquisa de campo, Tegucigalpa, julho-agosto 2005.

sentido, e o turismo está sendo apresentado como um dos caminhos que podem permitir concretizar, no futuro, esse desejo.

Por outro lado, a manifestação da vontade apenas, de um e outro lado, não basta, assim como não bastam as ações isoladas e as políticas estabelecidas de cima para baixo. O desenvolvimento do turismo é um caminho de dupla via, no qual governo e sociedade têm cada um, um importante papel a ser preenchido. Com a participação de ambos devem propiciar-se as condições de um diálogo amplo e constante através do qual possa construir-se, realmente, um projeto coletivo de desenvolvimento.

Não obstante, é de esperar que as vozes de alerta sejam escutadas e antes de correr demais trás esse sonho, se prepare com calma o caminho para evitar que o mesmo se converta em pesadelo.

A esse respeito vale a pena citar a conclusão da avaliação ambiental da estratégia de turismo para a costa Norte, Ilhas da Bahia e o Vale de Copan realizada para o Banco Mundial,

el turismo encierra tanto una gran promesa como un potencial para fracasar en el contexto del crecimiento económico sostenible en Honduras. El énfasis de esta ponencia en los efectos ambientales negativos del turismo no debe interpretarse como una estigmatización de la industria, sino simplemente como una advertencia de que si el proceso no se maneja en forma apropiada, fracasará en cuanto a producir los resultados esperados y mejorar las condiciones de vida de todos los ciudadanos de Honduras (EAE- Banco Mundial, 2005 p.46).

Um novo governo iniciou seu mandato em 2006, em Honduras, e novas decisões deverão ser tomadas sobre a continuação, ou não, de uma política considerada de Estado e não apenas de um governo. A esse respeito, e qualquer que seja a determinação a ser seguida com relação ao desenvolvimento do turismo sustentável no país, não poderá deixar de considerar-se, por um lado, que muitas ações já foram iniciadas e muitos recursos de todo tipo já se encontram comprometidos nesse processo. Por outro, lado é necessário lembrar, ainda, como propõe o código mundial de ética do Turismo, que nesse processo todos os agentes do desenvolvimento turístico, tanto setor público nacional ou local, setor privado, terceiro setor, bem como as comunidades receptoras, órgãos de informação e o próprio turista tem responsabilidades diferenciadas, mas, interdependentes para a valorização individual e social

do turismo e que a identificação dos direitos e deveres de cada um poderá contribuir para a realização desse objetivo.

Dessa forma, para levar adiante um processo necessariamente participativo, boas intenções apenas não bastam. São necessárias, além da vontade política, ações concretas que permitam, numa visão realista de meio e longo prazo, as mudanças necessárias para alcançar com êxito o que queremos, um país mas justo e melhores condições de vida para todos os hondurenhos. Para isso, pessoalmente considero que educação é fundamental.

A relação turismo sustentável e educação ambiental, assim como sua importância no contexto hondurenho, serão abordadas na seqüência desse trabalho.



Figura10: Parque Arqueológico Copan
Fonte www.letsgehonduras.com (IHT)

CAPÍTULO IV PARA ONDE VAMOS

“Quando se aprende algo novo, não se sabe mais, se sabe de uma maneira diferente. Se “passa a ser”, como pessoa ou como um grupo humano, em uma dimensão mais fecunda e mais integrada. E assim é porque houve uma transformação complexa com o que se aprendeu de novo, com aquilo que não-se-sabia-e-agora-se-sabe”. C.R. Brandão

Depois da devastação causada pelo furacão Mitch em 1998, o governo hondurenho declarou o turismo atividade prioritária para a recuperação econômica do país. Durante o governo de Ricardo Maduro (2002-2006), iniciou-se, com apoio do governo e da iniciativa privada, a implementação de um plano de ação, cujo objetivo, em curto prazo, era a geração de empregos e renda para promover no país mudanças econômicas que permitissem alcançar melhores condições de vida para todos os hondurenhos. Ao ser considerado estratégico para o desenvolvimento econômico e social do país, o desenvolvimento sustentável do setor foi adotado como política de Estado.

Nesse contexto, o setor turismo teve, nos últimos anos, um acelerado crescimento e recebeu importantes investimentos tanto nacionais como estrangeiros. No entanto, não houve, ainda, qualquer manifestação oficial sobre as atividades atuais ou futuras do setor de parte do governo do Presidente Manuel Zelaya Rosales, inaugurado em 27 de janeiro de 2006.⁶⁶

Além do turismo, que, junto com a maquila e o setor têxtil, foi considerado um dos pilares do plano de ação governamental (2002-2006) para a reativação da atividade econômica na implementação da Estratégia de Redução da Pobreza (ERP), outras áreas foram consideradas prioritárias. Entre elas, o desenvolvimento do capital humano, com foco no melhoramento da eficiência e qualidade da educação, saúde, nutrição, recursos hídricos e serviços de saneamento básico. Essas áreas seriam atendidas através de uma estratégia para

⁶⁶ Durante pesquisa de campo em Honduras, julho-agosto, 2005, entrevistei, por indicação da coordenação de campanha do então candidato Zelaya Rosales, a pessoa responsável pela comissão de assuntos econômicos do comitê de campanha. Com relação ao setor turismo, não havia qualquer proposta específica, embora se reconhecesse a importância do setor para a geração de emprego. Pouco se sabia sobre a estratégia de turismo, mas consideravam-se maiores os problemas que tem que resolver o país antes de desenvolver o turismo.

fomentar o envolvimento municipal e comunitário no desenho, manejo e monitoramento da prestação e qualidade de serviços chave e a eficiência no uso dos recursos.

Em capítulos anteriores, procurei mostrar as precárias condições que persistem em alguns dos setores mencionados e o desafio que sua eficiente estruturação ainda representa em Honduras. Procurei mostrar, igualmente, o importante desafio que representa a gestão adequada e eficiente dos diferentes recursos do país e a problemática ambiental que se deriva.

Tendo em conta esses elementos e a relevância crescente do turismo na economia hondurenha, o objeto desse capítulo será mostrar, em primeiro lugar, a importância do vetor educativo para o desenvolvimento do país e, especialmente, da educação ambiental para o desenvolvimento do turismo de uma forma verdadeiramente sustentável.

Em segundo lugar, tenciono mostrar, a importância da educação ambiental ante as alternativas que apresenta o processo de desenvolvimento do turismo, já em curso no país. Um processo teoricamente sustentável, e economicamente viável, mas, que se revela, na prática, social e ambientalmente insustentável.

Ante a incerteza, característica das mudanças que a cada quatro anos vive o país, resta apenas a certeza de que um processo educativo amplo alicerçado nos princípios da educação ambiental, pode ser a ferramenta necessária para desenvolver as condições éticas pessoais, institucionais e ambientais que permitam à sociedade hondurenha maximizar, por um lado, as oportunidades que o turismo apresenta, e, por outro lado, minimizar as externalidades negativas que o desenvolvimento da atividade possa gerar

4.1 TURISMO: UM CAMINHO PARA O DESENVOLVIMENTO

4.1.1 O Turismo como fator de desenvolvimento

Segundo informações da Organização Mundial do Turismo (OMT), em 2000, o turismo movimentou 657 milhões de pessoas e os ingressos da atividade alcançaram, pela primeira vez, uma receita total de US\$ 532 bilhões, ultrapassando todas as outras categorias no comércio mundial. O turismo internacional totalizou US\$ 441 bilhões e o transporte

internacional de passageiros US\$ 91 bilhões, o que corresponde a 7.9% e 1.3% respectivamente das exportações de bens e serviços em nível mundial. O turismo aparece, assim, como uma das cinco maiores categorias de exportação. (Diaz, 2001).

Depois de uma clara evolução nos últimos anos, o turismo é, hoje, o único setor de serviços no qual os países em desenvolvimento – como grupo- apresentam um superávit nos seus balanços de pagamento.

Com efeito, em 1988, os países menos desenvolvidos detinham uma faixa de apenas 0.6 das exportações mundiais dos serviços internacionais do turismo com o ingresso de 2.4 milhões de turistas internacionais. Na década de 1990, entretanto, o fluxo de turistas rumo aos países menos desenvolvidos cresceu mais rapidamente do que o fluxo de turistas para o resto do mundo. O turismo passou a ser a primeira fonte de divisas em um grupo total de 79 países menos desenvolvidos. (Diaz, 2001, p.163). Já em 2004, depois do conhecido efeito 11 de setembro, o setor turístico internacional experimentou uma notável recuperação. O número de pessoas que viajaram internacionalmente totalizou 763 milhões e os ingressos mundiais derivados do turismo internacional alcançaram um valor de US\$ 623. bilhões (OMT,2005). As perspectivas de longo prazo da Organização Mundial do Turismo indicam que as chegadas internacionais de turistas alcançarão 1.560 milhões para o ano 2020 e, desse total, 282 milhões farão turismo nas Américas.

Nos circuitos internacionais de turismo, países menos desenvolvidos, como Honduras, são objeto de particular interesse devido a suas vantagens comparativas compostas essencialmente por ativos ambientais, (florestas, clima, rica biodiversidade, etc), e riqueza cultural fruto de sua diversidade étnica. Esses fatos se refletem amplamente nas cifras alcançadas na exportação de bens e serviços do turismo, nos últimos anos⁶⁷.

Dessa forma, nos países menos desenvolvidos, a indústria turística se perfila como um segmento estratégico para o desenvolvimento e para o estabelecimento de novas interações no campo sócio-cultural e ambiental. Com efeito,

⁶⁷ Em Honduras, por exemplo, a atividade turística desenvolveu-se em 20% nos últimos anos. Em 2004, o ingresso em divisas foi de mais de US\$ 400 milhões deixados por mais de 900 mil visitantes.

de alguns anos para cá, o turismo passou a desempenhar o papel de setor estratégico, tendo em vista a contribuição que ele pode trazer para o desenvolvimento regional e local. Além disso, com a emergência da questão ecológica, que apontou para a necessidade do uso sustentável dos recursos naturais, o turismo passou também a ser visto como uma ferramenta muito útil na busca da sustentabilidade econômica e sócio-ambiental do território, sobretudo na escala local. (SILVEIRA, 2002, p.41).

A partir de 1992, a noção de eco-turismo deu lugar à noção de turismo sustentável que será objeto de intensa discussão em diversos foros internacionais. A Comissão das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, considerando a importância crescente da indústria turística, decidiu adotar um programa de trabalho internacional sobre o desenvolvimento do turismo sustentável. Assim, instou aos governos a promover o desenvolvimento do setor através da elaboração e implementação de políticas, estratégias ou planos nacionais para o turismo sustentável baseados na agenda 21, bem como a maximizar o potencial do turismo para erradicar a pobreza, através de estratégias apropriadas elaboradas em cooperação com os grupos de interesse, populações indígenas e comunidades locais.

Além disso, a Comissão instou os países a promover a capacitação de comunidades indígenas e locais para facilitar sua ativa participação, em todos os níveis do processo de desenvolvimento do turismo. Isso inclui a tomada de decisões, o compartilhamento dos benefícios, e a tomada de consciência sobre os custos e benefícios econômicos, sociais e ambientais decorrentes.

Vemos, nesse contexto, o vínculo que se estabelece entre o desenvolvimento do turismo para erradicar a pobreza e a necessidade de inserção do fator educativo para que as populações receptoras de turistas, e a população em geral, possam adquirir plena consciência dos custos e benefícios que gera o turismo. Tanto para minimizar esses custos, quanto para que possam desfrutar e maximizar os benefícios, a partir do momento em que o turismo serve também como ferramenta para promover uma relação mais harmoniosa entre o homem e seu meio ambiente.

4.1.2 O turismo “esfera de oportunidades” para países em desenvolvimento.

Do ponto de vista econômico e comercial, o “Turismo Sustentável” é considerado também, segundo a Comissão de Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD), como “uma esfera de oportunidades para os países em desenvolvimento”. (UNCTAD, TD(XI)PC/6/Add.1, 2004, p. 2).

Em março de 2004, realizou-se em Lisboa, Portugal, uma reunião de alto nível de especialistas em turismo sustentável para o desenvolvimento. Nessa reunião, foi sublinhada a legitimidade e relevância das ações da UNCTAD em apoio ao desenvolvimento do turismo, à luz de diversos fatores, entre eles i) turismo é uma área de interesse, pelos benefícios que a maioria dos países em desenvolvimento auferem do turismo internacional; ii) o desenvolvimento dos elos entre o turismo e outros setores da economia local pode conduzir à redução da pobreza; iii) o apoio internacional para o desenvolvimento do turismo sustentável é vital para a maioria dos países menos desenvolvidos e, portanto, as organizações internacionais podem ajudar a fortalecer suas capacidades (UNCTAD, 2004).

Na ocasião, o representante da Organização Internacional do Trabalho (OIT) enfatizou a importância do desenvolvimento dos “recursos humanos”⁶⁸ no esforço dos países para desenvolver competitivas e benéficas contribuições locais nas atividades turísticas.

As atividades de organismos internacionais, como a UNCTAD, apoiam políticas de investimento para o turismo; políticas nacionais de comércio e negociações multilaterais nesse setor; bem como o desenvolvimento de micro empresas ligadas ao turismo, e o desenvolvimento de capacidades e treinamento em tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento do setor. Considera-se que a parceria entre as diferentes agências das Nações Unidas no campo do turismo sustentável poderia resultar em grande eficiência e dar aos Estados Membros novas oportunidades para o desenvolvimento do turismo sustentável respeitando, entretanto, as características sociais, econômicas e culturais de todos os países.

68. É de notar que o termo “recurso humano” vem sendo cada vez mais contestado. O termo recurso implica a limitação do ser humano a um fator da produção no contexto econômico sem considerar sua complexidade. Complexidade que se procura entender e atender através do desenvolvimento humano.

Vemos, então, que o turismo sustentável aparece também, cada vez mais como o novo produto do mercado. Os serviços turísticos devem ser objeto das políticas nacionais de comércio e certamente estarão no centro das negociações comerciais multilaterais. No entanto, nas atividades apoiadas pelos organismos internacionais nada define o apoio concreto a políticas integradas de educação e turismo. Dessa forma, o aspecto educativo permanece limitado à tradicional construção de capacidades e treinamento para fins específicos. Todavia, não se considera que:

a construção de capacidades não é um meio para algo mais, mas um fim em si mesma. Ela não pode ser reduzida à construção de habilidades individuais, mas deve também desenvolver instituições sustentáveis e estruturas sociais que apoiem e promovam capacidades individuais e institucionais (PNUD 2002, apud LOPEZ, 2005, p. 174).

Este aspecto é ainda mais relevante em países com grandes lacunas educacionais e estruturas institucionais pouco eficientes.

Apesar do desenvolvimento econômico que o turismo pode trazer, pela sua natureza complexa e pelos impactos sócio-culturais e ambientais por ele gerados, considero que o desenvolvimento do setor deveria ser tratado em um contexto menos comercial. A educação, vista como uma ferramenta de transformação da sociedade, deveria ser um elemento essencial, não apenas para a construção, mas, para o desenvolvimento das capacidades (Lopes, 2005) que permitam aos diferentes segmentos da sociedade e, particularmente as comunidades diretamente envolvidas, ser parte ativa na formulação de políticas e na estruturação da atividade turística. Essas políticas e atividade deveriam, por sua vez, ser tratadas de forma integrada num âmbito multi-setorial, e passar a ser enfocadas no contexto amplo do país como um todo. Dessa forma poderiam estabelecer-se as prioridades que devem ser atendidas em cada setor, para alcançar, com sucesso, o desenvolvimento do turismo e, do país, de forma verdadeiramente sustentável.

4.1.3 As expectativas geradas pelo desenvolvimento do turismo – ilusão ou realidade?

Nos países em desenvolvimento, a expectativa com relação ao desenvolvimento do turismo é grande e, em geral, espera-se que essa atividade gere trabalho, divisas e receita

fiscal. A questão, no entanto, é de saber até que ponto essa expectativa é justificada, quando se consideram as externalidades negativas do turismo. Segundo Gollub,

it appears that the creation of tourism facilities, their maintenance and optimum use through modern distribution channels require horizontal investments across a whole spectrum of sectors, both manufacturing and services ones. Should such use and investments take place, in less diversified economies tourism activities are often responsible for a host of financial leakages and socio-cultural costs, the latter especially taking place when the pace of change and development is fast. This eventually undermines the economic and social feasibility of tourism activities and may result in a number of undesirable effects, such as general vulnerability of the national tourism sector, its never ending dependence on imports of commodities and services, or continuous depletion of natural, social and cultural resources leading to the degradation and elimination of comparative advantages on which the sector's attractiveness and development can be based. Such effects are seen as characteristic of an activity considered not sustainable, i.e. which does not constitute a solid and long-term development option, but instead become a burden to the economy and society.(GOLLUB, et al., 2003, p. 2).

No contexto hondurenho, o uso e abuso que atualmente se faz dos recursos naturais e culturais pode levar, em curto prazo, à perda das vantagens comparativas que apresenta o país. Assim, a necessidade de estabelecer prioridades resulta mais importante, ainda, quando dentro da “esfera de oportunidades” que representa o turismo, se espera, e isso é um dos objetivos da estratégia nacional, que o desenvolvimento do setor seja o motor para a geração dos empregos e renda que, junto com outros setores da economia, impulsionarão o crescimento econômico do país proporcionando melhores condições de vida para a população hondurenha.

Infelizmente, ante a expectativa do crescimento econômico imediato, pouca atenção se concede às externalidades negativas geradas pela atividade. No entanto, o crescimento econômico, apenas, não basta para trazer esses benefícios quando não se desenvolvem simultaneamente outras vertentes desse processo. Segundo Sachs,

o crescimento econômico promovido pelas forças do mercado traz, mesmo quando bem-sucedido em nível econômico, resultados sociais opostos aos almejados: as diferenças sociais aumentam, a riqueza se concentra na mão de uma minoria, com marginalização simultânea de uma parcela importante da população.(SACHS, 2005, p 118).

Nesses casos, segundo esse autor, por maior que seja o crescimento do PIB o país, na verdade, se encaminha para o “mau desenvolvimento”, por isso,

devemos nos esforçar por desenhar uma estratégia de desenvolvimento que seja ambientalmente sustentável, economicamente sustentada e socialmente incluyente, vale dizer, capaz de caminhar na direção do pleno emprego e auto-emprego decentes, no sentido que a OIT dá a este adjetivo, ou seja, condições de trabalho e remuneração dignas (Op. Cit.: 118).

Quando se pensa em remuneração digna, porém, pensa-se, igualmente, em remuneração por um trabalho “digno”, ou seja, eficiente e corretamente executado. Em Honduras, um dos problemas com que se depara o setor de turismo é a baixa qualidade do serviço que se encontra no país. Se, de acordo com a estratégia apresentada, pretende-se captar um turismo de alto nível, evitando-se o turismo de “massa”, (considerado, por sinal, um turismo altamente predatório), o país deve estar preparado para proporcionar um serviço acorde com as exigências desse turista diferenciado.

Para isso é necessário desenvolver as capacidades individuais que permitam obter esses resultados. Nesse contexto a educação, mais uma vez, é sem dúvida o instrumento que desenvolve o potencial de um indivíduo, daí a inevitável relação entre educação e desenvolvimento.

4.2 EDUCAÇÃO: UM COMPONENTE ESSENCIAL DO DESENVOLVIMENTO

4.2.1 Educação e emprego em Honduras, um campo para a responsabilidade social

Numerosos estudos têm mostrado que baixos índices educacionais e educação de baixa qualidade são importantes gargalos no desenvolvimento econômico ao limitar a disponibilidade de força de trabalho qualificada (CASTILLO,2003).

No entanto, no setor privado hondurenho, um dos mais atuantes nas diferentes modalidades de serviços turísticos, não existe uma cultura de investimento na formação ou capacitação dos servidores. Pagar pela formação ou a capacitação de um funcionário é visto como um gasto e não como um investimento, o que conduz a um círculo vicioso de serviços de pouca qualidade e desemprego. Não obstante, de acordo com informações da Corporação Hondurenha da Empresa Privada (COHEP) recentemente observa-se certa evolução nesse sentido. Já há iniciativas, embora incipientes, de responsabilidade social empresarial por parte

de grandes empresas, nas quais se está trabalhando com os eixos de educação, saúde e meio ambiente.⁶⁹

Com relação à importância de fomentar a responsabilidade social e uma formação continuada, o Cardeal Oscar Andrés Rodríguez, Arcebispo de Tegucigalpa, sempre atento às necessidades e avanços da sociedade hondurenha, fez um chamado às empresas nesse sentido:

El nivel moral de una empresa no radica en la existencia de una gran cantidad de normas, ni siquiera en intento de cumplirlas. Lo decisivo son las personas que aceptan responsabilidades, que se comprometen, que asumen los retos, que investigan, aprenden y que enseñan. El trabajo, hoy es fundamental. Ya no lo son los capitales. Lo que cuenta hoy en el mundo es el capital humano.

Otro aspecto fundamental en la vida de la empresa hoy es la interdisciplinariedad como camino abierto a lo nuevo, a la realidad con todos los agentes del conglomerado social y económico, que por supuesto, rebasa las fronteras de la misma empresa. El que se atrinchera y no quiere saber nada de la interdisciplinariedad, está condenado al fracaso, a la inmovilidad, a la parálisis. Cuando la empresa reduce su finalidad a un desarrollo sin interlocutores, pierde su razón de ser, pierde su sentido. La responsabilidad social de la empresa es muy importante.

Tenemos que reconocer también, que el aprendizaje nunca termina. Ya podemos abandonar las aulas, porque hoy en día se habla del aula virtual. Todos debemos ser estudiantes y estudiosos, profesores y alumnos lectores y escritores. Nunca debemos dar por acabada la propia formación, ni la de quienes trabajan con nosotros. Siempre se ha de buscar mayor calidad en lo que hacemos y producimos. Calidad, sobre todo en el ejercicio de nuestras capacidades. Avancemos hacia la sociedad de lo humano.⁷⁰

Tendo presente as condições do país, a prática educativa na empresa, tanto para os empresários como para seus funcionários, pode desempenhar um papel fundamental para o bom desenvolvimento da estratégia de turismo. Essa estratégia conta, com particular ênfase, com as pequenas e médias empresas, sejam aquelas diretamente relacionadas com o setor, ou aquelas de outros setores que, de uma ou outra forma, prestam serviços no país.

Nesse contexto, seria desejável que as ainda incipientes iniciativas de responsabilidade social empresarial fossem apoiadas por políticas claras e incentivos concretos, especialmente para que esses princípios de responsabilidade sejam amplamente adotados no país e incorporados, desde seu início, nas pequenas e médias empresas que, como parte da estratégia de turismo, estão sendo incentivadas no setor. De igual forma,

⁶⁹ Entrevista durante pesquisa de campo, COHEP- Tegucigalpa, agosto 2005.

⁷⁰ Discurso do Cardeal Oscar Andrés Rodríguez na XV Assembléia do Clube Rotário- “Necesitamos Empresarios éticos y competentes con el Desarrollo- San Pedro Sula –Honduras, 2 de março de 2006.

poderiam ser objeto desses incentivos para a educação as diferentes iniciativas de economia social que vem sendo desenvolvidas no país, especialmente em nível comunitário: associações, cooperativas e outros.⁷¹

Não se deve ignorar que, por mais que o turismo seja uma esfera de oportunidades, e por mais vantagens comparativas que tenha o país, não se pode ser competitivo se não contamos com políticas formuladas segundo prioridades bem definidas e com capital humano preparado para valorizar e maximizar essas vantagens e com as habilidades necessárias para fazer a leitura eficiente de uma realidade em contínua mutação, naturalmente incerta e que apresenta, a cada dia, novos desafios.

4.2.2 A Educação como ferramenta para o desenvolvimento social

Considerando os aspectos tangíveis ou intangíveis da formação do ser humano que são aportados pela educação e que, necessariamente, se refletem no indivíduo, tanto como elemento social quanto na qualidade do serviço prestado, parece-me indissociável a relação que se estabelece entre emprego de qualidade e educação. Igualmente indissociável emerge a relação entre educação e desenvolvimento. Porém, é necessário, de fato, que as condições sejam dadas para que os benefícios que traz a educação sejam potencializados. Na opinião de Sachs,

A educação é essencial para o desenvolvimento, pelo seu valor intrínseco, na medida em que contribui para o despertar cultural, a conscientização, a compreensão dos direitos humanos, aumentando a adaptabilidade e o sentido de autonomia, bem como a autoconfiança e a auto-estima. É claro que tem também um valor instrumental com respeito à empregabilidade. Porém, a educação é condição necessária, mas não suficiente, para se ter acesso a um trabalho decente. Deve vir junto com um pacote de políticas de desenvolvimento, mesmo que alguns prefiram apresentá-la como uma panacéia (2004, p. 82).

⁷¹ *Entende-se por economia social aquelas atividades econômicas culturais sociais articuladas e controladas de forma individual ou coletiva, por pessoas que vivem na pobreza e que permitem às pessoas concernidas assegurar suas fontes de bem estar. A economia social, está conformada por setores populares organizados em torno da produção e comercialização dos serviços, bem como de suas organizações específicas: empresas de trabalhadores, cooperativas, associações de pequenos produtores, organizações indígenas e religiosas, ambientalistas, que procuram alternativas de geração de renda fora da empresa e do mercado convencional(Alvarenga,2003-tradução livre).*

Encontro essa asseveração de particular importância no que diz respeito à relação que se estabelece entre a educação e o desenvolvimento, e, em consequência, com o assunto que nos ocupa, o desenvolvimento do turismo sustentável e a educação em Honduras.

Por um lado, vimos antes que o desenvolvimento econômico não é suficiente e que, contrariamente ao esperado, pode trazer maiores desequilíbrios sociais e iniquidade quando não vêm acompanhados do desenvolvimento da vertente social - ou ambiental.

Por outro lado, vemos agora que a educação é uma condição necessária para o desenvolvimento, porém ela não é suficiente quando o que se busca vai além de um trabalho decente. Ou seja, equidade, respeito, inclusão social.

O anterior leva-me a asseverar, mais uma vez, que, no caso de Honduras, a implementação da estratégia de desenvolvimento do turismo sustentável, cujo objetivo imediato é a criação de empregos e a geração de renda, deve necessariamente vir acompanhada de uma política educativa ampla que, ao servir de eixo estruturante para a atividade econômica, atinja diretamente os diferentes segmentos da sociedade hondurenha. Só assim poder-se-á promover não só maior bem estar do ponto de vista material -o crescimento econômico- mas, também, o almejado desenvolvimento social com consciência ambiental e ética institucional.

4.2.3 Educação, Desenvolvimento e Identidade: um vínculo constitucional

Com o desenvolvimento do turismo sustentável, procura-se alcançar, em Honduras, além do desenvolvimento econômico e social do país, o fortalecimento da identidade nacional. Esse fato vincula diretamente o processo ao aspecto pluricultural do país que é o alicerce da “hondureñidad”. No entanto, malgrado a reconhecida importância da educação para o fortalecimento da “identidade nacional”, as ações dessa estratégia no que diz respeito à incorporação do aspecto educativo permanecem apenas pontuais.

De igual forma, não se dá à educação o papel preponderante que a Constituição Nacional pretende outorgar-lhe no processo de desenvolvimento econômico e social do país.

Com efeito, a Constituição hondurenha, além de reconhecer a educação como uma função essencial do Estado, no artigo 151 vincula estreitamente a educação a ambos os aspectos desse processo:

La Educación es función esencial del Estado para la conservación, el fomento y difusión de la cultura, la cual deberá proyectar sus beneficios a la sociedad sin discriminación de ninguna naturaleza. - La educación nacional será laica y se fundamentará en los principios esenciales de la democracia, inculcará y fomentará en los educandos profundos sentimientos hondureños y deberá vincularse directamente con el proceso de desarrollo económico y social del país.. (1982)

O efeito dessa disposição constitucional no caso que nos ocupa tem sido muito pouco acentuado nas políticas até agora adotadas.

Para a melhor implementação das atividades para o desenvolvimento do turismo, o governo de Ricardo Maduro (2002-2006) considerou primordial que a execução das ações e programas para fortalecer a atividade turística no país fosse realizada mediante o impulso e promoção da cultura, da qualidade turística e o cuidado com o meio ambiente. Para isso, foi estabelecido um gabinete de turismo⁷² cujo objetivo é assessorar a Presidência da República na formulação de políticas de turismo, coordenar os programas, serviços, dependências e entidades descentralizadas relacionadas com o turismo. Na conformação desse gabinete, o Ministério de Educação não foi chamado a fazer parte.

Durante as entrevistas realizadas em Honduras, ao questionar o Ministério do Turismo sobre a ausência do Ministério de Educação nesse Gabinete, a resposta foi que não se considera o Ministério de Educação diretamente envolvido com a formulação das políticas de turismo, mas, sendo a educação considerada “muito importante”, as ações educativas seriam transversais em toda a estratégia.

Parece-me surpreendente, e lamentável, a generalização que se faz do aspecto educativo. Primeiro, porque as mencionadas ações educativas são ações apenas pontuais. São ações de capacitação, ou treinamento, para grupos determinados, que terão, ao final, um alcance restrito. Segundo, porque, embora se considere a educação “muito importante”, a

⁷² Presidido pelo Presidente da República o gabinete está formado pelas Secretarias de Estado de Turismo; Gobernación e Justicia; Seguridad; Obras Públicas Transporte y Vivienda; Finanzas, Recursos Naturales; y Cultura y Deportes.

incorporação do aspecto educativo é considerada tão transversal que termina sendo difuso. Resta, portanto, sem aplicação concreta e com invisíveis resultados no processo de desenvolvimento econômico e social do país e com menos resultados, ainda, no que diz respeito ao fortalecimento de uma identidade até hoje incerta.

Na opinião da arqueóloga Gloria Lara, em Honduras, turismo, educação e cultura são três setores desconexos e existe uma clara necessidade de harmonização das políticas desses setores. O diálogo existente é apenas conjuntural e muito pouco produtivo. Nas universidades, estão sendo abertas as carreiras de turismo e, em sua opinião, os fundamentos filosóficos da carreira são excelentes, mas não se refletem no *pensum*.⁷³

Com relação à sustentabilidade do processo de desenvolvimento do turismo, Lara considera que o discurso é, de fato, muito diferente da realidade.⁷⁴

4.2.4 A educação ambiental: instrumento para a transformação social em Honduras

Ao considerar as influências externas veiculadas pelos diferentes meios de informação, que, direta ou indiretamente, impactam a sociedade, transformando-a, dificilmente pode-se pensar em desenvolvimento sustentável sem educação, especialmente num contexto cada vez mais competitivo e globalizado. Na opinião do representante da Unesco em Brasília,

sem uma política educacional planejada e de longo alcance, os países pobres e em vias de desenvolvimento, que precisam urgentemente elevar os níveis de escolarização de sua população, não conseguirão atingir os padrões mínimos necessários a uma inserção sustentável nos novos espaços sociais e econômicos criados pelo processo de mundialização e globalização. (Werthein, em Carnoy, 2003, p.11)

O corolário dessa reflexão seria um questionamento sobre o tipo de educação de que estamos falando. A esse respeito, parece-me importante esclarecer que, ao mencionar a necessidade de educação em Honduras, não limito esta referência à educação apenas formal objeto do atual sistema educativo.

⁷³ Malgrado os excelentes princípios filosóficos, na prática os programas de estudo não refletem esses princípios, ignorando ou deixando em segundo plano a dimensão social da realidade.

⁷⁴ Professora e Arqueóloga Gloria Lara –Departamento de Pesquisa e Post-graduação da UPFM em Tegucigalpa.

Ao fazer referência à educação, faço-o entendendo esta não apenas como a transmissão formal de conhecimentos e informações que, na práxis, apenas configura a manutenção de um *status quo* determinado. Refiro-me, essencialmente, à educação vista como uma ferramenta para a construção de verdadeira cidadania e, portanto, propiciadora da ativa participação dos diferentes segmentos da sociedade na busca de soluções para mudar as indesejadas condições econômicas, sociais e ambientais atuais.

Refiro-me a uma educação de qualidade que permita, aos homens e mulheres de Honduras, converter-se em sujeitos capazes, sensibilizados por uma nova postura ética, para formular e realizar seus anseios com responsabilidade, solidariedade e espírito crítico, a fim de alcançar, partindo de sua própria realidade, a concretização de um projeto coletivo de país. Vejo, assim, a Educação Ambiental como uma ferramenta essencial para a transformação social em Honduras.

Com respeito ao tipo de educação almejado, as discussões são amplas. A educação vista como um instrumento de transformação, a partir da conscientização da problemática ambiental, tem passado por diversos qualificativos no contexto de diferentes conferências internacionais para a Educação e/ou o Desenvolvimento, ou, no entendimento de diferentes teóricos dependendo do foco de interesse.

Pessoalmente, privilegio o qualificativo de ambiental para referir-me ao tipo de educação que, acredito, deveria ser uma prioridade no contexto hondurenho, pela relevância que essa educação confere às relações homem-natureza e ao conteúdo amplo e eminentemente político do processo de transformação social que visa alcançar. Reconheço, no entanto, a evolução que pouco a pouco tem ido transparecendo no conceito genérico de “educação”, uma vez que esta é cada vez mais concebida como um processo que só “pode ser viável se for uma educação integral do ser humano. Uma educação que se dirige à totalidade aberta do ser humano e não apenas a um de seus componentes”. (WERTHEIN in MORIN, 2004, p. 11).

4.2.5 Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, uma relação intrínseca.

Entre as metas do milênio estabelecidas pelo sistema das Nações Unidas, a educação é um dos objetivos fundamentais. Um povo educado é um povo livre. Um povo educado,

consciente de suas fortalezas, assim como de suas limitações, de seus deveres e direitos cidadãos, pode ser um povo pobre, mas é um povo digno.

Abordagens recentes sobre a evolução da educação e sua passagem de uma visão funcionalista para uma visão mais humanista, consideram:

education as an affair of the whole society, requiring the engagement of all social actors –including civil society organizations, the private sector, different levels of government, parents, teachers and the students themselves- in partnership for the promotion of an education of quality. This goes along with the concept of learning as a continuous process throughout life that aims for an active and productive insertion of the individual in the society and for the formation of integral human beings, aware of their environment, their rights and their duties. (BENAVENTE; WERTHEIN -in BRASLAVSKY; WERTHEIN, 2004, p. 10)

A evolução que o conceito de educação começa a mostrar hoje é, talvez, produto das sementes que foram plantadas na década de 1970 com a adoção do conceito de Educação Ambiental.

Realizada na cidade de Tbilisi, Geórgia, em outubro de 1977, a Conferência de Tbilisi, como ficou conhecida, é um marco de referência na evolução do conceito de Educação Ambiental, uma vez que nela foram definidos seus objetivos, características e estratégias tanto no âmbito nacional quanto internacional. Nela se manifestou, igualmente, a necessidade de estabelecer um *ethos* global de respeito e equilíbrio, no qual as múltiplas relações que se estabelecem entre proteção ao meio ambiente e desenvolvimento incorporem a preocupação constante com as necessidades e aspirações dos homens e a distribuição equitativa dos benefícios aportados pelo desenvolvimento.

A esse respeito, a Conferência recomendou a seus Estados membros

que a Educação ambiental tenha por finalidade criar uma consciência, comportamentos e valores com vistas a conservar a biosfera, melhorar a qualidade de vida no mundo todo e salvaguardar os valores éticos, o patrimônio cultural e natural. (Coleção Meio Ambiente, Edição Especial, 1997, pág 115).

E, entre outras coisas, concluiu que

a educação ambiental – elemento essencial de uma educação global e permanente, voltada para a solução dos problemas e com a ativa participação de todos- contribuirá para orientar os sistemas de educação no sentido de uma maior idoneidade, realismo e

interpenetração com o meio natural e social, visando a facilitar o bem-estar das comunidades humanas. (IBAMA- COL. MEIO AMBIENTE, 1997 Prefacio,).

A esse respeito, Almeida Junior(1992), afirma que

A meta planetária da educação ambiental tem, portanto, grande alcance político: conscientizar os indivíduos humanos e as sociedades no sentido de que a transição de um paradigma para outro não apenas é possível como necessário, se se pretende que a terra sobreviva em equilíbrio dinâmico entre suas dimensões abióticas, bióticas e culturais. Pretende-se com essa meta, que cada nação chegue a um modelo de desenvolvimento sócio-econômico e cultural que seja ecologicamente auto-sustentável (ALMEIDA JUNIOR, 1992, p.71)

Dessa forma, no novo paradigma de desenvolvimento, a educação ambiental assume um papel fundamental como instrumento da transformação social que encontra seus fundamentos numa ética de respeito ao ambiente e de solidariedade global.

a história nos tem mostrado que uma nação só atinge o equilíbrio social, econômico, cultural e ambiental através de diversos componentes, mas fundamentalmente, pela variável educacional. Neste contexto, a educação ambiental assume particular importância como elo preponderante de todas as ações voltadas para a questão ambiental. (MUNHOZ, 1992, p.44)

A esse respeito, podemos agregar que a importância da educação ambiental se evidencia ainda quando o desafio que se apresenta, como no caso do desenvolvimento do turismo sustentável em Honduras, é o de harmonizar o desenvolvimento com a conservação e a eficiente gestão dos recursos naturais.

Com efeito, nas novas formas de desenvolvimento, espera-se das sociedades maior coesão, maior participação e, de cada homem, maior consciência ambiental. Nesse contexto, a educação ambiental aparece como o fio condutor que permitirá a fluidez das interações homem-sistema-econômico-político-social e ambiental, visto que,

antropologicamente, educação é um processo de socialização por meio do qual o indivíduo humano adquire os valores, as atitudes e os comportamentos de sua sociedade e de sua cultura. E ao adquirir, assim, uma personalidade e uma cultura, a pessoa pode apreender, também, a noção – crucial para a sobrevivência com liberdade e responsabilidade – de que a sociedade e a cultura são tanto mantidas como passíveis de serem transformadas, no espaço e no tempo, através da socialização dos seus membros. Quando isso ocorre, a educação alcança o seu papel maior – educativo – que é o de transcender sua função meramente reprodutiva, em favor da função criativa... É à luz dessa visão ampla e criativa de socialização que a educação ambiental – seja ela formal, não formal ou informal – torna-se um poderoso

instrumento capaz de transformar as interações do homem-ambiente, e, assim, as relações homem natureza. A educação ambiental, por isso, permeia todas as questões ambientais e de desenvolvimento sócio-econômico. (ALMEIDA JUNIOR, 1992, pág. 72)

Ao constatar a estreita vinculação que se estabelece entre educação ambiental e desenvolvimento sustentável, insisto na necessidade de incorporar, de forma estruturada, a educação ambiental nas estratégias de desenvolvimento do país, sejam elas ancoradas no turismo ou em qualquer outro setor. Para isso, me apoio, ainda, em uma constatação maior: as deterioradas condições sociais, e a fragilidade de nossos valores que contribuem para a ilimitada violência que atualmente se vive no país; a evidente fraqueza de nossas instituições e, especialmente, a continuada vulnerabilidade do país, produto de suas deterioradas condições ambientais. A esse respeito, mais uma vez, a palavra do Cardeal Rodrigues é mais do que eloqüente ao assinalar em “Por los caminos de la Esperanza”, os pontos críticos da realidade hondurenha.⁷⁵

La eliminación de la pobreza y el desarrollo de nuestro pueblo encuentran obstáculos que parecen insalvables, como son: la inequidad en la generación y en la distribución de la riqueza; la baja calidad e insuficiente cobertura de la educación; la deficiente atención de los servicios de salud; la explotación irracional y el aprovechamiento ilícito de los recursos naturales; la corrupción generalizada; el robo de los bienes del Estado; el olvido del bien común, de la justicia, de la solidaridad y la pérdida del valor sagrado de la vida. Todos ellos no sólo causan un continuo empobrecimiento de nuestra población, sino que producen un flujo constante de hondureños hacia el exterior en busca de mejores condiciones de vida.

La construcción de una nación fuerte exige el fortalecimiento de las instituciones del Estado. Éstas se debilitan por el populismo y la politización de las mismas; por los altos índices de corrupción que provocan la incredulidad y permanente desconfianza de la población hacia las instituciones y las personas que las dirigen; por la impunidad que debilita todo Estado de derecho, colocando la ley al servicio de intereses privados y quitándole su principal cometido, que consiste en garantizar y asegurar la convivencia en la comunidad local, regional y nacional. (EL HERALDO, março 2006).

Mudar essa realidade é uma exigência expressada não só pela igreja, ator extremamente influente no campo político e social do país, mas por toda a população hondurenha, tanto durante as discussões sobre a reconstrução e transformação do país depois do furacão Mitch, quanto no diálogo nacional em 2003, e, especialmente, através da proposta da sociedade hondurenha para uma completa reforma educativa, apresentada ainda, sob o impacto do furacão em Honduras.

⁷⁵ “Por los Caminos de la Esperanza” é o nome da Carta Episcopal apresentada pela Conferencia Episcopal de Honduras ao novo governo, aos partidos políticos e a sociedade hondurenha, em março de 2006.

4.3 A EDUCAÇÃO EM HONDURAS

Durante pesquisa de campo que realizei em Honduras em julho-agosto de 2005, tive oportunidade de encontrar e discutir sobre a importância do binômio educação e turismo com representantes de diversos segmentos da sociedade hondurenha. Através de suas opiniões, ficou claro para mim, por um lado, que embora o turismo possa ser um caminho para o desenvolvimento econômico do país, o desenvolvimento do setor só poderá ser bem sucedido quando os atuais desafios que apresenta o país sejam superados. Por outro lado, embora não se estabelecesse, naturalmente, a íntima relação (que, acredito, existe) entre turismo sustentável e educação e, em particular, com a educação ambiental, encontrei sempre consenso sobre a importância e a necessidade de ter mais educação no país a fim de superar os gargalos para seu desenvolvimento.

Em diversos momentos, tenho expressado meu convencimento pessoal sobre a importância, que no desenvolvimento do turismo sustentável e na gestão dos recursos e sectores conexos, deve dar-se à educação em Honduras.

Para que a razão dessa afirmação seja compreendida, devo fazer referência ao atual contexto educativo hondurenho, cuja situação exige dos governantes e da sociedade uma profunda revisão das prioridades.

4.3.1 A Reforma Educativa

No processo de discussões que sobre a realidade do país se estabeleceu depois da tragédia causada pelo furacão Mitch, um dos assuntos amplamente debatidos foi o setor educativo. Ficou evidente, então, o descontentamento de todos os setores com a situação atual da educação no país. Essas discussões levaram, depois de um intenso processo de consulta liderado pelo Foro Nacional de Convergência (FONAC), à elaboração e apresentação, em junho de 2000, da “Propuesta de la Sociedad Civil Hondureña para la Transformación de la Educación Nacional”. De acordo com essa proposta,

en casi todos los sectores de la sociedad hondureña existe gran inconformidad por el estado de la educación nacional. Desde distintos círculos se manifiesta este descontento: para los empresarios el sistema educativo no está formando el elemento

humano que requiere el mercado laboral; los gremios profesionales señalan con insistencia la baja calidad en la formación de los egresados de los diferentes niveles educativos; los padres de familia critican la utilidad de la educación y manifiestan desánimo por sus resultados poco pertinentes y débiles respecto a la formación en valores; y hasta la administración pública insiste en la deficiente preparación de quienes se incorporan al servicio público. (FONAC-2000, p. 4).

Os maiores problemas da educação nacional identificados foram: insuficiente cobertura e iniquidade; baixa qualidade do sistema educativo, implicando a ausência de significados, pouca relevância e pertinência dos aprendizados; desarticulação com as demandas do desenvolvimento nacional, inadequada formação de docentes; gestão centralizada e burocrática (politização); limitada visão social do compromisso educativo; e, ainda, deficiente manejo da cooperação internacional devido à falta de políticas e estratégias definidas para a gestão e negociação da cooperação externa, além de falta de uma visão de médio e longo prazo para a gestão e implementação dessa cooperação.

A partir da constatação de tais problemas, o sistema educativo proposto partiu de três eixos principais: transformação curricular, formação docente e gestão educativa.

Os fins do novo sistema deveriam ser: (i) a formação integral e permanente do hondurenho para que possa elaborar e realizar por decisão própria seu projeto de vida, contribuindo para a superação das condições de existência de sua família e da comunidade e com o desenvolvimento do país; e (ii) promoção do desenvolvimento humano sustentável do povo hondurenho através do oferecimento de serviços educativos com qualidade pertinência, eficiência e participação democrática, sem nenhuma discriminação.

Quanto aos objetivos, contam-se, dentre outros, o desenvolvimento da consciência crítica, o espírito criativo, a atitude positiva e a prática transformadora frente às necessidades, problemas e desafios que se apresentem nos diferentes aspectos da vida pessoal ou coletiva; a formação de cidadãos responsáveis e conscientes de seus deveres e direitos; promover a prática de valores, especialmente os de caráter ético e cívico; e, criar consciência da necessidade de um aproveitamento racional e sustentável dos recursos naturais do país, da proteção ao meio ambiente e a prevenção integral ante os perigos de fenômenos naturais, econômicos e sócio-culturais; além de promover os sentimentos de tolerância, solidariedade e respeito às diferenças entre pessoas e povos.

Com a implementação dessa proposta educativa, na qual se reconhece boa parte dos princípios da educação ambiental, abrir-se-ia para Honduras a possibilidade de formar, integralmente, verdadeiros cidadãos e melhores hondurenhos. No entanto, muito pouco do proposto foi implementado e “*la transformación educativa propuesta por la sociedad hondureña, continúa durmiendo el sueño de los justos*”. (CEDOH-2004, p.154).

Assim, apesar dos esforços realizados pelo FONAC para levar adiante a proposta, e aqueles igualmente realizados pelo Ministério de Educação, com apoio, inclusive da cooperação internacional, os resultados que podem ser efetivamente contabilizados são ainda limitados. No obstante, não se pode deixar de reconhecer a importância das ações realizadas no contexto educativo atual.

Entre essas ações, vale a pena mencionar a promoção e organização de mais de mil associações de desenvolvimento local (ADEL) em escolas rurais uni-docentes e bi-docentes das comunidades dos 80 municípios mais pobres; o melhoramento da cobertura de educação com o Programa Hondurenho de Educação Comunitária (PROHECO), um excelente exemplo de participação comunitária e controle social da educação, que funciona em 16 departamentos e 228 municípios atendendo mais de 45mil crianças nas áreas rurais mais necessitadas (CEDOH, 2004). Houve, igualmente, uma reformulação do “Currículo Nacional Básico”, e por iniciativa do “Instituto Nacional de Investigación y Capacitación Educativa” (INICE) criou-se uma rede para a formação e capacitação permanentes de professores. De igual forma, projetos para a implantação da educação bilíngüe em comunidades étnicas está sendo realizado com sucesso em algumas comunidades, e a Mesa Temática⁷⁶ composta com participação da sociedade civil e a cooperação internacional continua trabalhando por essa transformação.

É lamentável, porém, ter de reconhecer que a pesar de todos esses esforços,

Desde un panorama más amplio y de largo plazo, aún no se há elaborado un Plan Estratégico para el siglo XXI, pues falta la visión maestra y el horizonte abarcador; tampoco ha aprobado, el Congreso Nacional, el Proyecto de Ley General de la Educación. (Foro de Fortalecimiento para la Democracia – apud CEDOH, 2004).

⁷⁶ Grupos de trabalho temáticos estabelecidos para facilitar as discussões entre, governo sociedade civil e organismos internacionais. Esse mesmo tipo de grupo de trabalho foi estabelecido entre os cooperantes para uma melhor coordenação da cooperação internacional.

Em documento sobre a situação do sistema educativo de Honduras em 2005, registra-se que ainda se encontram sérias dificuldades para a implementação da reforma no nível local e regional especialmente no que diz respeito a fazer chegar ao aluno uma educação de qualidade. Além disso, segundo o mesmo documento, um estudo da UNESCO mostra que Honduras está entre os países com os rendimentos acadêmicos mais baixos na região e com os maiores níveis de reprovação e abandono da escola. No entanto, as prioridades a ser atendidas no setor educativo hondurenho são outras. Antes do educando e da sociedade, vem o interesse do educador.

4.3.2 A Educação como Conflito – Um gargalo para o desenvolvimento de Honduras

Em Honduras, existia um conflito latente, hoje completamente declarado, entre o governo e os docentes por reivindicações salariais mal atendidas e pela politização que impera no setor, como em toda a esfera pública, no que diz respeito à alocação de postos de trabalho. O conflito, caracterizado por uma constante medição de forças e a falta de diálogo é, a meu ver, o maior gargalo a ser enfrentado na implementação de qualquer projeto de desenvolvimento no país. Existe, de ambos os lados, uma atitude e uma cultura curto-prazista que impede o sucesso de qualquer iniciativa. Os interesses econômicos gremiais estão acima de qualquer outro interesse coletivo e falta a responsabilidade e o compromisso ético, tanto de parte dos governantes como de parte do educador, para com o educando e com a sociedade.

Um exemplo dessa situação se vivenciou no país em 2002. O governo Maduro apresentou um Plano de Ação e Estratégia 2002-2006 para a educação, no qual, atendendo a solicitação da sociedade hondurenha manifestada através de proposta de reforma educativa, tomaram-se medidas dirigidas a implementar mudanças importantes nos currículos educativos, melhorar o rendimento e obter melhores resultados de aprendizagem. Para isso se solicitou uma maior participação e responsabilidade dos docentes, do aluno, e da família, no processo educativo. A implementação dessas medidas agravou o profundo conflito já existente, paralisou o setor educativo e conduziu, tempo depois, à exoneração do Ministro da Educação, o Dr. Carlos Avila. As ações do setor durante o restante do período de governo foram igualmente limitadas pelos conflitos com o grêmio de educadores e hoje, em 2006, no

início de um novo governo, um dos graves problemas da agenda nacional é a persistência do conflito e a paralisia no setor educativo.

Chega-se a compreender esse impasse quando, considerando a formação dos docentes, encontra-se que, segundo estudo comparativo da formação de docentes em América Latina,

o principio de "isomorfismo" largamente utilizado en la formación de profesores latinoamericanos, provocó algunas consecuencias negativas, como la rigidez en el trabajo y desempeño de los profesores, la fragmentación del currículo en asignaturas fijas y el empobrecimiento de la formación de los docentes. Por tanto cuando se proponen, como se hace ahora, nuevas prácticas de enseñanza basadas en una perspectiva global del aprendizaje y en un constante ejercicio de contextualización del conocimiento, se pasa a exigir de los docentes la movilización de un conjunto de habilidades que ellos no necesariamente tienen. (FUMAGALLI, 2000- apud Fumagalli e Madsen- UNESCO 2004, p.14).

No entanto, essa exigência, que acaba com a acomodação e a mediocridade e demanda maior responsabilidade e compromisso ético do docente, só poderá ser efetiva quando a consciência coletiva for maior que o interesse individual. Para o grande educador que foi Paulo Freire, um indivíduo apenas é capaz de comprometer-se quando é capaz de agir e refletir a partir da consciência que tem de sua própria realidade. Em sua opinião,

não é possível um compromisso verdadeiro com a realidade, e com os homens concretos que nela e com ela estão, se desta realidade e destes homens se tem uma consciência ingênua. Não é possível um compromisso autêntico se, àquele que se julga comprometido, a realidade se apresenta como algo dado, estático e imutável. Se este olha e percebe a realidade enclausurada em departamentos estanques. Se não a vê e não a capta como uma totalidade, cujas partes se encontram em permanente interação. Daí sua ação não pode incidir sobre as partes isoladas, pensando que assim transforma a realidade, mas sobre a totalidade. É transformando a totalidade que se transformam as partes e não o contrário. (FREIRE-1987, 21).

Na opinião do ex-Ministro Carlos Avila, em Honduras não há consciência do valor da educação. Do orçamento geral da Republica, 29%⁷⁷ é canalizado para a educação, e o país está de joelhos ante um estatuto do docente, que é a maior fonte de conflito e de paralisia, e

⁷⁷ Dados do Banco Mundial indicam que já em 2001 23.4% do total de gastos do governo em Honduras foram para educação, ou 6.4% do PIB (Report – OED-29331, 2004:1)

que compromete 96% do orçamento de educação para o pagamento de salários.⁷⁸ Daí a necessidade de um verdadeiro compromisso ético de parte dos docentes, dos governantes e de toda a sociedade, para estabelecer as prioridades e escolher as alternativas em nome do bem estar coletivo.

Honduras, por seu bom desempenho para atender as condicionalidades estabelecidas pela iniciativa para Países Pobres Altamente Endividados (PPME ou HIPC de suas siglas em inglês), qualificou, em 2005, para receber o perdão de significativa faixa de sua enorme dívida externa. Os recursos liberados serão dirigidos a projetos sociais determinados prioritariamente pelo governo em consulta com a sociedade civil.

Uma das áreas que deverá receber uma significativa injeção de recursos deve ser a educação. Entretanto, considerando o conflito que afeta o setor educativo e a atitude até agora adotada pelo grêmio de maestros, parece mais do que nunca necessário o estabelecimento de um diálogo amplo que permita mudar verdadeiramente as atitudes prevalecentes. De nada servirá injetar recursos no setor quando se mantém as atitudes de descaso, pouca responsabilidade e falta de ética tanto do educador, do educando, do próprio governo e da sociedade.

Será este mais um momento em que, pela força das circunstâncias, a cooperação internacional em nome do interesse coletivo, por paradoxal que isso pareça, precisará mostrar mais uma vez sua influencia para promover esse necessário diálogo entre governo, educadores e a sociedade como um todo?ou, teremos os hondurenhos a capacidade de mostrar que algo pode estar mudando efetivamente no país? A oportunidade de dar respostas é agora. Há um novo governo que se diz aberto ao diálogo e o povo hondurenho espera por mudanças. A comunidade internacional cooperante poderia ser um excelente facilitador desse diálogo, ao tempo em que estabelece uma maior harmonização em suas diferentes ações de cooperação em todo o país, a fim de que sejam maximizados os esforços dirigidos a fazer da educação

⁷⁸ A aprovação do Estatuto do Docente foi um ato político, visto pela população como extremamente demagógico, perpetrado, ao final do período do governo Flores 1999-2002, pelo então Presidente do Congresso Nacional Professor Rafael Pineda Ponce. Coincidentemente, essa mesma pessoa é hoje, no governo de Manuel Zelaya (2006-2010) o Ministro da Educação e deve enfrentar o conflito. Ante o descontentamento dos professores com o novo Currículo Básico que incorpora mudanças no atual sistema, o Prof. Pineda Ponce manifestou que *de repente hay que suprimirle algunas frases, modificarle otras y agregarle algunas y así, convalidados por la voluntad de los profesores, el Estado y en lo posible de los estudiantes darlo como un instrumento nacional (EL HERALDO, 5 de marzo, 2006).*

uma ferramenta eficaz para as mudanças e um verdadeiro instrumento para o desenvolvimento do país.

Embora a educação não seja um *remédio para todos os males*, modelos de desenvolvimento bem sucedidos em países que estabeleceram políticas de investimento massivo em educação mostram que o futuro de um país passa, necessariamente, pela educação e a otimização das condições educacionais oferecidas à população. Porém, para alcançar tais resultados, é necessária vontade política e valores éticos, que também se alcançam através da educação. Mas, de uma educação mais crítica, responsável e solidária, que torna o governante, o político, o empresário, o docente, o estudante e todos os membros da sociedade, cidadãos conscientes e responsáveis do compromisso que se adquire para consigo mesmo, com o outro, com o país e com a sociedade como um todo. Daí o aspecto político da educação ambiental que considero fundamental: sua contribuição para a formação cidadania e a importância de sua capacidade transformadora.

4.3.3 A educação ambiental e seu lugar no sistema educativo nacional

A Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, em 1972, expressa a convicção de que “tanto as gerações presentes como as futuras tenham, como direito fundamental, a vida num ambiente sadio e não degradado”. Essa declaração, que foi o começo de um processo de revisão da ética produtiva, utilitária e individualista (Carvalho, 2004), marcou a transição para uma ética ambiental alicerçada nos princípios de solidariedade e de respeito pela alteridade e pelo meio ambiente.

Já essa conferência, ao reconhecer que o desenvolvimento da educação ambiental (EA) é um elemento crítico para o combate a crise ambiental do mundo, recomendou que

os organismos do Sistema das Nações Unidas e, em particular, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura e as demais instituições interessadas, através de consultas e de comum acordo, adotem as medidas necessárias para estabelecer um programa internacional de educação sobre o meio ambiente, com enfoque interdisciplinar e de caráter escolar e extra-escolar, abrangendo todos os níveis do ensino e dirigindo-se ao público em geral (...) ao jovem e ao adulto indistintamente, com vistas a transmitir-lhes as medidas elementares que, dentro de suas possibilidades, venham a tomar para ordenar e controlar o meio em que vivem.

Não obstante essa recomendação e as recomendações emanadas da conferência de Tbilisi e outras conferências internacionais sobre educação, a educação ambiental continua, com raras exceções, sendo tratada apenas marginalmente, como forma de educação considerada alternativa, com uma função de capacitação e informação ecológica, ou como uma disciplina especial, mas não como parte integral do sistema educativo, com uma missão pedagógica clara num contexto multidisciplinar. Igualmente, apesar das recomendações para sua incorporação nas ações relativas ao desenvolvimento, a educação ambiental é incorporada apenas de forma marginal nessas ações inclusive, nos grandes projetos de conservação e proteção do meio ambiente apoiados por organismos ou agências de cooperação internacional, onde mereceria uma maior consideração.

Em Honduras, como em boa parte dos países da América Latina, o tratamento dado à educação ambiental não tem sido diferente. No entanto, não se pode deixar de reconhecer os esforços, embora limitados, realizados no país para incorporar a educação ambiental, especialmente nos últimos anos. Segundo o Relatório Nacional da Avaliação Rio+10, no âmbito governamental, foi criado, no Ministério de Educação, o Departamento de Educação Ambiental e Saúde. Esse departamento trabalhará conjuntamente com o Departamento de Desenvolvimento Curricular para desenhar o currículo da educação ambiental.

Igualmente, com apoio da cooperação internacional, o processo educativo tem sido orientado em função do desenvolvimento comunitário e a participação das comunidades na gestão e solução dos problemas da educação. Diversos programas estão em andamento, entre eles, o Projeto Hondurenho de Educação Comunitária (PROHECO), Programa Educação para Todos (Educatodos), Programa de Alfabetização e Educação Básica para Jovens e Adultos (PRALEBAH), e com a participação de alguns docentes, pais de família e estudantes, as autoridades de educação tem trabalhado na elaboração e validação do novo currículo nacional para a educação básica no qual diferentes princípios da educação ambiental são parte essencial.

Malgrado esses esforços, muito resta ainda para ser feito a fim de lograr que a educação ambiental seja implementada de forma articulada e com um enfoque integral no contexto educativo nacional. Para isso, seria necessário reconhecer que a educação ambiental é um assunto, não apenas do interesse do governo, mas, do interesse de toda a sociedade.

Esse interesse deriva tanto da importância que detém a EA como instrumento para a formação de verdadeiros cidadãos, quanto dos vínculos de respeito que estabelece entre a sociedade e seu meio ambiente. Quiçá um dos caminhos para incorporar a educação ambiental, em Honduras, e em seus projetos de desenvolvimento, seja a efetiva implementação da reforma educativa proposta pela sociedade hondurenha, em cujos fins e objetivos encontram-se delineados os principais elementos da EA. Outras alternativas para a incorporação integrada da educação ambiental são as diversas iniciativas que a esse respeito estão sendo desenvolvidas por diversas organizações da sociedade civil e pela igreja, nas atividades realizadas com comunidades tradicionais, trabalhadores rurais, grupos indígenas e outros.

A relação de respeito que deve existir entre a sociedade e o meio ambiente é particularmente relevante no contexto de políticas de desenvolvimento econômico que, como no caso do turismo sustentável em Honduras, estão baseadas essencialmente nas riquezas naturais do país, tal como trataremos de mostrar em seguida.

4.4 PARA ONDE VAMOS – AS INCERTEZAS

4.4.1 A Importância da Educação para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável em Honduras

Para afirmar a importância da educação para o desenvolvimento do turismo sustentável em Honduras, e mostrar a sinergia que, acredito, existe ou deve existir, entre educação ambiental e turismo sustentável, tomo como ponto de partida as atuais condições de deficiência na educação no país, e, o que considero a insustentabilidade dos processos dirigidos à promoção e desenvolvimento do setor turístico, já em marcha em Honduras.

Honduras iniciou oficialmente a implementação de um plano de ação para o desenvolvimento do turismo que se pretende sustentável. No entanto, não se pode falar de sustentabilidade em um processo cuja racionalidade imperante é, essencialmente, utilitária, e no qual as riquezas naturais, arqueológicas, culturais, e inclusive a diversidade étnica do povo hondurenho, são convertidos em simples “produtos” prioritários, ou não, para o modelo turístico desejado.

Não pode ser sustentável um processo no qual a gestão dos recursos é ineficiente e a consciência ambiental é apenas incipiente na cultura local; onde a participação comunitária é sempre anunciada, mas, muito pouco efetivada, balizando por isso mesmo um estado continuado de marginalização e iniquidade. A insustentabilidade do processo se evidencia, ainda, na limitada capacidade institucional, especialmente no âmbito municipal; e na pretensão de receber, sob o risco de abusar da capacidade de suporte dos recursos de base, cada vez mais visitantes que, naturalmente, estarão interagindo com um povo que, em geral, mal se conhece ou se aceita a si mesmo, mal conhece sua história e, por isso mesmo, quase indiferente à importância de valores éticos, pouco valoriza sua cultura e tradições.

4.4.2 A mudança de Governo- O poder cidadão e a política de Estado

Em novembro de 2005, o povo hondurenho foi às urnas para eleger um novo governante, depois de viver uma campanha eleitoral na qual foram mais relevantes os insultos pessoais entre candidatos do que as propostas de programas de governo. O mais relevante que se conheceu das propostas para o futuro do país foi a posição dos candidatos dos dois partidos tradicionais sobre o problema da violência em Honduras, aguçado pela presença de grupos delinquentes juvenis, as chamadas “maras”. A esse respeito, por um lado, o retrocesso em matéria de direitos humanos parecia ameaçar o país com a posição do candidato nacionalista, Porfirio Lobo, cuja solução para o problema era a pena de morte para os delinquentes. Por outro lado, o ceticismo pairava, (realidade ou demagogia?), ante a proposta de solução do candidato liberal, Manuel Zelaya Rosales: o diálogo com as “maras” consideradas pelo candidato o fruto da iniquidade que impera em Honduras.

Quanto ao pouco nível de compromisso com a realidade do país demonstrado ao longo da campanha política, o editorial de El Herald⁷⁹ do dia 15 de novembro de 2005, dá um panorama bastante claro,

Se ha dicho que la democracia, además de un régimen político, es un sistema de valores cívicos y éticos y que así como puede desarrollarse también puede deteriorarse, ya que no es un valor acabado y cerrado.

Por ello es preocupante el nivel confrontativo de la actual propaganda electoral, en que se mezclan medias verdades con falsedades, con el objeto de desacreditar y anular al contrincante, manipulando a la opinión pública mediante la incesante

⁷⁹ El Herald é um dos jornais de maior circulação no plano nacional.

reiteración de acusaciones no respaldadas por los hechos, violando el honor, la credibilidad y dignidad de las personas... No se abordan los temas torales de la agenda nacional, desempleo, corrupción, inseguridad ciudadana, hambre ni tampoco las fallas y logros del gobierno y la oposición.

Al final, serán los propios electores los que deberán sopesar todo este tipo de actitudes, antes de tomar la decisión de a quién otorgarán su confianza para que conduzca los destinos del país en los próximos cuatro años. También por eso quienes aspiran a gobernarnos deberían entender que la cultura política del hondureño está mejorando y, por lo tanto, ya no acepta tan dócilmente ser llevado a las urnas mediante una campaña de confrontación. (EL HERALDO, outubro,2005).

Contudo, a maioria de menos de dois milhões de hondurenhos que votaram, mais uma vez, decidiu pelos partidos tradicionais e por dar seu voto de confiança a um governo que chama ao diálogo e à participação cidadã.

Dessa forma, Honduras inaugurou, em janeiro de 2006, um novo governo. O “governo do poder cidadão”, que deverá decidir sobre a continuação, ou não, do já iniciado processo de desenvolvimento do turismo, seja trilhando os mesmos trilhos ou mudando de direção.

Apesar da crescente relevância do turismo na economia nacional, o governo ainda não se manifestou sobre o futuro da atividade turística no país.

No entanto, durante seu discurso inaugural, o Presidente Zelaya reiterou seu compromisso com a educação do povo hondurenho, chamando os docentes à negociação para resolver o conflito que paralisa o setor. Segundo o Presidente Zelaya, seu governo respeitará os docentes porque *son las bases de la educación y la educación es la base del desarrollo de Honduras*. Igualmente, no seu discurso o novo Presidente se comprometeu a criar um fundo especial para o reflorestamento do país e a estabelecer um programa especial de proteção florestal, entre outras medidas ambientais.

Contando com essas promessas, espera-se que o governo, considerando os anseios de mudança expressados pela população hondurenha, estabeleça claramente as prioridades no que diz respeito a forma sob a qual esses anseios serão alcançados. De certo, o turismo não é a única atividade econômica do país engajada no esforço de desenvolvimento e superação das dificuldades, mas, é, sem dúvida, uma das mais importantes da economia hondurenha atual e merece, portanto, a atenção responsável dos governantes.

4.4.3 As alternativas: Turismo apenas sustentado ou verdadeiramente sustentável?

Ante as expectativas sobre o futuro e pelos desafios que o país deve enfrentar, parece impossível ignorar as alternativas que se apresentam para Honduras com relação ao desenvolvimento do turismo. Só uma análise crítica de nossa realidade e uma decisão clara sobre as prioridades a serem estabelecidas por parte das novas autoridades poderão definir para onde vamos. No contexto atual, duas alternativas se apresentam:

- (i) A continuação pura e simples de um processo iniciado com a ilusão de um imediato sucesso econômico que, embora sendo sustentado, muito pouco terá de sustentável e, menos ainda, de rentável em longo prazo. Para isso, servem de referência os diversos alertas contidos na própria estratégia de turismo sustentável e em outros documentos citados nesse trabalho, com relação à situação sócio-cultural e, particularmente, ambiental do país.

Com efeito, as condições ambientais em Honduras são alarmantes, assim como as dificuldades encontradas para a gestão eficiente e adequada dos recursos nos quais se baseia, essencialmente, o desenvolvimento do turismo. Igualmente preocupantes, são os múltiplos conflitos reais, manifestos ou potenciais que dessa dificuldade de gestão se derivam, e que direta ou indiretamente influenciam as relações Estado-sociedade-natureza, quando o motivo central dos conflitos ambientais “é a tensão entre o caráter público dos bens ambientais e sua disputa por interesses privados” (Carvalho –2004:165). Parte inerente da sustentabilidade do processo de desenvolvimento do turismo em Honduras estaria no estabelecimento das condições jurídicas eficazes e instituições eficientes, para a solução de tais conflitos, impedindo que interesses corporativos se sobreponham aos interesses coletivos.

Claras manifestação desses conflitos são recentes manifestações do Comissionado dos direitos humanos em Honduras, nas quais se vislumbra a conscientização ambiental que, embora de forma incipiente, passa a ser manifestada por diversas organizações no país. Segundo o Comisionado,

La deforestación parte de la corrupción institucionalizada, la cual tenemos que controlarla todos, y la ilegal e irracional tala del bosque ha generado una riqueza multimillonaria de unas pocas familias, en desmedro del fisco y de los recursos

naturales renovables que debieran ser un patrimonio común de todos los hondureños.
(EL HERALDO, março 2006)

No mesmo sentido foi a reivindicação apresentada pelo Conselho de Organizações Campesinas de Honduras (COCOH) que, ao pedir ao governo o cumprimento da Estratégia de Redução da Pobreza (ERP) para resolver a difícil situação no campo, denunciaram que “las mejores tierras están acaparadas por los grandes terratenientes y empresarios, mientras que los campesinos no tienen acceso a ella”. Além disso denunciaram que *los 11,2 millones de hectáreas de bosques que tiene el país “están siendo explotadas por los madereros, poniendo en peligro de extinción la flora y fauna”, además de afectar a las comunidades indígenas campesinas.* (EL HERALDO, março 2006).

Ante uma situação de conflito como a que se vive em Honduras, a educação se perfila como uma ferramenta essencial e detém um papel fundamental na solução de conflitos ambientais (Carvalho, 2004, Mourão 2002). Na opinião de Sá ,

a insustentabilidade da racionalidade cultural vigente demanda que a ação educativa seja utilizada como instrumento para a construção de uma cultura política sustentável, atuando na mediação dos conflitos socioambientais, priorizando a dimensão micro-política e a democracia direta, ou seja, a potencialização da cidadania no nível das ações cotidianas locais. (SÁ, 2002, p.1)

Para continuar no caminho da primeira alternativa para o turismo, as condições estão dadas. A máquina para a promoção do turismo e para seu desenvolvimento, acelerado ou não, está em marcha. Os resultados, tanto para a geração de novos empregos, divisas e receita fiscal, quanto para os investimentos já estão aparecendo. No entanto, também está aparecendo, cada vez mais acentuada, a degradação ambiental do país pondo em risco os recursos dos quais depende, diretamente, o desenvolvimento do setor. Ante esse cenário, o novo governo deverá pronunciar-se e decidir sobre o futuro de uma política considerada de Estado, pelo governo anterior, e que está em andamento.

Para mudar esse panorama, entretanto, seria necessária, por um lado, a intervenção do governo com uma posição clara e políticas públicas formuladas com uma visão de médio e longo prazos considerando as prioridades estabelecidas para o setor e os setores conexos. Por outro lado, é necessário contar com a participação ativa, dos diferentes segmentos da sociedade, em todo o processo. Isso nos leva à segunda alternativa.

- (ii) Outra alternativa, para o turismo em Honduras, seria a busca de um desenvolvimento efetivamente sustentável do setor, que, na prática, esteja apoiado em políticas públicas claras e objetivas, priorizando a gestão e o uso racional e sustentável dos recursos garantindo a participação de todos os segmentos da sociedade no processo como um todo. Dessa forma, abrir-se-ia o caminho para que uma política considerada de Estado se consolide, também, como um verdadeiro projeto coletivo de desenvolvimento nacional.

No entanto, uma opção dessa natureza exige, tanto dos governantes como da sociedade, transformações profundas alicerçadas numa verdadeira vontade política e na tomada de consciência para a adoção de um inadiável compromisso ético por parte de toda a sociedade hondurenha. Para alcançar isso, mais uma vez, a educação deveria perfilar-se, como uma prioridade em Honduras.

Nas atuais condições do país, só um decidido investimento em uma educação crítica e responsável, permitirá, a médio e longo prazos, ir além da criação de apenas uma cultura do turismo e recursos humanos mais bem capacitados para um determinado setor. Permitindo, a formação de cidadãos capazes de enfrentar os desafios; para que conscientes e respeitosos do ambiente, de suas instituições e de si mesmos, estejam dispostos a receber ao visitante e interagir numa relação de iguais. E só com a educação, enfim, que em Honduras se conseguirá a construção de uma atitude ecológica e cidadã, isto é:

desenvolver capacidades e sensibilidades para identificar e compreender os problemas ambientais, para mobilizar-se no intuito de fazer-lhes frente, e, sobretudo, para comprometer-se com a tomada de decisões, entendendo o ambiente como uma rede de relações entre sociedade e natureza (CARVALHO, 2004, p.181).

A educação aparece como uma prioridade maior ainda quando o caminho escolhido para o desenvolvimento econômico é o turismo. Tanto pela complexidade do setor e a variedade de sub-setores que nele participam, como pelo alcance das mudanças do ponto de vista econômico, social, cultural e ambiental que o turismo produz, ou pode produzir. Dadas as dimensões econômicas, cada vez mais amplas, do setor, não é possível ignorar os aspectos tanto positivos como negativos do turismo e os múltiplos interesses divergentes, ou convergentes, que podem ser suscitados pelo seu desenvolvimento.

Por isso, quando o turismo passou a ser considerado como um fator de desenvolvimento, houve recomendações, de parte de diversas conferências internacionais, para que a atividade turística fosse desenvolvida de forma sustentável e para que ações educativas fossem incorporadas nesse processo. No entanto, pouco se tem tratado até agora sobre o binômio educação e turismo. E, menos ainda, se discute a possibilidade de incorporar a educação como eixo estruturante na implementação das estratégias nacionais de turismo.

Considero o binômio turismo-educação de particular importância, além de oportuno e necessário, especialmente naqueles países menos desenvolvidos, como Honduras, com baixos índices educacionais e onde formular e administrar uma política de turismo sustentável que consiga evitar o risco de destruir, justamente, a fonte de atração turística de que dispõem, representa um verdadeiro dilema. Dessa forma,

o que se espera minimamente, então, da organização pública do setor turismo é a articulação da política de turismo com outras políticas setoriais que tangenciem, todo o tempo, o desenvolvimento do setor, como é o caso da política de transportes, da política urbana e das políticas de proteção aos patrimônios natural e cultural (CRUZ: SOUZA, 2002: 36) e, especialmente, podemos agregar, da política educativa.

4.4.4 Educação Ambiental, Planejamento e Turismo Sustentável

Considerando a relevância do aspecto ambiental para o desenvolvimento do turismo em Honduras e as dificuldades encontradas para a gestão eficiente dos recursos, parece-me oportuno lembrar que “O objetivo primeiro do turismo sustentável é a gestão do ambiente, recursos e comunidades locais moradoras dos núcleos receptores, atendendo às suas necessidades, mantendo sua integridade cultural e preservando o meio ambiente” (QUEIROZ, 2001:227).

Nos países em desenvolvimento cujos recursos naturais e culturais, como é o caso de Honduras, contam como vantagens comparativas no mercado turístico, muito se ventilam as vantagens obtidas com o desenvolvimento do turismo. No entanto, muito pouco se diz sobre os impactos negativos do turismo quando não há estratégias cuidadosamente planejadas para seu desenvolvimento. Nesse contexto, não se pode ignorar a necessidade de estabelecer princípios, regras ou condições para a gestão e utilização responsável e equilibrada desses recursos através das políticas de desenvolvimento do setor. Entretanto, é igualmente necessário que essas políticas sejam formuladas a partir de uma delimitação clara das

prioridades, e de um cuidadoso planejamento, especialmente quando se trata do desenvolvimento do turismo em áreas ecologicamente frágeis (ilhas-arecifes de coral, etc), dado a íntima relação que se estabelece entre turismo e meio ambiente.

a relação do turismo com o meio ambiente dá-se principalmente por meio da paisagem, transformada em produto a ser consumido. Invariavelmente são observadas modificações onde ocorre o turismo; não somente no meio ambiente natural, como na comunidade local. O impacto do turismo pode ser identificado a partir dos custos potenciais – degradação do meio ambiente, injustiças e instabilidades econômicas, mudanças sócio-culturais negativas-; e dos benefícios potenciais – geração de receitas para as áreas protegidas, criação de empregos para as pessoas que vivem próximo a essas áreas, de promoção de educação ambiental e de conscientização sobre conservação (BOO, 1995: 34).

Considerando todos esses aspectos,

o planejamento do setor turismo no âmbito das administrações públicas deve ser um processo contínuo, atento às transformações sócio-espaciais previstas e imprevisíveis, comprometido com seu tempo, sem, entretanto, perder de vista seu compromisso com o futuro. Afinal de contas, planejar é, em essência, pensar o futuro. (CRUZ, 2002, p.29)

O planejamento, portanto, reveste-se de particular importância se considerarmos ainda que “Tourism is not an easy sector, neither a simple subject and its complexity has not to be understated. To take fully advantage of its positive effects, the utmost care has to be used when implementing policies to develop it...” (CARNER, 2001, p. 184).

Pela importância do planejamento no setor e pelos efeitos do turismo na economia do país e na sociedade, a Organização Mundial do Turismo considera que

A política pública de turismo deveria, teoricamente, ser um documento público que reunisse o pensamento do(s) poder (es) público (s), (local, estadual, nacional) com relação à organização do setor turismo em um dado território. Objetivos, metas, diretrizes e estratégias devem estar claramente consubstanciados em um documento desta natureza, pois a política pública setorial é uma referência para o planejamento do setor, tanto para os agentes públicos quanto para a iniciativa privada. Em se tratando, por exemplo, da escala nacional, o turismo é, numa abordagem genérica, uma responsabilidade do governo, “ que deve formular uma política turística global especificando o peso que será dado ao setor na economia nacional, quais os objetivos fundamentais buscados, que meios vão ser empregados para alcançar estes objetivos, etc. (OMT-2001, p. 163 apud CRUZ, p.30)

Quando se fala em planejamento, fala-se necessariamente na capacidade de planejar. Fala-se de uma visão de futuro, no curto, meio ou longo prazos, no qual são postos em prática

conhecimentos, habilidades, capacidades e muita vontade, sobretudo política. A esse respeito, considero fundamental que, no contexto hondurenho, se estabeleça uma sintonia fina entre turismo e educação a fim de permitir o desenvolvimento verdadeiramente sustentável do turismo.

Num país como Honduras, dependente basicamente de seus recursos naturais e culturais, a implementação de um projeto de desenvolvimento baseado nesses recursos requer, além de um cuidadoso planejamento, um investimento maciço na preparação do capital humano capaz de dar resposta aos desafios que representa a gestão integrada para a adequada utilização e conservação de tais recursos.

O sucesso do projeto requer, além disso, do apoio de todos os segmentos da sociedade aptos para participar de um processo que demanda mudanças profundas na construção social e uma visão global para melhor entender as interações que nesse processo se estabelecem, com particular ênfase na relação sociedade e natureza. Requer, sobretudo, princípios éticos para distribuir equitativamente, e desfrutar dos benefícios que essas mudanças aportam, e solucionar os conflitos que elas possam gerar. Requer, finalmente, uma visão ampla dos objetivos e uma definição clara das prioridades. E, nesse contexto, podemos ainda reiterar que nenhuma prioridade é mais dinamizadora das mudanças do que o setor educacional (BUARQUE, 1994).

Só através de um amplo processo educativo de todos os segmentos da sociedade, isto é Governo, setor privado, terceiro setor e a sociedade como um todo é que Honduras e o povo hondurenho poderão, a médio e longo prazos, “aprender a reaprender” (BRANDÃO, 2003) e “aprender a ser” (PARKER, 1998).

Nesse contexto, a Educação Ambiental tem um papel fundamental a ser preenchido, uma vez que a importância desse aprender a reaprender e aprender a ser, é ainda maior no contexto de um mundo globalizado no qual Honduras e os hondurenhos estarão cada vez mais inseridos, direta ou indiretamente, através das diversas interações –econômico-comerciais e sócio-culturais, propiciadas pelo desenvolvimento do turismo.

Com efeito, na conjuntura internacional atual o papel da educação não poderia ser mais relevante. Na opinião de Carlos Rodrigues Brandão:

mais do que em todas as épocas anteriores, nesta época de nosso tempo, pensada como a “era do conhecimento” ou a “era da consciência”, o lugar da educação é tão nuclear e crucial quanto o da ciência. Mais do que nunca, seremos o que fizemos conosco e entre nós, por meio da educação que nos forma...Ou conforma.

Assim, podemos pensar que a razão da educação não é apenas o ato de capacitar instrumentalmente produtores humanos, por meio da transferência de conhecimentos consagrados e em nome de habilidades aproveitáveis. Antes disso, e muito além disso, ela é o gesto de formar pessoas na inteireza de seu ser e de sua vocação de criarem-se a si mesmas e partilharem com os outros a construção livre e responsável de seu próprio mundo social, da vida cotidiana. (BRANDÃO, 2003, p. 20).

Ao longo desse capítulo tentei mostrar a importância que no contexto hondurenho atual pode ter a Educação, e especialmente a educação ambiental, para alcançar o desenvolvimento verdadeiramente sustentável do turismo e do país.

A relação intrínseca entre educação e turismo sustentável não pode ser ignorada nesse processo. Quando falamos na sustentabilidade do turismo falamos de nossas comunidades e da boa gestão de nossos recursos. Falamos de nós, dos outros, de saúde, saneamento básico, recursos hídricos e, em fim, do meio onde nos situamos. Por isso, temos a obrigação de “saber” o ambiente, ou apreendê-lo como se aprende a falar, a escrever, a pensar. O saber ambiental, segundo Leff,

transforma o conhecimento para construir uma nova ordem social. Trata-se de um saber que não só articula as ciências existentes, mas forja novas ideologias e teorias, que geram novas solidariedades e sentidos, mobilizam ações sociais orientadas pelos princípios de racionalidade ambiental. Esta não só gera novos conhecimentos, mas induz um diálogo de saberes em que se forjam novas formas de organização social e apropriação subjetiva da realidade por meio das estratégias de poder no saber e pelo conhecimento (LEFF, 2002, p.188).

A importância desse “saber ambiental” é ainda maior quando o que está em jogo é a necessidade de mudar uma realidade de pobreza e iniquidade e o desejo de construir um país melhor.

Se nos interessa ter cidadãos responsáveis e respeitosos do meio ambiente, aptos para enfrentar os desafios, e capazes de levar adiante um projeto coletivo de desenvolvimento, temos de começar a preparar as futuras gerações, que serão um dia aqueles que proporão ou formularão as leis, liderarão uma comunidade, ou definirão as prioridades e escolherão as

alternativas. Afinal, é por meio da aprendizagem que construímos um vínculo com a realidade para transformá-la (MARTINS, 2005).

Deriva disso a importância de incorporar a educação ambiental no sistema educativo hondurenho, assegurando a sua implementação em nível nacional e ocupando uma posição transversal nas estratégias nacionais e nas decisões e ações setoriais. Dessa forma, o desenvolvimento verdadeiramente sustentável do turismo em Honduras, a médio e longo prazos, poderá ser alcançado com sucesso através dos canais de conhecimento, consciência crítica e responsabilidade ética que proporciona a educação ambiental.

Somente tendo maior consciência do que somos e de nossa realidade poder-se-á preparar o caminho para uma participação integrada do governo, como ente regulador; do setor privado, das comunidades e de todos os segmentos da sociedade, na implementação de um projeto coletivo de desenvolvimento econômica, social, cultural e ambientalmente sustentável, seja através do turismo ou de outra atividade econômica, que permita aos hondurenhos todos estabelecer os vínculos indissolúveis de sua identidade. Somente com a emancipação que permite a educação é que nós, hondurenhos, poderemos, então, ser autores de nossa própria história e construir o que todos desejamos: uma Honduras melhor!



Figura 11: Islas de la Bahia

Fonte: www.letsgehonduras.com (IHT)

CONCLUSÃO

Ao longo dessa dissertação abordamos os diferentes aspectos da realidade hondurenha. Uma realidade que nos mostra um país cheio de paradoxos sendo o mais evidente sua imensa riqueza natural que serve de quadro para a mais desoladora pobreza de seus habitantes. E quando falo em pobreza não falo apenas de pobreza material; falo em pobreza de atitudes que é talvez a pior de todas.

A reflexão feita sobre a identidade do povo hondurenho me leva a concluir que hoje, no século XXI, os hondurenhos não poderemos assumir com responsabilidade os desafios da pós modernidade, da sociedade do conhecimento e da informação, sendo o que somos hoje: uma sociedade quase pré-industrial, de capitalismo periférico, presa às ilusões que nos levam a considerar-nos integrantes ativos do movimento de desenvolvimento e da dinâmica “sociedade global”, quando na verdade, ainda dependentes, permanecemos à margem das decisões e alheios as correntes que movem essa sociedade global. Hoje, em Honduras, não sabemos sequer quem somos e vivemos a dificuldade de situar-nos dignamente em um mundo global feito de mudanças contínuas e instantâneas, imobilizados pela falta de competência, de consciência cidadã e de espírito crítico.

O desenvolvimento do turismo sustentável é uma alternativa que se apresenta para o desenvolvimento econômico do país em curto prazo, bem como, para seu desenvolvimento social e o fortalecimento da identidade nacional a médio e longo prazos. No entanto, para fazer disso uma realidade, que permita superar as carências que afetam o país e os diferentes segmentos da sociedade, é necessário promover uma mudança a partir dessa mesma realidade e estabelecer as condições que levem à verdadeira sustentabilidade. Para tanto, são vários os aspectos que devem ser considerados, sendo, entre eles, o aspecto educativo um dos mais importantes, dada a situação do país atualmente.

De fato, vemos que, por um lado, em Honduras, (i) o turismo, baseado essencialmente na exploração das riquezas naturais e culturais é visto principalmente como uma atividade econômica- criação de emprego e renda- e seus impactos sócio-culturais não fazem parte de considerações prioritárias para os tomadores de decisão. (ii) a decisão de optar pelo turismo como um caminho possível para o desenvolvimento, embora seja uma iniciativa endógena com o objetivo, em princípio, de promover o bem estar da população hondurenha em longo

prazo, está permeada não pelos interesses maiores de um verdadeiro projeto nacional de desenvolvimento acunhado com a participação da sociedade, mas, pelos interesses pessoais de um pequeno grupo da elite governante. “A socialização vem depois”.

Por outro lado, (i) o conceito de sustentabilidade invade o discurso oficial, mas não é consolidado na prática. Os impactos ambientais, bem como a necessidade de ações mais inclusivas e participativas são levados em consideração mais em atenção às pressões externas do que como fruto de uma reflexão interna, (ii) a consciência e preocupação ambiental estão longe de ser um elemento transversal nas políticas, programas e decisões oficiais estratégicas para o desenvolvimento do turismo e o desenvolvimento econômico do país. O aspecto ambiental é tratado e utilizado, inclusive por organizações fora do contexto oficial, mais como um catalisador de recursos externos do que como uma verdadeira opção ética, (iii) a gestão adequada e a proteção e conservação dos recursos nacionais encontram-se definidas em diversas leis, consideradas até avançadas, mas cuja aplicação é, muitas vezes, letra morta. Seja pela falta de competência institucional ou pelas contradições identificadas em suas interações com outras leis.

O resultado da pesquisa revela que a educação e, particularmente, a educação ambiental, embora não esteja ausente, totalmente, das políticas para o desenvolvimento do turismo, é incorporada nessas políticas apenas por ações pontuais de capacitação que levam à construção de capacidades para determinados fins, mas não ao desenvolvimento de capacidades e, sobretudo de habilidades que permitam a adequada interação com uma realidade complexa e incerta e fazer frente aos desafios que apresenta a sociedade global, a sociedade do conhecimento e da informação.

Por todas essas razões, considero que é necessário mudar. Urge que o país acorde para a premência de uma mudança de atitudes e a construção de verdadeira cidadania que permita o fortalecimento das instituições e a criação de um maior espírito crítico e uma maior consciência ambiental. Essa mudança é essencial para estabelecer as condições que levem ao desenvolvimento do país, seja através do turismo sustentável ou de outra atividade econômica. Dadas as condições encontradas em Honduras, tudo indica que essa mudança apenas poderá ser alcançada através da educação.

O convencimento sobre a importância da educação, e especialmente da Educação Ambiental, como uma ferramenta essencial para levar adiante as mudanças necessárias no país, se apóia na observação de modelos de desenvolvimento bem sucedidos, sem entrar no mérito de seus respectivos modelos econômicos, em países que estabeleceram políticas de investimento massivo na educação e que mostram que o futuro de um país passa, necessariamente, pela educação. Porém, para alcançar tais resultados, é necessário vontade política e valores éticos de parte dos governantes, por um lado, que tem em suas mãos as decisões sobre os caminhos que deve seguir o país e as prioridades que devem ser estabelecidas, e, por outro lado, dos diferentes segmentos da sociedade.

Esses valores são, igualmente, fortalecidos mediante a educação. Uma educação mais crítica, responsável e solidária, que torna o governante, o político, o empresário, o docente, o estudante e todos os membros da sociedade, cidadãos conscientes e responsáveis do compromisso que se adquire para consigo mesmo, com o outro, com o país e com a sociedade como um todo.

Daí a importância da Educação Ambiental. A relevância de seu aspecto político a converte em ferramenta fundamental para o desenvolvimento em países como Honduras, pela sua contribuição para a formação cidadã e sua capacidade transformadora da sociedade a partir de sua própria realidade, ao promover a consciência de si e do outro, fazendo da relação sociedade - natureza e o meio ambiente como um todo uma relação ética de solidariedade e respeito.

Se nos interessa ter cidadãos responsáveis e respeitosos do meio ambiente, aptos para enfrentar os desafios e capazes de levar adiante um projeto coletivo de desenvolvimento, seja através do turismo ou de outra atividade econômica, temos de começar a preparar as futuras gerações, que serão um dia aqueles que proporão ou formularão as leis, liderarão uma comunidade, definirão as prioridades e escolherão as alternativas.

Dessa forma, o fortalecimento do binômio turismo sustentável-educação ambiental reveste-se de particular importância em Honduras, um país com baixos índices educacionais, sérios problemas estruturais e onde formular e administrar uma política de turismo sustentável que consiga evitar o risco de destruir, justamente, a fonte produtiva de que dispõe, representa um verdadeiro dilema.

Para desenvolver com sucesso uma política de turismo verdadeiramente sustentável, que atenda as exigências não só de viabilidade econômica, mas de equilíbrio social e ambiental, será necessário que o país dê uma maior atenção ao processo educativo e à incorporação da educação de forma transversal no desenvolvimento do setor e de setores conexos. Só através da educação é que, nós os hondurenhos, poderemos estabelecer um verdadeiro vínculo com nossa realidade para transformá-la e fazer de Honduras um país melhor.

Fazer de Honduras um país melhor é o anseio da população hondurenha. As reivindicações por maior participação da sociedade civil nas decisões que dizem respeito a todos os hondurenhos e por melhores condições de vida no país tem sido uma constante nos últimos anos. Igualmente constantes tem sido as reivindicações dos diferentes grupos étnicos pelo respeito a suas culturas e o reconhecimento da sua igualdade dentro da diversidade. A maior participação da sociedade civil, bem como o reconhecimento e respeito da diversidade étnica e cultural, embora incipientes, começam a fazer parte da realidade hondurenha.

A esse respeito, não é possível ignorar a importância do impacto causado pelo furacão Mitch e sua inesperada contribuição para o surgimento do “drama social” que permitiu revelar, de forma nua e crua, a fragilidade e vulnerabilidade do país e todas suas mazelas mostrando a urgência de refletir sobre essa realidade.

Para as transformações, mesmo se limitadas, que surgiram na estrutura político-social do país, no momento da tragédia causada pelo Mitch, contribuiu também a melhor organização da sociedade civil e sua capacidade de resposta ante as necessidades da população. Isso levou a seu reconhecimento, com apoio da cooperação internacional, como interlocutor válido nas discussões relativas à reconstrução e transformação do país. Essa participação, depois de quase oito anos da tragédia, ainda se mantém mas precisa ser fortalecida. Nos atuais momentos que vive o país, onde o drama social parece intensificar-se, razões não faltam para que se procure consolidar essa participação.

Em 27 de janeiro de 2006, Honduras inaugurou um novo governo. E, como sempre, malgrado o ceticismo passado ante as promessas de campanha não cumpridas, novas luzes de esperança surgem. Resta, ao atual governo mostrar, mediante suas atitudes e a escolha de suas prioridades, que as pequenas janelas de oportunidade que se abrem no país, poderão ser,

um dia, convertidas em portas que levam ao desenvolvimento e a condições de vida mais dignas para Honduras e todos os hondurenhos.

Sabemos que são muitas as incertezas com as quais nos deparamos. No entanto é importante lembrar, como diz Morin que “Nossa realidade não é outra senão nossa idéia da realidade. Por isso importa não ser realista no sentido trivial, (adaptar-se ao imediato), nem irrealista no sentido trivial (subtrair-se às limitações da realidade); importa ser realista no sentido complexo: compreender a incerteza do real, saber que há algo possível ainda invisível no real”. (2004, p.85).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

AMAYA BANEGAS ,J.A. **“Reimaginando” la Nación en Honduras: De la “Nación Homogénea” a la “Nación Pluriétnica”**. Los Negros Garífunas de Cristales, Trujillo, in PARADIGMA, Revista de Investigación Educativa.No 17, Tegucigalpa:UPFM, 2004

ALMEIDA JUNIOR, J.M.G., **Desenvolvimento e Educação Ambiental** INEP, Brasília 1992.

ALVARENGA, D. **Economia social y desarrollo humano. Una aproximación a la Experiencia de Honduras**. 1ª ed. Tegucigalpa: PNUD, 2003

AVALOS, F.K.R. **Hacia la Definición de una Política Estatal de Protección del Patrimonio Cultural en Honduras: El caso de la Arqueología (1845-1948)** in PARADIGMA, Revista de Investigación Educativa, No. 17, Tegucigalpa:UPFM,2004

BARAHONA, M. **Evolución histórica de la identidad nacional**. 2ª ed. Tegucigalpa:Guaymuras, 2002.

BARTHOLO, R.; DA SILVA, G.T. **Ucronia, sobre o tempo da vida vivida e alguns dilemas éticos contemporâneos**, in TEMPO BRASILEIRO, No 156, 2004, p.5-44

BARTHOLO, R. **O Dialogo nos Rigores do Pensamento: Notas sobre conhecimento e verdade a partir de Emmanuel Levinas**, in TEMPO BRASILEIRO, No 152, p.43-73

BECK, U. **La cuestión de la identidad**, EL PAIS, -Opinión, 2003 (<http://inicia.es/de/cgarciam/Beck04.htm>)

BECERRA, I. **Educação Integrativo Reconstructiva- Principios de una filosofía social y educativa de la hondureñidad para el fortalecimiento democrático de la autoconciencia ciudadana**, 1ª ed., Tegucigalpa: Baktun, 1999

BENSON, C.; CLAY, E. **Understanding the Economic and Financial Impacts of Natural Disasters**. Washington: The World Bank, 2004

BERNARDO, M., **Políticas Públicas e Sociedade Civil** in: A DIFICIL SUSTENTAILIDADE, Política Energética e Conflitos Ambientais.Garamond: Rio de Janeiro, 2001

BOBBIO, N. **Estado, Governo e Sociedade- Para uma teoria geral da política**, 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

BRAKARZ, B.; QUINTERO, J. **Strategic Environmental Assessment for the Honduran Tourism Sector: Integrated Report**, Washington: BIRD-LAC-ESSD, 2005

BRANDÃO, C.R.: **A Pergunta a Várias Mãos, a experiencia da pesquisa no trabalho do educador**, vol.1, São Paulo: Cortez, 2003.

BRASLAWSKY, C.; WERTHEIN, J. –Editores – **“Education, Economy and Development: Learning from Successful Cases”**. IBE, IPE, UNESCO. Paris: UNESCO, 2004.

BRASLAWSKY, C. **As Novas Tendências Mundiais e as Mudanças Curriculares na Educação Secundaria Latino-Americana na Década de 90**. 2ª ed. Brasília: UNESCO, 2001.

BUARQUE, C. **A revolução nas prioridades: da modernidade técnica à modernidade ética**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

BURSZTYN, M et al. **A difícil Sustentabilidade, Política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

CARNER, F. **Tourism Development Strategies and Successful Experiences in Central América and The Caribbean**, in TOURISM IN THE LEAST DEVELOPED COUNTRIES, UNCTAD, 1st ed. Madrid: WTO, 2001

CARNOY, M.: **Mundialização e Reforma na Educação**. UNESCO Brasil, IPE, Brasília, 2003.

CASTILLO, C. **La equidad en el sistema educativo en Honduras**, PNUD, 1ª ed. Tegucigalpa, 2003

CARVALHO, I.C., **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**, São Paulo: Cortez, 2004.

CACERES LARA, V. **Fechas de la Historia de Honduras**, Tegucigalpa, 1964

CARDOSO, F.H.; FALETTO, E. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**, 7ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1970.

CASAS PEREZ, M. **La identidad Nacional Mexicana como Problema Político e Cultural. La temática y el quehacer implícitos en la reflexión de este siglo**. México, 1999. (pag. Web-www.crim.UNAM.mx/Cultura/Ponencias/marnov99).

CASTILLO, C. **La equidad en el sistema educativo en Honduras**, 1ª ed. Tegucigalpa: PNUD, 2003

CEDOH, **HONDURAS: Estado, Sociedade y Desarrollo – Monitoreo desde la Sociedad Civil**.- Equipo de Investigación del Centro de Documentación de Honduras. Tegucigalpa: CEDOH, 2004.

_____ **Propuesta de Reconstrucción y Transformación Nacional. Foro Ciudadano. Documento de Analisis**. Boletín Especial No 88, Diciembre 2003.

CEPAL, **Panorama Social de América Latina- Síntesis** –Documento Informativo, 2005

CERTEAU, M. De. **A Invenção do Cotidiano, artes de fazer**, 10ª ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004

CHÁVEZ BORJAS, M. **La Cuestión Étnica en Honduras** in SALOMON L, PANORAMA E PERSPECTIVAS, Tegucigalpa: CEDOH, 1989

_____ **Identidad, Cultura y Nación en Honduras.** Tegucigalpa: Paradiso, 1990

CORRIVEAU, R. **Creación, crisis ecológica y Opción por la vida.** – Carta Pastoral , 2ª ed. Choluteca: Guardabarranco, 1998.

CRUZ, R. de C.; **Políticas Públicas de Turismo no Brasil:Significado, Importância, Interfaces com outras Políticas Setoriais in:** POLITICAS PUBLICAS E O LUGAR DO TURISMO, Brasília: UNB/MMA, 2002.

DÍAZ ARRIVILLAGA, E; ROBLEDA, R; SALOMÓN, L.: **Honduras: Hacia una Política Económica Alternativa.** Tegucigalpa: CEDOH, 1997

DIAZ, D. **The Viability and Sustainability of International Tourism in Developing Countries,** in SYMPOSIUM ON TOURISM SERVICES, Geneva: World Trade Organization (WTO), 2001.

DIAZ,.D. **The Sustainability of International Tourism in Developing Countries,** in TOURISM IN THE LEAST DEVELOPED COUNTRIES, 1st ed. Madrid: WTO, 2001.

DIAS, G.F.. **–Educação Ambiental –Princípios e Práticas,** 8ª. E. , São Paulo: Gaia, 2003.

DOMINGUEZ, S. Report 2 Honduras: **Environmental Education and tourism on the North Coast and Bay Islands** in HONDURAS PROYECTO DE TURISMO COSTERO SOSTENIBLE, Doc. Banco Mundial, Washington, 2002.

ECON-REPORT No. 2004-004, **A Framework for Sustainable Tourism in Honduras: Strategic Environmental Assessment of the Tourism Strategy for the North Coast, Bay Islands, and Copan Valley.** Banco Mundial, Washington, 2004.

ERAZO PEÑA, T. **Honduras: A 50 años del alzamiento popular de 1954.** www.monografias.com , Abril,2004.

EURAQUE, D.A. **Conversaciones Históricas con el Mestizaje y su Identidad Nacional en Honduras.** San Pedro Sula: Centro Editorial, 2004.

_____ **“200 Años de Categorías Raciales y Étnicas en Honduras, 1790-1990S”**
Departamento de Historia, Trinity College Hartford, Connecticut in TERCERA CONFERENCIA INTERNACIONAL DE POBLACION DEL ISTMO CENTROAMERICANO, Costa Rica, 16-19 Noviembre de 2003

FARIA, A.L.; SANTIAGO, A.G. **Ecoturismo no Brasil:Distancia entre as Políticas Públicas e a Realidade Local** in: POLITICAS PUBLICAS E O LUGAR DO TURISMO, Brasília: UNB-MMA, 2002.

FARIA D.; CARNEIRO K. **Sustentabilidade Ecológica no Turismo,** Brasilia: UNB, 2001.

FERREIRA, J.A; SOUSA, M.N. **Potencialidades Turísticas e Limitações Político-Ambientais em São Luis- MA** in: POLITICAS PUBLICAS E O LUGAR DO TURISMO, Brasília: UNB-MMA, 2002.

FINKIELKRAUT, A. **La défaite de la pensée.** Collection Folio/Essais. Gallimard,1987.

FORO NACIONAL DE CONVERGENCIA- **Propuesta de la Sociedad Hondureña para la Transformación de la Educación Nacional.** Tegucigalpa: junio 2000.

FUENTES, V.E. **The Political Effects of Disaster and Foreign Aid: National and Subnational Governance in Honduras after Hurricane Mitch.** Tese de Doutorado em Filosofia, University of Florida, 2003.

FUMAGALLI, L.; MADSEN N.. **Reforma Curricular y Cohesión Social en América Latina.** Informe Final del Seminario Internacional. UNESCO, Genebra: UNESCO, 2004.

FREIRE, P. **Educação e Mudança.** 13ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

GOLLUB, J; HOSIER A; WOO G. **Using Cluster-Based Economic Strategy to Minimize Tourism Leakages** in -LEAKAGES AND LINKAGES, COMPETITION PROBLEMS, SUSTAINABILITY STANDARDS- STUDIES IN RELATION TO TRADE NEGOTIATIONS ON TOURISM SERVICES. Madrid: WTO, 2003.

GOTTARDO, L. **Desenvolvimento e Turismo Sustentável. Um Desafio. Uma Necessidade** in: : POLITICAS PUBLICAS E O LUGAR DO TURISMO, Brasília: UNB-MMA, 2002.

GRUBB, M. e al. **The 'Earth Summit' Agreements: A Guide and Assessment.** London: Royal Institute of International Affairs, 1993.

HAWKINS, D; LAMOREAUX, K. **Informe 1. Evaluación del Potencial Turístico de Honduras: Observaciones y Recomendaciones para el turismo Costero Sostenible** in: HONDURAS PROYECTO DE TURISMO COSTERO SOSTENIBLE, (Banco Mundial), Washington, 2002.

HAWKINS & ASSOCIATES STAFF. Report 4, Legal and Regulatory Aspects of Coastal Tourism Development in Honduras in HONDURAS PROYECTO DE TURISMO COSTERO SOSTENIBLE, Doc. Banco Mundial, Washington, 2002.

HERRERA CACERES, R. **Proyecto de nación: siglo XXI "Honduras: una patria para todos"** Propuesta DESARROLLO INTEGRAL SOSTENIBLE DE HONDURAS.(AÑOS 2001-2021) Equipo Universitario de Voluntariado Cívico, Tegucigalpa: PNUD, 2003.

INEP – MEC **"Desenvolvimento e Educação Ambiental"**, Brasilia, 1992.

JOYA, O. **Identidad Cultural y Nacionalidad en Honduras,** in HONDURAS ANTE EL V CENTENARIO DEL DESCUBRIMIENTO DE AMERICA.- Tegucigalpa: CEDOH, 1991.

JACOBI, P. **Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade** in CADERNOS DE PESQUISA, No 118, março, 2003, p.189-205

LAURENTI, C; BARROS M.N. Identidade: **Questões Conceituais e Contextuais** in PSI – Revista de Psicologia Social e Institucional, Universidade Estadual de Londrina, Vol.2, Número 1, junho/2000

LANZA, R. et al. **Los Pech. Una cultura olvidada.** 3ª ed. Tegucigalpa: Guaymuras, 2003.

LESTER, M. **Um Viaje por Honduras.** 2ª ed. Costa Rica: EDUCA, 1982.

LEFF, E. **La Insoportable Levedad de la Globalización: La Capitalización de la Naturaleza y las Estrategias Fatales de la Sustentabilidad** in REVISTA VEZENOLANA DE ECONOMIA E CIENCIAS SOCIALES, Vol. 7, No 1 ene-abr, 2001, pp 149-160

_____ **Epistemologia Ambiental,** 2ª edição, São Paulo: Cortez Editora, 2002.

_____ **Implicações de Johannesburgo para el Continente Americano”**

Artigo-2002

_____ **Aventuras da Epistemologia Ambiental: Da articulação das ciências ao diálogo de saberes.** –Aula Magna-CDS/UNB, 2003

LEYVA, H, **De la crítica de la cultura a la construcción de un proyecto histórico,** Tegucigalpa:Litografía López, 2003.

LÉVI-STRAUSS, C. **Race et histoire,** coleção Folio/essais, reedição 1987

LOPES, C. – **Cooperação e Desenvolvimento Humano- A agenda emergente para o novo milênio,** São Paulo:UNESP, 2005

MARTINS, L.C. **Educação Ambiental e subjetividade: o papel de quem aprende no ato de aprender.** In **ALMANAQUE,** Centro de Apoio das Águas Emendadas, Brasília: **WWF, 2005.**

MARTINEZ CASTILLO, M.F., **Honduras, Cultura e Identidad,** Tegucigalpa: Ed. Librería Paradiso, 1990.

MARTINEZ, R. **Plan de Desarrollo Turístico Sostenible de Honduras 1998-2002.** Tegucigalpa: IHT, 1998.

MARTINEZ, J.R. **La Transición Política – Del Autoritarismo Militar a la Democracia Electoral. Tomo I –Los Años de Suazo Córdova, (1981-1986).** 1ª ed.-18 Conejo: Tegucigalpa, 2004.

MARQUES, J.S, **Honduras, Vulnerabilidad, Riesgos y Pobreza** (evaluación de la Red de Protección Social) Estudio preparado para el Gobierno de Honduras con el apoyo del Banco Mundial, Tegucigalpa: 2002

MENDOZA, B. **La desmitologización del mestizaje en Honduras: Evaluando nuevos aportes.** California State University-Northridge – doc. eletrônico –Itsmo-2004

MMA/IBAMA, **As Grandes Orientações da Conferência de Tbilisi**; COLEÇÃO MEIO AMBIENTE, Edição Especial, 1997,; Brasília 1997.

MORIN, E. **Os Sete Saberes necessários à Educação do Futuro**. 9ª. ed. São Paulo: Cortez,-UNESCO, 2004.

_____ **Saberes Globais e Saberes Locais, o olhar transdisciplinar**. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

_____ **La Méthode, 2: La Vie de la Vie**- Paris: Seuil, 1980.

MUÑOZ LARA, L. **La Realidad Social y la Educación en Honduras**, CEDOH, Especial Honduras, No 74, Abril 1995

MUNHOZ, T. **Desenvolvimento Sustentável e Educação Ambiental**, Texto para Estudo. Cidadania- 2004, - :www.intelecto.net/cidadania/meio.5html.

_____ **Desenvolvimento e Educação Ambiental**, Brasília: INEP-UNB, 1992.

NASCIMENTO, E.P. **Os Conflitos na Sociedade Moderna: uma Introdução Conceitual** in A DIFÍCIL SUSTENTABILIDADE –Política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Garamond, 2001

_____ **Globalização: Mito ou Realidade? Texto para Estudo-**
www.intelecto.net/cidadania/global-2.html

NOGUEIRA, J.M., 1992, em **Desenvolvimento e Educação Ambiental**, Brasília: INEP-UNB, 1992

PADUA, S; SÁ M.L. **O Papel da Educação ambiental nas Mudanças Paradigmáticas da Atualidade** in REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO. 2002. 71-83

PARKER, C. **Ética Cultura y Desarrollo**, Alternativa para el Siglo XXI, Tegucigalpa: Ediciones Subirana, 1998.

PEARL, M.; BUCHORI D; PADUA S. **Human and Institutional Capacity Building through Education and Training**. Commissioned Paper # 4 for Task Force # 6-Millennium Development Goals . July 2004.

POSAS, C.; MONTOYA D. **Report 5. Coastal Municipalities and Sustainable Tourism in Honduras** in HONDURAS PROYECTO DE TURISMO COSTERO SOSTENIBLE, Doc. Banco Mundial, Washington, 2002.

PRATT, L. Report 3 **An Environmental Economic Strategy for Honduras Coastal Tourism and Protected Areas** in HONDURAS PROYECTO DE TURISMO COSTERO SOSTENIBLE, Doc. Banco Mundial, Washington, 2002.

RAMOS, A; FERNANDEZ, G. **Educación Ambiental y Desarrollo Sustentable del turismo** – artigo publicado 16/09/2003 in EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM AÇÃO.
www.revistaea.arvore.com.br/artigo

ROMERO, R. **Identidad Nacional en Honduras, una reflexión filosófica**. Tegucigalpa: Editorial Universitária, 1990.

RUSCHEINSK, A. e colaboradores. **Educação Ambiental –Abordagens Múltiplas**, Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

SÁ, L.M. A **Educação como Instrumento de um Processo Democrático de Gestão Ambiental**. Texto apresentado no II SEMINARIO SOBRE CONFLITOS e USO SUSTENTAVEL DOS RECURSOS NATURAIS, Brasília: CDS/UNB, 2002

SACHS, I. **Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

_____ **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**, 2ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SALDOMANDO, A. **L'ombre de Mitch sur l'Amérique centrale** in Le Monde Diplomatique, février 2005. (www.monde-diplomatique.fr).

SANTOS, B. **Pela Mão de Alice – O Social e o Político na Pos-Modernidade** 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE. **Conceitos para se fazer educação ambiental**. Coordenadoria de Educação Ambiental, 2ª ed. São Paulo: A Secretaria, 1997

SECRETARIA DE TURISMO –IHT, Política Nacional de Turismo – Plano de Acción 2002-2006.

SEGURA, G. E INMAN, C. **Turismo en Honduras: El reto de la Competitividad**, Agosto 1998 CEN 630.

SIERRA FONSECA, R. **Colonia, Independencia y Reforma**, Tegucigalpa: UPNFM, 2001.

_____ **Las teorías de la historia y el desarrollo en Honduras**. 1ª ed. Tegucigalpa: PNUD, 2003.

SILVEIRA, M.A. **As Políticas Públicas e a Nova Configuração Territorial do Turismo no Brasil** in POLITICAS PUBLICAS E O LUGAR DO TURISMO, Brasília: UNB-MMA, 2002.

SWARBROOKE, J. **Turismo Sustentável: conceitos e impacto ambiental**, vol. 1, (tradução Margaret eDis Pulido). São Paulo: Aleph, 2000

TOCQUEVILLE, A. **De la Democratie em Amérique**, Paris, Garnier Flammarion, 1981.

TORRES, M., **Huracán Mitch 1998-2003- Retrato Social de uma Tragedia Natural**, Tegucigalpa: CEDOH, 2004.

TURNER, V. **The Antropolgy of Performance**, New York;; PAJ Publications, 1987.

OMT-WTO- BTO. **Datos Esenciales del Turismo**- Edição 2005.

PNUD- **Informe de Desarrollo Humano**- Honduras, 2003.

USAID/HONDURAS. **Honduras: Country Plan in Support of the Central America and Mexico Regional Strategy 2003-2008**. The United States Agency for International Development..

VALLEJO LARIOS, M. **Análisis del Componente Legal-institucional en la Variable Ambiental del Sector Turismo en Honduras**. Proyecto Evaluación Ambiental Estratégica del Sector turismo en Honduras- Instituto Hondureño de turismo/Banco Mundial, Tegucigalpa, mayo 2004.

WOLFENSOHN J ; BOURGUIGNON, F. . **“Desenvolvimento e Redução da Pobreza – Reflexão e Perspectiva**, Washington: Banco Mundial, 2004.

WORLD TRAVEL ORGANIZATION (WTO), **Dados Essências do Turismo** – Edição, 2005.

ZEA, L. **Discurso desde la Marginación y la Barbarie**, 2ª ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

OUTROS DOCUMENTOS CONSULTADOS

CONSTITUCIÓN DE LA REPUBLICA DE HONDURAS – **Decreto No 131 de 11 de enero de 1982**

GRUZINSKY, S. in entrevista com Mônica Cristina Corrêa para o Jornal Estado de São Paulo – versão eletrônica: <http://busca.estadao.com.br/ext/francês/gruzinskip.htm>

IMF-IDA –International Monetary Fund and Internacional Development Association – **HONDURAS- Initiative for Heavily Indebted Poor Countries – Preliminary Document. November 23, 1999.**

DJI-**ÍndiceFundamentaldoDireito** <http://www.dji.com.br/constitucional/nacao.htm>

IHT-Banco Mundial “**Mejoramiento de la Capacitación y Entrenamiento como Mecanismo para Mejorar la calidad de la Experiencia Turística en Honduras** “. Documento Final –26 abril 2004

“República de Honduras – **Informe Nacional de la Evaluación Rio+10.- Proceso Nacional de Planificación para el Desarrollo Sostenible y su Implementación**” Tegucigalpa, 2002.

“SECRETARIA DE EDUCACAO – Sub-Secretaria Técnico Pedagógica, Dirección General de Currículo. **Currículo Nacional Básico.** República de Honduras, Tegucigalpa, Año 2003

_____ **El Programa Hondureño de Educación Comunitária: a um año de los esfuerzos iniciales-** PROHECO, Honduras, 2000.

The World Bank- **Project Performance Assessment Report- HONDURAS- RURAL PRIMARY EDUCATION MANAGEMENT PROJECT (LN.2804) BASIC EDUCATION (CR..2694) June 14, 2004.**

UNCTAD – TD(XI)/PC/6/Add.1 12- May 2004- **Outcome of the Pre-UNCTAD- XI High-Level International Meeting of Experts on Sustainable Tourism for Development- Held at Lisbon, Portugal, from 8 to 11 March 2004. Report of the Meeting**

_____ TD(XI)/PC/6 18 March 2004, **Lisbon Declaration on Sustainable Tourism for Development.**

UNITED NATIONS –General Assembly A/CONF.151/26- Report of the United Nations Conference on Environment and Development (Rio de Janeiro, 3-14 June 1992) **Annex 1- Rio Declaration on Environment and Development**

United Nations Commission on Sustainable Development .- Decisions of the General Assembly and the Commission on Sustainable Development, 7th session . New Yor, 19-30 April 1999- **Decision 7/3. Tourism and sustainable Development.**

World Travel Organization (WTO) **Dados Essências do Turismo** – Edição 2005.

Foram igualmente consultados artigos em diferentes jornais hondurenhos de circulação nacional e as páginas web de instituições hondurenhas e organismos internacionais em Honduras, bem como diferentes endereços eletrônicos com assuntos de interesse para a pesquisa.

LISTA DE PESSOAS ENTREVISTADAS

Pesquisa de Campo-Tegucigalpa, Honduras julho-agosto 2005

Anna Cecília Kirkconnell –Coordinadora Desenvolvimento Organizacional Conselho Hondurenho da Empresa Privada (COHEP)

Edwin Mateo Molina - Especialista Local em Recursos Naturais e Ambiente do Banco Interamericano de Desarrollo (BID)

Carlos Avila Molina – ex-Secretário de Educação (nos 2 primeiros anos do Governo de Ricardo Maduro-2002-2006)

Dante Mossi -Economista –Missão Residente del Banco Mundial en Honduras

Daniel Moreno- Coordenador de Projetos –Federação de Organizações para o Desenvolvimento de Honduras (FOPRIDEH)

Edwin Araque – Coordenação de Assuntos Econômicos –(Comissão Geral da Campanha presidencial de Manuel Zelaya- Partido Liberal)

Emelie Weitnauer- Diretora Unidade de Gestão Ambiental -Instituto Hondureño de Turismo (IHT)

Enrique Quiñonez – Director Ejecutivo da Fundação Vida

Eva Carolina Gómez Mannheim – Sub-Secretaria de Turismo (2002-2006)

Gerardo A. Salgado – Sub-Secretário de Recursos Naturais e Energia (2002-2006).

Gloria Lara – Antropóloga – Departamento de Pesquisa e Post-Graduação – Universidade Pedagógica Francisco Morazán. (UPFM)

Juan Ramón Martínez – Jornalista - Candidato à Presidência pela Democracia Cristiana

Karen Bonilla Flores -Diretora Executiva –Associação Hoteleira e Afins de Honduras (AHAH).

Marielos Cheverri – Historiadora, Professora Universidade Nacional Autônoma de Honduras (UNAH).

Padre German Cáliz –Secretário Executivo Pastoral Social – CARITAS- Honduras

Rebeca Santos Oficial de Projetos – Missão Residente do Banco Mundial em Honduras

Ricardo Martínez - Presidente Cámara Nacional de Turismo (CANATUR) (atualmente Ministro de Turismo).

Senhor José. – Taxista.

Vilma Cruz, Ministério de Educación –Programa de Educación Comunitaria (PROHECO).

ANEXO ÚNICO
MAPA DE HONDURAS